



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL – PPGMDR

OLIVAN DO NASCIMENTO SARAIVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DA  
COMUNIDADE VILA RESSACA DA PEDREIRA, MACAPÁ, AMAPÁ**

MACAPÁ

2019

OLIVAN DO NASCIMENTO SARAIVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DA  
COMUNIDADE VILA RESSACA DA PEDREIRA, MACAPÁ, AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Wardsson Lustrino Borges

MACAPÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá  
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2/1569

---

Saraiva, Olivan do Nascimento.

Políticas públicas e agricultura familiar: estudo de caso da comunidade vila ressaca da pedreira, Macapá, Amapá. / Olivan do Nascimento Saraiva ; Orientador, Wardsson Lustrino Borges. – Macapá, 2019.  
107 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

1. Programa de aquisição de alimentos. 2. Alimentação escolar. 3. Extensão rural. I. Borges, Wardsson Lustrino, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

338.1 S243p  
CDD. 22 ed.

---

OLIVAN DO NASCIMENTO SARAIVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DA  
COMUNIDADE VILA RESSACA DA PEDREIRA, MACAPÁ, AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Wardsson Lustrino Borges

**Data da defesa:** 30/04/2019

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Dr. Wardsson Lustrino Borges**  
Embrapa/PPGMDR

---

**Prof. Dr. Alexandre César Florentino**  
Universidade Federal do Amapá – PPGMDR

---

**Dr. Nagib Jorge Melém Júnior**  
Embrapa Amapá

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade e a capacidade de desenvolver esse trabalho, que mesmo diante das dificuldades enfrentadas, consegui com a Sua ajuda, progredir.

Agradeço aos meus familiares, em especial, minha mãe Rosa e meu pai, Olair (*In Memoriam*), e minha esposa, Fane, pelo amor, pelas orações, dedicação, e palavras de incentivos nas horas mais difíceis.

Agradeço ao meu Orientador, Dr. Wardsson Lustrino Borges, pela dedicação e profissionalismo nas orientações para a construção deste estudo. Suas considerações foram de extrema relevância no processo de construção, para que chegássemos aos objetivos almejados.

Agradeço à Embrapa-AP, por ter me proporcionado todas as condições necessárias para que pudéssemos desenvolver com êxito este estudo.

Agradeço a Universidade Federal do Amapá, pela confiança responsabilidades confiados a mim, todo o corpo docente do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, pelos debates acadêmicos em prol do processo construtivo.

Aos colegas de turma, pelos momentos de aprendizados e companheirismo. Agradeço a todos os agricultores que participaram deste trabalho, pela receptividade e confiança dedicados a mim e ao trabalho proposto, em especial ao senhor Raimundo, por me proporcionar aprendizados que continuarei a levar por toda minha vida profissional.

Agradeço a todos os representantes e gestores das instituições públicas que participaram desta pesquisa, pela confiança e presteza no momento das entrevistas.

Agradeço a Agência de Defesa e Inspeção do Estado do Amapá, em especial aos Auditores Fiscais Agropecuários do NIPOV, pelas palavras de incentivo.

A todos, muito obrigado!

*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.*

*(João 8:32)*

## RESUMO

Nas três últimas décadas o meio rural brasileiro tem recebido ações com diferentes abordagens voltadas para o desenvolvimento. A participação dos agricultores familiares no cenário rural do Brasil é cada vez mais marcante. Houveram mudanças em atendimento às necessidades dos atores do campo a partir de inúmeras reivindicações em prol da criação de políticas públicas para agricultura. Esta pesquisa trata-se de estudo de caso, desenvolvido na comunidade rural vila Ressaca da Pedreira, localizada no município de Macapá, Amapá, Brasil. O objetivo principal foi analisar a inclusão de políticas públicas como proposta para o desenvolvimento rural na comunidade. Utilizou-se como ferramenta metodológica, entrevistas com 32 famílias de agricultores familiares e a gestores, representantes de 16 instituições públicas, que atuam na gestão e ou execução de políticas públicas no Estado focadas no desenvolvimento da agricultura familiar. 87,5% dos agricultores tiveram acesso a assistência técnica em suas propriedades. Programas com vias de comercialização individual e coletiva são estratégicos para os agricultores. A importância do programa de produção integrada dá-se pela segurança alimentar das famílias e pela comercialização do excedente, os acessos superaram 68,7%. A participação na formulação das políticas públicas é inexpressiva por parte dos agricultores. As Instituições públicas demonstram-se fragilizadas ao que se refere ao número de servidores participante das ações e recursos disponíveis.

**Palavras-Chave:** Programa de aquisição de alimentos. Alimentação escolar. Extensão rural.

## ABSTRACT

In the last three decades the Brazilian rural environment has received actions with different development approaches. The participation of family farmers in the rural setting of Brazil is increasingly significant. There have been changes in response to the needs of the actors of the field from innumerable claims for the creation of public policies for agriculture. This research is a case study, developed in the rural community of Ressaca da Pedreira, located in the municipality of Macapá, Amapá, Brazil. The main objective was to analyze the inclusion of public policies as a proposal for rural development in the community. Interviews with 32 family farmers families and managers, representatives of 16 public institutions, were used as a methodological tool to manage and / or implement public policies in the State focused on the development of family agriculture. 87.5% of farmers had access to technical assistance on their properties. Programs with individual and collective marketing channels are strategic for farmers. The importance of the PPI is for the food security of the families and the commercialization of the surplus, the accesses surpassed 68.7%. Participation in the formulation of public policies is inexpressive on the part of farmers. Public institutions are weakened by the number of servers participating in the actions and resources available.

**Keywords:** Food acquisition program. School feeding. Rural extension

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### ESQUEMAS

<b>Esquema 01:</b> Rede de informação observados na comunidade. ....	83
--	----

### FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 01:</b> Residência de famílias contempladas (A e B) e não contempladas (C e D) por programa governamental na comunidade Vila Ressaca da Pedreira 2006 a 2018. ....	57
<b>Fotografia 02:</b> Comércio da Produção à Transeuntes na Comunidade em 2018. ....	62
<b>Fotografia 03:</b> O comércio da produção na feira em Macapá em 2018. ....	63
<b>Fotografia 04:</b> Plantação de hortaliças e mandioca na comunidade .....	66
<b>Fotografia 05:</b> As três atividades apoiadas pelo PPI na comunidade vila Ressaca da Pedreira 2015/2018. ....	74
<b>Fotografia 06:</b> Vila Ressaca da Pedreira: reservatório de água adaptado pelos agricultores (2018). ....	75
<b>Fotografia 07:</b> Vila Ressaca da Pedreira: área destinada ao cultivo de hortaliças (2018). ....	76
<b>Fotografia 08:</b> Vila Ressaca da Pedreira: área a ser preparada para cultivos agrícolas (2018). ....	77
<b>Fotografia 09:</b> Vila Ressaca da Pedreira: área recém preparada para os cultivos (2018). ....	77
<b>Fotografia 10:</b> Vila Ressaca da Pedreira: implemento agrícola para o preparo de novas áreas destinadas à agricultura (2018). ....	78

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> Tempo em anos que os agricultores residem nas propriedades e exercem as atividades agrícolas. ....	54
<b>Gráfico 02:</b> Programas Governamentais concedidos às famílias entrevistadas (2000/2018). ..	56
<b>Gráfico 03:</b> Número de beneficiados do Programa de Aquisição de Alimento (2010 a 2018). ....	61
<b>Gráfico 04:</b> Políticas públicas observadas em Vila Ressaca da Pedreira (2006 – 2018). ....	79
<b>Gráfico 05:</b> Estado do Amapá: Formação acadêmica dos gestores das instituições públicas (2018). ....	87

**Gráfico 06:** Estado do Amapá: percentual de envolvimento de servidores com as políticas públicas nas instituições (2018)..... 92

**Gráfico 07:** Recursos Disponibilizados (R\$ milhões) às instituições no Amapá em 2018.... 93

### MAPAS

**Mapa 01:** Localização da Comunidade Vila Ressaca da Pedreira .....47

### QUADROS

**Quadro 01:** Distribuição de Linhas de Créditos disponibilizadas pelo PRONAF. ....33

**Quadro 02:** Metas estabelecidas pelo Programa Territorial de Agricultura Familiar e Floresta no ano de criação (2011). .... 46

**Quadro 03:** O acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural na comunidade (2006/2018). 59

**Quadro 04:** Vila Ressaca da Pedreira: acessos por Família a cada Política Pública (2006/2018).  
..... 85

**Quadro 05:** Estado do Amapá: finalidade das instituições públicas na visão dos gestores (2018). .... 87

**Quadro 06:** Participação de cada instituição junto às políticas públicas no estado (2018).... 89

**Quadro 07:** Amapá: disponibilidade de servidores efetivos, contratados e envolvidos com as políticas públicas nas instituições (2018). .... 90

### TABELAS

**Tabela 01:** Amapá: repasse de recursos por aluno por dia letivo (2016/2017). .... 36

**Tabela 02:** Programa de Aquisição de Alimento no Amapá (2016/2017). .... 42

**Tabela 03:** Coordenadas geográficas das propriedades estudadas na comunidade Vila Ressaca da Pedreira de 2006 a 2018..... 52

**Tabela 04:** Recurso do Programa de Aquisição de Alimento acessado em Macapá e na comunidade Vila Ressaca da Pedreira (2010/2018). .... 63

**Tabela 05:** Relação dos Produtos Comercializados pelos Agricultores do município de Macapá no Programa de Aquisição de Alimento (2017/2018). .... 65

<b>Tabela 06:</b> Resultados da adesão ao PNAE na comunidade Vila Ressaca da Pedreira (2013/2018). .....	69
<b>Tabela 07:</b> Evolução do PROTAF na comunidade Vila Ressaca da Pedreira (2011 a 2014). 70	
<b>Tabela 08:</b> Desempenho do PPI segundo os beneficiários da Vila Ressaca da Pedreira (2015/2018). .....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Créditos e Assistência Rural do Amapá
AMACREP	Associação de Moradores Agricultores da Comunidade Ressaca da Pedreira
BASA	Banco da Amazônia S/A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CEF	Caixa Econômica Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DIAGRO	Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FINAM	Fundo de Investimento da Amazônia
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNO	Fundo Constitucional do Norte
FRAP	Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá
GEA	Governo do Estado do Amapá
GPS	Global Positioning System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura pecuária e Abastecimento

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PESCAP	Agência de Pesca do Estado do Amapá
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPI	Programa de Produção Integrada
PROBOR	Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural
PROCERA	Programa Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SDR	Secretaria do Estado do Desenvolvimento Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED	Secretaria Estadual de Educação
SEMAAM	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Macapá
SEMDEC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIMS	Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social

SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UEAP	Universidade do Estado do Amapá
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
ZFM	Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>23</b>
2.1	OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO .....	23
2.2	CONTEXTO E HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	30
2.2.1	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	32
2.2.2	Programa de Aquisição de alimentos (PAA) .....	34
2.2.3	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	35
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS COM FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA .....	36
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS COM FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO AMAPÁ .....	40
2.4.1	Programa de Aquisição de alimento (PAA) no Amapá .....	41
2.4.2	Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP).....	43
2.4.3	Programa de Produção Integrada (PPI).....	43
2.4.4	Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (PROTAF).....	45
2.4.5	Programa de Desenvolvimento do Extrativismo no Amapá (Proextrativismo).....	46
<b>3</b>	<b>VILA RESSACA DA PEDREIRA E ABORDAGEM METODOLÓGICA.....</b>	<b>47</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	47
3.2	MÉTODO DA PESQUISA .....	49
3.3	FASE I: LEVANTAMENTO E ANÁLISES BIBLIOGRÁFICAS.....	49
3.4	FASE II: VISITAS IN LOCO E PRÉ-TESTE.....	50
3.5	FASE III: APLICAÇÃO DE FORMULÁRIO AOS AGRICULTORES.....	51
3.6	FASE IV: APLICAÇÃO DE FORMULÁRIO NAS INSTITUIÇÕES .....	52
3.7	FASE V: SISTEMATIZAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS.....	53
<b>4</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO AMAPÁ: ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE VILA DA RESSACA DA PEDREIRA .....</b>	<b>54</b>
4.1	FORMAÇÃO DA COMUNIDADE VILA RESSACA DA PEDREIRA E OCUPAÇÃO DA ÁREA .....	54

4.2	ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NA COMUNIDADE VILA DA RESSACA DA PEDREIRA .....	58
4.2.1	A Assistência Técnica e Extensão Rural.....	58
4.2.2	Programa de Aquisição de alimento PAA.....	60
4.2.3	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	67
4.2.4	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	68
4.2.5	Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (PROTAF).....	70
4.2.6	Programa de Produção Integrada (PPI).....	71
4.3	INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS NA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE VILA RESSACA DA PEDREIRA.....	78
4.4	ATUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM AÇÃO VINCULADA À AGRICULTURA NA COMUNIDADE VILA RESSACA DA PEDREIRA .....	86
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>95</b>
	<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>101</b>
	<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>104</b>
	<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>107</b>
	<b>APÊNDICE D .....</b>	<b>108</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As primeiras iniciativas voltadas ao desenvolvimento rural brasileiro não são recentes, todavia após o regime militar de 1964, essas ações ocorreram no país de forma mais expressivas, as quais representavam a presença do estado brasileiro nos locais mais distantes do território nacional. Nesse período na Amazônia em particular, inúmeras iniciativas governamentais foram criadas visando promover o povoamento da região, além de buscar o desenvolvimento de aptidões econômicas a partir da exploração agrícola, pecuária e mineral no interior dos estados que compõem a região Norte. Prova disso foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Programa de Integração Nacional (PIN) e agentes financeiros como o Banco da Amazônia e abertura de rodovias para a interligação entre cidades e o escoamento da produção, dentre as quais a Rodovia BR 316, BR 230, BR 163 e perimetral Norte (LÉNA, 1988, p. 109; KOHLHEPP, 2002, p. 38; BECKER, 2010, p. 121).

A agricultura nessa região mostrava-se como pouca expressividade, com fortes características de técnicas extrativas de exploração, com baixo potencial de investimentos e a produção destinava-se quase que exclusivamente para o auto consumo das famílias recém chegadas, sobretudo do nordeste brasileiro<sup>1</sup>.

No caso do Estado do Amapá para Porto (2003) as iniciativas ocorreram antes desse período de maior fluxo migratório para a Amazônia. Segundo este autor, as primeiras iniciativas governamentais para exploração do recém Território Federal do Amapá visavam o desenvolvimento da produção agrícola e extrativa propriamente dita e que remontam os anos de 1953 por meio da criação da colônia agrícola do Matapi, situado no município de Porto Grande. Segundo esse autor:

Entre 1950 a 1970, a atividade agrícola do Território Federal possuía pouca expressividade, além de baixa diversidade, realizada em pequena escala, cujo as principais culturas perenes eram o cacau, banana, café e laranja. As principais culturais anuais eram o arroz, feijão, mandioca, milho, cana-de-açúcar e batata-doce, constituintes da base alimentar das famílias (PORTO, 2003).

A baixa expressividade de investimentos, e a fatores relacionados ao clima e solo, provocaram uma queda vertiginosa da produção nesse período tornando-o cada vez mais necessário o apoio a recursos, sobretudo os federais, para o desenvolvimento das atividades agropecuária no estado. Segundo dados do IBGE (2004a, p. 42) o estado Amapá apesar de sua

---

<sup>1</sup> Caso das famílias que foram assentadas às margens da rodovia BR 230 – Transamazônica, no trecho que corta o Estado do Pará.

notória diversidade ecológica, apresenta solos com baixa fertilidade, fato que torna o setor agropecuário de certa maneira limitado. A pouca participação da iniciativa pública, aliado a sérios problemas logísticos no que tange ao escoamento da produção em função das condições do sistema viário amapaense contribuíram para a constituição de uma agricultura familiar com pouca tecnificação, que provocaram baixa capacidade de agregação de valor e consequentemente na participação efetiva de seus produtos no mercado consumidor (PORTO, 2003).

Lomba e Silva (2014) e Porto (2003) compactuam da mesma ideia sobre a agricultura familiar no Amapá, para eles a agricultura de estrutura familiar amapaense é caracterizada pela produção de subsistência, ou seja, consome-se parte da produção e comercializa-se o pouco excedente. Esse modelo com baixa diversificação de uso da terra com produção incipiente para atender as demandas, sendo necessária a importação de diversos produtos.

A produção agrícola do Amapá é reduzida e pouco diversificada, o que dificulta a escolha de atividades que tenham efeito positivo em curto, médio e longo prazo. É fraco também o investimento em tecnologias, além de condições desfavoráveis para alguns cultivos. Sendo assim, para que a agricultura local possa melhorar sua produção e garantir melhorias na vida de sua população, alguns mecanismos e políticas para o meio rural se tornam necessários (LOMBA; SILVA, 2014).

Ressalta-se que no Brasil, segundo a lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Considera-se agricultor familiar, aquele que pratica atividade no meio rural, atendendo simultaneamente os seguintes quesitos: não detenha sob qualquer título área superior a quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originadas das atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.

De posse desse conceito Lomba e Silva (2014) ponderam acerca da existência de mecanismos essenciais para a melhoria na qualidade de vida da população, relacionados à inserção de políticas públicas, dentre as quais o crédito rural, entendido como uma política que pode contribuir se aplicado de forma satisfatória. De forma conceitual, Grisa e Schneider (2014, p. 132) afirmam que políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações e programas desenvolvidos pelo Estado, para a garantir os direitos assegurados pela constituição ou em outros mecanismos legais, pautados sobretudo, no bem-estar social.

Indiscutivelmente as políticas públicas pautadas no desenvolvimento rural são indispensáveis para a agricultura de base familiar por promoverem a melhoria na qualidade de vida população rural, garantir a segurança alimentar, movimentar a economia local, diminuir o

êxodo rural, promover o abastecimento de gêneros alimentícios através da abertura de canais de comercialização.

Segundo dados do IBGE (2010b) 81,17% dos estabelecimentos agrícolas existentes no Estado do Amapá são de agricultores familiares cujo suas áreas representam cerca de 15% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, sendo assim, mesmo possuindo áreas relativamente pequenas, esses agricultores assumem um papel de extrema relevância para a diminuição das desigualdades sociais, no que tange a diversidade da produção, a segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador no campo.

No contexto local, percebendo a redução das desigualdades no campo, Silva e Mesquita (2008) citam a existência de um movimento na Amazônia legal desde a década de 1990, pautado em reivindicações por parte dos agricultores visando à implementação de políticas públicas de inclusão e a inserção na economia e a mercados mais justos como estratégia de incrementar a renda elevando a qualidade de vida no campo além da diversificação e fortalecimento das atividades desenvolvidas. Os resultados dessas reivindicações de cunho social, a nível nacional, contribuíram para a criação do maior programa de apoio à agricultura familiar no Brasil. O programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Para Schneider et al. (2004, p. 31) criação do PRONAF foi o grande marco no meio rural brasileiro, pela primeira vez ganha uma política pública específica, em atendimento as necessidades da agricultura de base familiar. O PRONAF tornou-se importante também, por servir como matriz para a configuração ou reformulação de outros programas a nível federal, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), além de servir como base para a criação de inúmeros programas de governo no âmbito estadual de apoio à agricultura familiar.

Este estudo foi desenvolvido em comunidade rural, que passou por significativas transformações, tanto na paisagem como no modo de exploração da área destinada a agricultura. Trata-se de comunidade cujo parte da população é legalmente reconhecida como remanescentes de população tradicional quilombola, que desenvolvem suas atividades agrícolas e pecuárias a mais de 150 anos e que nas últimas décadas vem sendo contemplados com políticas públicas pautadas no desenvolvimento rural no âmbito estadual e federal.

A comunidade Vila Ressaca da Pedreira foi criada há aproximadamente 150 anos, a partir da migração forçada por meio da perseguição ao casal pioneiro, o senhor Vicente Valério e Dona Carlota, que residiam na região conhecida atualmente como Matapi. Ambos descendentes de população quilombola, que deixaram a antiga região onde viviam e se deslocaram até a comunidade fundando-a. O nome atribuído à comunidade, está relacionado a

uma antiga ressaca em meio a área de cerrado observada na comunidade (COMUNIDADES, 2018).

O objetivo do trabalho pautou-se em analisar a inclusão de políticas públicas como proposta para o desenvolvimento rural na comunidade junto a 32 famílias de agricultores familiares, que representa 30,47% do total de famílias que tem a agricultura como principal atividade econômica. Além de entrevistas a gestores, representantes de 16 instituições públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal.

O estudo foi realizado em cinco fases distintas: a primeira fase se constituiu de levantamento e análises bibliográficas; a segunda fase visitas *in loco* e uso de pré-teste; a terceira fase consistiu-se na aplicação de formulário aos agricultores; a quarta fase consistiu-se da aplicação de formulários aos representantes das instituições e a quinta fase consistiu na sistematização e análises dos dados.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro: OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO, faz-se o resgate histórico acerca da ocupação do território e a formação do espaço rural no Brasil, bem como discussão do contexto histórico das políticas públicas com foco na agricultura familiar. No segundo: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E ABORDAGEM METODOLÓGICA, faz-se a caracterização da área onde se realizou o estudo, além da aplicação da abordagem metodológica, e por fim, no terceiro capítulo: POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DO AMAPÁ: ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE VILA DA RESSACA DA PEDREIRA, apresenta-se o resultado do estudo de caso propriamente dito sobre a adoção de políticas públicas na comunidade rural vila Ressaca da Pedreira, Macapá, no Amapá.

Nesse sentido o estudo também avaliou os efeitos da inserção das políticas públicas para o desenvolvimento rural na comunidade, levando em consideração seis políticas públicas atuantes na comunidade, tornando-o possível elencar as principais conquistas ou vantagens adquiridas pelos agricultores a partir da adesão a esses programas. Além de analisar a participação desses agricultores no processo de construção dessas ferramentas em prol do desenvolvimento rural.

Ressalta-se que embora não fossem alvo desse estudo, o Programa Minha Casa Minha Vida, e o Programa Bolsa Família, são de fundamental importância para parte do grupo estudado, como forma de complementação da renda, caso do bolsa família, e diante das precárias condições de moradias, programa minha casa minha vida, serviu como uma espécie

de segurança habitacional para as famílias, já que segundo eles não possuíam condições financeiras para construir tal imóvel.

Os resultados apontaram que 67,72% dos indivíduos que residem nas propriedades participam diretamente das atividades agrícolas exercidas pelas famílias. Tal fato pode explicar a não necessidade de contratação de mão-de-obra. 53,12% das famílias afirmam ter outras atividades complementares à renda da agricultura, onde pelo menos um de seus membros possui vínculo empregatício ou atua como autônomo no comércio informal de gêneros alimentícios.

Observou-se certo equilíbrio entre as famílias estudadas. Para 50% das famílias de agricultores, a renda média gerada está entre 0 e 1 salário mínimo e para 46,87% dos agricultores está entre 1 e 2 salários mínimos e somente 3,13% encontram-se no patamar entre 2 e 3 salários mínimos.

As políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural na comunidade, mostraram-se diversificados em número, sobretudo, a partir da implementação de seis programas no âmbito estadual e federal. A extensão rural é de fundamental importância para o desenvolvimento rural da comunidade, tendo em vista que 87,5% dos agricultores familiares foram acompanhados por algum técnico do serviço de assistência técnica oficial, de forma continuada em pelo menos uma ocasião por ano e que em pelos menos 13 intervenções realizadas pelo órgão oficial, houveram o envolvimento de outras instituições conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

As primeiras inserções do PAA na comunidade ocorreram em 2010 com a adesão de 9,3% das famílias na comunidade rural. Essa política pública figurou-se como um importante canalizador de comercialização à transeuntes, em feiras na cidade de Macapá e a venda para atravessadores além de suprir as necessidades alimentares das famílias. Porém, em termos de recursos disponíveis para a execução houve uma diminuição considerável variando de R\$ 5.686.516,30 em 2010 para R\$ 2.200.234,21 em 2018 a nível estadual. Contudo, o número de proposta para acessar esse programa elevou-se substancialmente de 2 propostas em 2010 para 23 em 2018, caso de Macapá.

Já em relação ao PNAE, 37,5% das famílias de agricultores, tiveram acesso a essa política pública e ano após ano esse percentual tenderá para o aumento, tendo em vista a grande aceitação dessa política pública por parte dos agricultores, relacionados principalmente a facilidades de pagamentos por parte das instituições que adquirem os produtos e a possibilidade de adesão dupla, individual e coletiva.

No caso do PROTAF somente 25% das famílias foram contempladas com os recursos, cujo objetivo principal, foi implantar culturas de ciclo curto e intermediário como mandioca,

melancia, maracujá e macaxeira em áreas que em geral não ultrapassaram 1,5 ha. Ressalta-se que o estudo não demonstrou outros acessos a essa política pública estadual. Tudo leva a crer que em virtude da mudança do executivo estadual, essa ferramenta tenha sido deixada de ser executada.

Em relação ao PPI, o mesmo possuiu considerável número de beneficiários, ou seja 68,75% das famílias estudadas. Essa política pública, assim como PAA e PNAE já mencionados é considerado pelos agricultores um importante viés para a comercialização, sobretudo a venda nas feiras e para atravessadores e transeuntes na comunidade além da manutenção da família através da alimentação, nesse aspecto tido como principal mantedor da segurança alimentar.

No caso específico do PRONAF, esta é tida por autores como Abramovay (1999), Grisa e Schneider (2014, p. 132), e Schneider et al. (2004, p. 25-26), como a principal política pública para agricultura familiar; curiosamente esse programa obteve baixos índices de acessos (6,25%), e os que houveram, encontram-se em inadimplência junto a instituição credora. Entende-se nesse aspecto, que há a necessidade de ações mais articuladas em prol do desenvolvimento rural baseados no crédito agrícola rural no âmbito.

E, por fim, conclui-se que as políticas públicas são de suma importância para o desenvolvimento rural da comunidade estudada, para tanto, medidas deverão serem adotadas para a continuidade dos atendimentos, das quais a equilibrar as inter-relações entre as instituições responsáveis pela execução ou formulação das políticas públicas, priorizando a participação dos agricultores familiares no processo de construção.

## **2 FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR**

### **2.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO**

Para compreender os avanços ocorridos no meio rural brasileiro, tendo por base a construção das políticas públicas que atendessem de forma satisfatória os anseios dos agricultores familiares num contexto amplo, tornaram-se necessário o resgate histórico acerca da ocupação do território e a formação do espaço rural no Brasil, bem como discussões acerca do contexto histórico das políticas públicas com foco na agricultura familiar já institucionalizadas.

A forma do uso da terra sempre foi uma condicionante importante para o desenvolvimento rural brasileiro. Entender a questão agrária em todos seus aspectos é o primeiro passo para pensar em mecanismos de políticas públicas que sejam capazes de melhorar a vida da população rural, sobretudo, a agricultura de base familiar, que historicamente foram vítimas das desigualdades e injustiças sociais que a concentração de terras provoca.

Conforme Kageyma (2008, p. 83) para compreender a complexidade da questão agrária no Brasil, torna-se necessário mergulhar na história do latifúndio colonial. Pensar em desenvolvimento rural para o Brasil há de se levar em consideração, os motivos de tantos pobres no campo, mesmo diante de um território tão rico e vasto.

Para entender a configuração atual do meio rural brasileiro faz-se necessário analisar em profundidade o que Prado Jr. (1967 p. 165) menciona sobre a estrutura agrária brasileira. Para este autor, tal estrutura se configurou a partir da concentração de terras nas mãos de uma minoria, que corroborou direta ou indiretamente para firmar prestígios no campo social, político e econômico para estes detentores.

A primeira forma de ocupação no Brasil se deu na faixa litorânea em função da exploração de produtos extrativos e da exploração agrícola, o que de certa forma estabelecia um vínculo fraco com o interior do território. Nesse primeiro momento, o modelo ocupacional é marcado pelo regime predatório, principalmente de madeira, posteriormente o governo português passa a centrar esforços para a implementação de atividades agrícolas mais efetivas, como foi o caso da cana-de-açúcar, tornando-se a principal atividade, por voltar-se para o mercado europeu (FAORO, 2013).

A produção da cana-de-açúcar destinava-se ao atendimento do mercado externo, principalmente a Inglaterra. Suas lavouras eram cultivadas em larga escala, formando grandes latifúndios e as práticas agrícolas adotadas eram quase sempre rudimentares. Com esse sistema

predatório, eram sempre necessárias maiores quantidades de terra para a expansão da atividade e manutenção do espaço produtivo bem como a construção de novos engenhos para o beneficiamento da cana-de-açúcar.

Segundo Kageyma (2008, p. 89) a figura do engenho reunia não apenas a fabricação do açúcar, como também as propriedades, servindo como principais mantenedores da atividade de exportação do produto. A partir dessa lógica de produção, onde os engenhos eram a base para o beneficiamento do principal produto da atividade agrícola, eram percebidos o surgimento de pequenas propriedades com considerável grau de diversificação no interior dos próprios engenhos. A partir de então, surge a figura cada vez mais marcante, dos pequenos produtores autônomos, formados basicamente de índios e caboclos, com suas propriedades diversificadas, sempre próximas as grandes áreas de cultivo cuja produção destinava-se exclusivamente à subsistência e para atender parte das necessidades de pequenos núcleos urbanos formados.

Para Mendonça (1997) somente no século XVII é que o povoamento começou a adentrar no interior do território, em virtude do avanço do cultivo da cana-de-açúcar e o surgimento da atividade pecuária em áreas próximas aos canaviais, contribuindo para o povoamento mais efetivo do semiárido nordestino, e conseqüentemente o surgimento de novos núcleos urbanos nas áreas próximas às lavouras.

Buainain (2013) aponta que a produção diversificada das pequenas propriedades sempre existiu, dando suporte alimentício para que o ciclo econômico se sobressaísse, como foi o caso da cana-de-açúcar. Para ele, no interior das pequenas propriedades produtivas era comum encontrar policultivos, artesanatos e diversas formas de beneficiamento de produto além da criação de aves e gado para fins alimentícios e comerciais.

A contribuição econômica deste ciclo agrícola nesse aspecto se perdurou por quase dois séculos. O ciclo da cana-de-açúcar entra em declínio em função da entrada de países europeus, sobretudo a Holanda no processo de produção do açúcar, em virtude do domínio, da Espanha sobre Portugal e suas colônias. Conforme aponta Caio Prado Jr. (1967, p. 156), esse fato tornou-se possível pela exclusão da Holanda na participação dos lucros da produção brasileira, obrigando esta nação indiretamente passar a produzir açúcar para a comercialização. Os holandeses tinham pleno conhecimento sobre o processo de fabricação do açúcar, além de conhecerem sobre distribuição e comercialização do produto. O ganho de mercado foi inevitável, provocando o desinteresse pelo açúcar produzido no Brasil, contribuindo para o declínio da produção nacional.

O surgimento da cultura do algodão em meados do século XVIII provocou o início de um novo cenário no meio rural brasileiro. O algodão passou a ser demandado em grande escala

pela indústria têxtil inglesa. O algodão foi por muito tempo usado como matéria prima para a indústria têxtil em atendimento ao mercado externo, principalmente de países como a Inglaterra, suprindo demandas da revolução industrial inglesa. Estados do Nordeste, como Maranhão, Ceará e Pernambuco sagraram-se como maiores produtores, porém esse monopólio enfraqueceu após a chegada dos primeiros cultivos no sul do país, sobretudo, nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. O ciclo algodoeiro se sustentou até meados do século XIX, cedendo lugar ao ciclo do café, cujos cultivos adentraram em direção ao Sudeste brasileiro, com destaque para os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Diante do cenário econômico da época, decidiram verticalizar a produção e investir nas lavouras cafeeiras.

Segundo Del Priori e Venâncio (2006), na segunda metade do século XIX o café já era considerado no Brasil a principal cultura agrícola, destinado não apenas à exportação, como também em atendimento ao mercado nacional. Especificamente no sudeste brasileiro, se constituiu uma espécie de aglomeração dos núcleos urbanos em função da influência da atividade cafeeira observada, sobretudo, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Isso só foi possível em virtude da criação e expansão da malha ferroviária, observado principalmente no estado de São Paulo, favorecendo o crescimento demográfico populacional nessa parte do país.

O avanço da cultura do café em direção as demais áreas no interior do território se deu principalmente em função da importância que a cultura exercia na economia. A importância econômica cafeeira contribuiu para o uso exacerbado das terras, havendo a necessidade de novas práticas culturais conservacionistas, ao contrário, o avanço em direção a novas áreas era quase inevitável, promovendo o deslocamento de produtores para a implantação de novas lavouras e até outros estados.

Para Mamigonian (2017, p. 89), no início do século XX, grande parte do Sudeste já estava praticamente com seu território desmatado, cujo a vegetação primária foi substituída pela cultura do café, formando uma nova paisagem agrícola nessa parte do Brasil. Nesse aspecto a cultura cafeeira foi tão importante, que centenas de agricultores, em sua maioria familiares, deslocaram-se para o estado do Paraná e demais estados do Sul para a implantação de novas áreas, em função do clima, considerado similar ao de São Paulo um dos principais produtores nessa época.

Com o declínio da cultura do café em 1929, um novo cenário agrícola começa a se formar no Brasil. Grande parte das terras que eram ocupadas pela cultura do café, pouco a pouco foram sendo substituídas por outras culturas. Estados do Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), passaram a investir na implantação de lavouras de grãos, sobretudo milho, soja e na

pecuária extensiva de bovinos. Aos poucos as unidades familiares surgiam, ocupando principalmente as encostas e vales contribuindo para a formação de pequenos núcleos urbanos.

Em meados do século XX, os estados do Sul do País estavam praticamente todos ocupados, com cidades, núcleos urbanos e propriedades rurais em todas as escalas de tamanho e produção.

A saída governamental, para incrementar novas áreas para fins agrícolas, foram às iniciativas de colonização oficial em áreas localizadas em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e parte de terras no estado de São Paulo (LACERDA, 2005, p. 19).

Durante o regime militar (1964 – 1985) começa a surgir no Brasil o cenário de desenvolvimento pautado na abertura de novas áreas agricultáveis. As iniciativas voltaram-se a princípio para a construção de rodovias, fortalecendo a malha rodoviária nacional, principalmente em direção as capitais, a fim de promover a interligações do País, com destaque para a construção da Rodovia (Belém – Brasília), bem como a incorporação de novas áreas para fins agrícolas e pecuários, a partir de incentivos fiscais.

A década de 1970 caracterizou-se pela ocupação das terras na região Amazônica, prova disso, foram as iniciativas governamentais para acelerar o processo de colonização. Impulsionados por diversos conflitos de ordem agrária no nordeste brasileiro, baseados no dilema de “terras sem homens para homens sem terras” além do discurso de segurança nacional “integrar para não entregar”. O governo brasileiro cria uma frente de expansão, através do Programa de Integração Nacional (PIN).

O PIN, conforme apontam Léna (1988, p. 110), Kohlhepp (2002, p. 38) e Becker (2010, p. 122) viabilizou a abertura de grandes vias de penetração para locais até então inexplorados, com destaque para a construção da Rodovia Transamazônica, Perimetral Norte, Santarém-Cuiabá. Essas vias de ligação permitiram a chegada de pessoas das mais diversas regiões do país às terras mais longínquas da Amazônia. Formou-se então, um conglomerado de atores recém ocupantes das novas áreas: as grandes empresas agropecuárias, as médias propriedades e os pequenos proprietários de terras, que em geral eram agricultores familiares beneficiados com o recebimento de lotes com tamanho de 100 hectares as margens da rodovia.

Paralelo a esse processo, em outras regiões como o centro-oeste brasileiro, os processos produtivos se consolidaram organizacionalmente mais rapidamente, o resultado disso foi o direcionamento de algumas atividades voltadas, sobretudo, para os cultivos de grãos, com destaque para a cultura da soja, milho e algodão, estes responsáveis por grande parte da balança comercial nacional.

De outro modo, conforme enfatizam Altas (2018, p. 14) e Brasil (2004, p. 09), esse desempenho observado em algumas regiões do Brasil é fruto da conjuntura histórica e geopolítica de distribuição e ocupação de terras. No caso do centro-oeste, foi facilitada pela grande quantidade de terras disponíveis e o surgimento das rodovias para fins de escoamento da produção. Cerca de 51,19% das terras agrícolas estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais. O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking das desigualdades de acesso à terra, com 45% de suas terras agrícolas produtivas concentradas em propriedades superiores a 1.000 hectares que representa 0,91% do total dos imóveis rurais no país.

Diferentemente, na região amazônica, a dinâmica de exploração e de povoamento foi fortemente influenciada pelas condições naturais, dificuldade de acesso, de penetração na floresta densa, as doenças tropicais, os núcleos e cidades longínquas uma das outras. Todavia, a região entra em um processo dinâmico de ocupação do espaço.

O ciclo da borracha foi considerado o principal atrativo para a região, onde um grande contingente populacional migrou para a região, sobretudo, do nordeste brasileiro, para a extração do látex, matéria prima indispensável para a fabricação de pneus em atendimento as fabricas automotivas internacionais (BUENO; SCHILLING, 2012).

Após o fim do interesse internacional pela borracha amazônica, a região sofre consequências econômicas significativas, como o desemprego nas maiores cidades Belém e Manaus. Posteriormente, a região desperta o interesse para fins de exploração baseados em uma lógica predatória, principalmente a exploração madeireira, mineral e pecuária, fortalecidos pela abertura de rodovias e incentivos a criação de programas e projetos do governo federal, provocando novamente a elevação no fluxo migratório para a região formando posteriormente um cenário diverso onde se incluem garimpeiros, madeireiros, pecuaristas, agricultores patronais e os agricultores familiares.

A agricultura brasileira se destaca pelo grau de diversificação na produção de alimentos, grãos, frutas, legumes, peixes, carnes, frango em todas as regiões e é um pilar importante na economia nacional, todavia, alguns fatores impedem um melhor desempenho.

A agricultura patronal brasileira se desenvolve em meio a grandes desigualdades no campo. Este é responsável pela grande concentração de terras sob o domínio de uma minoria, ao passo que também se caracteriza pela pouca absorção de trabalhadores no campo. Em muitas regiões tem se agravado problemas relacionados ao êxodo rural, o desemprego nos grandes centros, e a falta de perspectiva no meio rural à medida que se intensifica a agricultura patronal.

A agricultura patronal assume o modo de produção capitalista, onde os insumos, a mão-de-obra, adquirem valores facilmente determinados pelos mercados. Portanto, em todos os

processos existe a lógica de produzir produtos que possuam valor reconhecidamente de mercado, e que sua troca se fundamente na obtenção de lucros. Esta lógica de produção diferentemente da agricultura familiar, não leva em consideração, princípios da segurança alimentar (ORSI, 2009, p. 06).

Conforme critérios estabelecidos nas diretrizes do MDA (2018a), para ser considerada agricultura familiar, consideram-se os seguintes critérios: núcleo familiar estabelecido, podendo ter empregados assalariados cuja a propriedade com no máximo quatro módulos rurais. Esse tipo de produção tem recebido apoio e incentivos públicos, estabelecidos pelo PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), sob o controle do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

De mesmo modo, Wanderley (2001) define agricultura familiar como aquela que a família assume os trabalhos na agricultura ao mesmo tempo que também é proprietária dos meios de produção. A base familiar acaba por influenciar toda a lógica do sistema produtivo, pois a maneira como se organiza a partir do trabalho-propriedade-família influenciam de forma significativa no âmbito socioeconômico da própria família. Ainda para essa mesma autora:

A agricultura familiar caracteriza-se pela a produção agrícola e pecuária ser realizada por pequenos produtores, cujo a mão de obra relaciona-se com o núcleo familiar, podendo também, contar com a presença de trabalho assalariado. Trata-se deste modo, de uma das expressões mais importantes em termos de produção de alimentos no Brasil, além de ser um dos setores que mais empregam trabalhadores no meio rural (WANDERLEI, 2009).

Para Elesbão (2007), os agricultores familiares são encontrados em todas as regiões do país, cujo esse segmento é responsável por 79% dos alimentos consumidos internamente no Brasil. Nota-se a importância que a política pública pautada no desenvolvimento rural pode exercer para a manutenção e melhoria desses índices.

Conceitualmente as políticas públicas são princípios considerados norteadores, diretrizes das ações do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e a sociedade. São nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, planos, programas e projetos), que orientam as ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 06).

Em 2010 foram identificados 4.467.908 estabelecimentos agrícolas familiares, representando 86,6% dos estabelecimentos agrícolas existentes no país, porém ocupam 24,9% da área dos estabelecimentos agrícolas brasileiros (IBGE, 2010c). A agricultura familiar brasileira é marcada pela diversidade na produção, sendo responsável por 88% da produção de

mandioca, 71% da produção do feijão, 68% da produção do milho, 67% na produção do café, 57% da produção de arroz, 60% do plantel de suínos. Tais dados demonstram que mesmo em pouca quantidade de terra para o exercício das atividades, a agricultura familiar é relevante, principalmente no que tange a produção de produtos consumidos internamente no país, representando 79% dos alimentos consumidos, formando a base alimentar da sociedade brasileira.

Todos esses avanços observados na agricultura familiar foram resultados de inúmeras reivindicações, movimentos e lutas, visando a descentralização da tomada de decisões em prol de ações que atendessem as reais necessidades deste segmento. Nesse aspecto, as iniciativas de cunho social contribuíram para formulação de novas políticas públicas voltadas para o meio rural de forma participativa e integrada.

Para Grisa e Schneider (2014, p. 139), a participação social garantiu a inclusão de novos atores reconhecidos como sujeitos de direitos. Portanto, novas regras e instrumentos de políticas públicas tornaram-se institucionalizadas, e esses avanços possibilitaram uma nova orientação por parte do Estado, permitindo a redefinição de regras e compreensões que afetavam as condições socioeconômicas da população rural.

A participação social na descentralização das políticas públicas foi considerada a principal ferramenta da democratização da relação entre o Estado brasileiro e os anseios da sociedade. Para Jean (1994, p. 58), a inovação institucional pautada no interesse social caracterizou-se cada vez mais marcante. Os problemas concretos vivenciados pela população poderiam ser reinterpretados e as respostas mais positivas.

As lutas sociais que buscavam a inserção de políticas públicas no meio rural também serviram para a formulação de medidas político institucional, prova disso, foi a criação do principal programa de assistência à agricultura familiar (PRONAF), foi criado neste cenário. Tem como finalidade promover o fortalecimento da agricultura familiar a partir de linhas de créditos específicos aos agricultores familiares excluídos até então dos processos de formulação de políticas públicas.

Essas políticas recentes proporcionaram a emergência de novos atores, principalmente a figura do agricultor familiar profissionalizado, baseado em discurso de competitividade como referência ideológica e pautado no mecanismo do desenvolvimento econômico.

As inserções de políticas públicas para o desenvolvimento rural geraram impactos que interferiram diretamente no modo de vida das populações rurais. Uns dos impactos mais percebidos estão relacionados à identidade sociocultural, que inclui o lugar do trabalho e o de cidadania, que inclui as relações de trabalho e com o meio ambiente das comunidades. Esse

processo segundo Gehlem (2004, p. 97) alterou a ótica dos produtores, os conceitos de trabalho e de competitividade nos seus aspectos de qualidade e de produtividade.

Essas mudanças não se universalizaram e a inserção de políticas públicas para o meio rural tem se mostrado insuficientes para resolver os problemas das populações historicamente esquecidas como os quilombolas, caboclos e indígenas e de cerca de 12% da população rural que sobrevive abaixo da linha da pobreza.

## 2.2 CONTEXTO E HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Para Teixeira (2002, p. 6), conceitualmente, políticas públicas são princípios norteadores, diretrizes das ações do poder público, ou seja, regras e procedimentos para as relações entre poder público e a sociedade. São nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, planos, programas e projetos), que orientam as ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

O primeiro mecanismo pautado no desenvolvimento com adoção de políticas públicas para o meio rural foi operacionalizado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), implantado em 1965. O SNCR teve como principal objetivo promover transformações de bases técnicas nos estabelecimentos agrícolas, pautados na elevação da produtividade e na consolidação dos complexos agroindustriais.

Segundo Schneider et al. (2004, p. 25), o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) foi a primeira experiência de política pública destinada exclusivamente à valorização da pequena produção rural. O PROVAP funcionava por meio da utilização de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e tinha como objetivo o aporte financeiro junto a pequenos agricultores.

Para alguns autores, como Belik e Paulillo (2009, p. 98) e Maluf (2009, p. 147), os resultados da implementação desta política pública foram desprezíveis do ponto de vista de seu objetivo, que neste caso, seria o aporte de recursos para os agricultores familiares. Todavia, a sua principal contribuição consistiu na formulação de um novo cenário efetivamente participativo, como uma espécie de transição para as políticas públicas com aspecto diferenciado, a fim de atender de fato as necessidades da pequena produção de agricultores de base familiar.

Foi oportuna a criação do PROVAP para reconhecer a agricultura familiar como segmento diferenciado, pois neste aspecto, antes da criação, os pequenos agricultores familiares

eram classificados segundo o manual de crédito rural do Ministério da Agricultura como mini produtores. Assim, essa classificação contribuía para a continuidade das desigualdades no campo no que concerne à captação de recursos, pois historicamente a grande propriedade caracteriza-se como os maiores beneficiários de créditos para o meio rural disponibilizados no país.

No governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, modificações no PROVAP foram implementadas, modificações estas voltadas, sobretudo para sua área de abrangência, constituindo-se como embrião daquela que hoje é considerada a principal política pública voltada para o atendimento e a valorização da agricultura familiar no Brasil, o PRONAF.

De acordo com Brasil (2004, p. 10), o PRONAF foi institucionalizado pelo decreto presidencial nº. 1946, de 28 de julho de 1996, que visa o fortalecimento da agricultura familiar, pautados no apoio técnico e financeiro, com intuito de promover o desenvolvimento rural sustentável, cujo seu objetivo principal consiste no fortalecimento da capacidade produtiva de estabelecimentos agrícolas familiares, além de contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais, e melhorar de sobre maneira a qualidade de vida dos agricultores familiares beneficiados.

A institucionalização do PRONAF representou o reconhecimento e a legitimação por parte do Estado brasileiro, em relação às especificidades, de uma nova categoria social, os agricultores familiares Schneider et al. (2004, p. 35). A criação do PRONAF significou uma resposta do Estado às pressões dos movimentos sindicais rurais e o reconhecimento dessa classe de trabalhadores rurais, outrora excluídos dos processos decisórios, mudando decisivamente os rumos do desenvolvimento rural, tanto na esfera política, governamental e social.

Indiscutivelmente, o PRONAF destaca-se como a principal política pública do governo federal em apoio aos agricultores familiares nos últimos 25 anos. Torna-se notório maior dimensão adquirida por esta ferramenta de desenvolvimento rural, tendo em vista que no início de sua criação, em 1996, suas ações voltavam-se apenas para o crédito e ao custeio, todavia, no ano seguinte, a ampliação volta-se para investimentos em infraestrutura, serviços, capacitação e pesquisa.

O reconhecimento da agricultura familiar como segmento promovedor do desenvolvimento rural a partir de inserção de política pública de apoio, no caso do PRONAF, ocorreu no Brasil quase um século depois das primeiras experiências observadas em países desenvolvidos, como França e Reino Unido, pela adoção de políticas de financiamento das atividades agrícolas e protecionismo da produção. Essa diferença temporal pode explicar o

desempenho dessas nações em relação ao Brasil, todavia, algo em comum foi efetivamente importante, a participação dos atores sociais através de suas organizações e lutas desempenharam um papel relevante na formulação do novo cenário agrícola brasileiro. Portanto, a criação do PRONAF significa uma conquista histórica para os trabalhadores rurais pela acessibilidade de diversos serviços, sobretudo, financeiros e estruturais oferecidos, até então negligenciados pelo Estado brasileiro.

O acesso aos serviços proporcionados pelo PRONAF de acordo com Veiga et al. (2007, p. 121), também representava a possibilidade de aumentar e de diversificar os projetos produtivos dos agricultores familiares, contribuindo para a elevação da renda e consequentemente a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Assim, é possível afirmar que a finalidade se pautava no apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, reconhecidamente como segmento capaz de diminuir as desigualdades no campo, promovendo de forma efetiva a satisfação e o bem-estar de agricultores e consumidores dentro de uma lógica sustentável da produção.

### **2.2.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**

A criação da principal ação destinada à agricultura familiar no Brasil é fruto das diversas lutas sociais que buscavam a inserção de políticas públicas no meio rural para atender as necessidades de agricultores familiares, historicamente excluídos dos processos de construção. As lutas sociais para a inserção de políticas públicas nesse contexto contribuíram para formulação de medidas político-institucionais, mudando definitivamente os rumos do desenvolvimento rural brasileiro.

Considerada a principal política pública no período recente, destinada a agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado, conforme enfatizam Abramovay (1999), Grisa e Schneider (2014, p. 132) e Schneider et al. (2004, p. 26), como uma forma de reconhecimento por parte do estado brasileiro em relação às especificidades de uma nova categoria social, os agricultores familiares, conceituados historicamente como agricultores de baixa renda, pequenos produtores e agricultores de subsistência.

Conforme mencionam Mattei e Cazella (2004, p. 12), os juros de créditos disponíveis ao programa são consideravelmente abaixo da inflação, fato que facilita a busca pelos recursos para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, além da aquisição de equipamentos também previsto de acordo com as especificações de cada linha de crédito do programa.

De acordo com MDA (2018b), a atual conjuntura do programa, em relação às linhas de créditos distribuem-se conforme o Quadro 01.

**Quadro 01:** Distribuição de Linhas de Créditos disponibilizadas pelo PRONAF.

<b>LINHAS DE CRÉDITOS DO PRONAF</b>	
<b>Tipo de PRONAF</b>	<b>FINALIDADE</b>
Custeio	Financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF.
Investimento	Financia máquinas e equipamentos, visando a melhoria da produção e serviços agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.
Microcrédito	Atende os agricultores de menor renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias. Os créditos podem cobrir qualquer atividade que gere renda para família.
Agroecologia	Financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação do empreendimento.
Mulher	Oferecido especialmente a mulheres. Financia investimentos de proposta de crédito, independente de estado civil da mulher. Pode ser utilizados em atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato, ou outras atividades no meio rural de interesse da mulher.
Eco	Investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologia de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, aproveitamento hidroenergético, silvicultura e recuperação de solos.
Agroindústria	Financia investimentos em infraestruturas, que visam o beneficiamento, o processamento, a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais, extrativismo, artesanato e do turismo rural.
Semiárido	Financia projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos ecossistemas, que priorizem a infraestrutura hídrica e a implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, relacionadas à projetos agropecuários e não agropecuários de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
Jovem	Financia proposta de crédito de jovens agricultores e agricultoras com idade entre 16 a 29 anos. Os recursos são destinados a implantação, ampliação ou modernização de produção ou serviços nos estabelecimentos rurais.
Floresta	Financia projetos voltados sistemas florestais, como exploração extrativa ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
Custeio e comercialização	Destinado aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria ou de terceiros.
Cotas-Partes	Financia investimentos para integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação de capital de giro, custeio ou investimentos.

Fonte: Adaptado de MDA (2018b).

### 2.2.2 Programa de Aquisição de alimentos (PAA)

O programa de aquisição de alimento PAA, criado pela lei nº. 10. 696, de 02 de julho de 2003, foi uma das ações do então Programa “Fome Zero” do governo federal cujo principal objetivo de sua criação foi proporcionar o atendimento das populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, além da inclusão social por meio do fortalecimento da agricultura familiar a partir da aquisição da produção. Nota-se que o programa em sua constituição possui dois públicos beneficiários bem definidos: os beneficiários fornecedores e os beneficiários consumidores.

Beneficiários fornecedores são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos de comunidades tradicionais. Os beneficiários consumidores são os indivíduos considerados em insegurança alimentar e nutricional e indivíduos atendidos por redes socioassistencial e pelos programas de alimentação e nutrição conforme estabelece o Artigo 3º da lei nº 11.326 de 24 de julho de 2018 (MDA, 2018c).

A dinâmica do programa pauta-se principalmente na compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, e destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de públicos atendidos por programas socioassistenciais e por redes públicas de alimentação e nutrição. Destaca-se que esses alimentos são adquiridos com dispensa de licitação, porém, os valores dos produtos ofertados não devem ultrapassar os valores praticados nos mercados locais, em alguns casos, mercados regionais, e que somente no caso de produtos orgânicos ou agroecológico, admitem-se sobre preço em até 30%.

Delgado et al. (2005) citam que a importância do (PAA) também está em contribuir para a formação de estoques públicos de alimento, diretriz essa, também observada com as organizações dos agricultores familiares. A comercialização dos produtos para a esfera governamental no âmbito municipal, estadual e federal representa o fortalecimento das redes locais e regionais, formando um circuito de valorização da produção que a posteriori significa diminuição das desigualdades no campo.

Mesmo sendo percebido grande relevância do PAA para a melhoria da qualidade de vida no meio rural, estudos desenvolvidos como os de Salgado (2017, p. 670) apontam que o programa ainda possui serias limitações, as quais dificultam sua operacionalização e seu melhor desempenho. Os principais limites estão relacionados principalmente a publicidade dessa política pública, o desconhecimento da mecânica do programa tem gerado beneficiários cada vez mais insatisfeitos, o fruto disso é o surgimento da inconformidade de beneficiários.

### 2.2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi instituído pela lei 11.947, de 2009, cujo suas diretrizes preveem a aquisição de no mínimo 30% dos alimentos oriundos da agricultura familiar, para serem disponibilizados na forma de alimentação nas escolas da rede públicas de ensino. Conforme menciona Ribeiro (2013, p. 37) o PNAE além da aquisição de alimento de qualidade destinados as escolas, também possibilita a geração de renda para os agricultores/fornecedores aquecendo a economia do município promovendo o desenvolvimento local e regional.

A criação deste dispositivo legal mostra-se complexo do ponto de vista de seus objetivos, conforme descrito no artigo 14 da referida lei. Os recursos para a aquisição dos alimentos serão provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e poderão participar das chamadas públicas prioritariamente os agricultores familiares beneficiários da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

A criação do PNAE diz respeito à iniciativa governamental baseados na política nacional de segurança alimentar estrategicamente fortalecida a partir do início do século XXI, por meio de inúmeras reivindicações por partes das organizações sindicais (sindicatos e associações), apoiadores da necessidade da melhoria das condições de vida da população rural, sobretudo da agricultura familiar (CALDAS, 2013, p. 79).

O estabelecimento do PNAE significou a continuidade das políticas públicas destinadas ao atendimento das necessidades da agricultura familiar, iniciadas em 1996 com a criação do PRONAF e posteriormente à criação PAA em 2003. Segundo Rodrigues (2013, p. 13), a criação desses programas pautou-se no programa de referência, conhecido nacionalmente como “Fome Zero” e tais iniciativas governamental foram reflexos das influências do modelo de inserção de políticas públicas europeias mudando consideravelmente o modelo brasileiro.

Atualmente todos os entes da federação compõem o PNAE de forma efetiva. A dinâmica de desenvolvimento das ações ocorre de forma igualitária, o governo federal realiza o repasse aos estados e municípios e a sociedade civil por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público (MP) fiscalizam aplicação dos recursos.

Segundo FNDE (2018), o repasse dos recursos é baseado no censo escolar do ano anterior ao ano letivo, onde cada aluno é definido de acordo com a etapa e a modalidade de ensino, conforme a Tabela 01:

**Tabela 01:** Amapá: repasse de recursos por aluno por dia letivo (2016/2017).

Modalidade	Valor (R\$)
Creche	1,07
Pré-Escola	0,53
Escolas indígenas/Quilombolas	0,64
Ens. Fundamental e médio.	0,36
EJA	0,32
Ensino integral	1,07
Ensino médio tempo integral	2,00
Educação especial	0,53

Fonte: Adaptado de FNDE (2018).

Conforme a tabela acima nota-se diversidade de atendimento de beneficiário e de valores disponibilizados para aquisição de alimento. Segundo dados do FNDE (2018) foram repassados ao estado do Amapá referente ao ciclo agrícola de 2016/2017 o montante de R\$ 2.177.893,98 deste R\$ 978.233,54 foram destinados a aquisição de alimento da agricultura familiar, conforme preconiza o programa, o que representou 44,92% do uso total dos recursos repassados ao Estado para esta finalidade.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS COM FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA

A construção de rodovias, programas de colonização oficial dirigidos e a adoção de incentivos fiscais há mais de 40 anos caracterizam-se como as primeiras políticas públicas para o desenvolvimento da Amazônia, todavia, além de serem consideradas insuficientes em muitos aspectos, foram responsáveis por profundas transformações na estrutura econômica, demográfica e ecológica da região.

Estudos demonstrados por Veiga et al. (2007, p. 104–105), nas Regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará, apontaram que até a década de 1960 a presença do Estado Brasileiro na região era considerada incipiente. A economia era voltada quase que exclusivamente ao extrativismo e a agricultura pautava-se na subsistência. Em meados desta mesma década a dinâmica desenvolvimentista sofreu significativas mudanças a partir de implementação de programas e projetos voltados para o desenvolvimento e a integração nacional, cujo objetivo principal baseava-se em melhor estruturação fundiária e a ocupação do espaço pela agricultura e pelas fazendas destinadas a criação de gado.

O Programa de Integração Nacional (PIN) foi a primeira iniciativa governamental para o “desenvolvimento da Amazônia”, pautava-se principalmente em disciplinar os assentamentos

rurais na Amazônia, cujo objetivo principal consistia em fixar no meio rural os excedentes populacionais do Nordeste brasileiro em áreas devolutas, tal iniciativa culminou na necessidade de um arcabouço organizacional, principalmente a criação de diversas instituições de apoio a esses projetos de integração (PEREIRA, 1997, p. 06; VEIGA et al., 2007, p. 105) .

O entusiasmo governamental e o direcionamento de apoio à grande propriedade determinavam o viés econômico estabelecido pelo PIN desde a sua criação. As crescentes dificuldades observadas na consolidação de modelos desenvolvimentista de ocupação adotadas na Rodovia BR 230 Transamazônica e Rodovia BR 163 Santarém Cuiabá, ambas no Estado do Pará, contribuía para o desestímulo da ocupação pelo modelo adotado pelo governo.

Com base na intensificação do fluxo migratório para a Amazônia, o governo criou por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN), em 1985, o Programa Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) (REZENDE, 1999). Tinha como objetivo principal o aumento da produção e da produtividade dos agricultores familiares assentados da reforma agrária a partir da participação nos mercados locais e regionais, tornando-os “independentes” da tutela governamental. Efetivamente conforme pondera Cardoso (1997, p. 19), o programa passa a cumprir com suas finalidades 8 anos mais tarde a sua criação a partir da destinação de 10% do montante de recursos destinados ao atendimento dos fundos constitucionais do Nordeste, Centro-oeste e Norte.

De acordo com Barbosa et al. (2015), formou-se uma região com características marcantes, sobretudo no que tange a heterogeneidade de atores dentre os quais, empresas privadas, cooperativas, empresas agropecuárias e assentados da reforma agrária, representados por agricultores familiares.

Para Pereira (1997) a inserção das políticas públicas pensadas para o desenvolvimento da Amazônia possuía características pautadas no autoritarismo e no elitismo, elaboradas a partir de um viés estritamente econômico. No entanto, a partir da evolução do processo democrático após o fim do regime militar, tornou-se possível a participação mais ativa por parte da sociedade na construção das políticas públicas voltadas para o meio rural.

Nesse sentido, nota-se a construção de um novo cenário para o desenvolvimento rural na Amazônia, por meio da inclusão de um sistema institucional mais democrático e justo, principalmente no que se refere à mudança nas estruturas organizacionais com a participação social/governamental que visavam a diminuição das injustiças e das desigualdades, e melhores condições de distribuição de riqueza, renda e de poder.

Conforme pondera Wanderley (2001, p. 37) a elaboração de políticas públicas é o resultado da correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes.

São justamente as partes interessadas que fazem suas proposições de políticas, defendem respectivamente seus interesses e modelo pensados para o desenvolvimento segundo a sua própria lógica.

Consideravelmente, no caso do Brasil, não diferente da Amazônia, a influência de instituições e organização da sociedade de ordem participativa são capazes de determinar os rumos das políticas governamentais. As políticas públicas para o desenvolvimento rural observados na Amazônia são um exemplo singular desse processo construtivo, contribuindo para a formação de novos cenários e o resultado dessa interação entre entes governamentais das diversas esferas e a sociedade tem gerado um efeito positivo no que diz respeito ao suprimento das demandas observadas.

Conforme aponta Mello (2006), na última década, os movimentos sociais, sobretudo o de camponeses, têm conseguido influenciar significativamente o processo de construção e elaboração de política pública de desenvolvimento para agricultura, pecuária, mercado e indústria na Amazônia, com reflexos positivos na melhoria das condições de saúde, educação, habitação, mesmo ainda sendo observados diversos problemas de ordem socioestruturais.

Segundo este mesmo autor, os governos neoliberais dos anos 1990 mantiveram forte influência sobre a determinação de políticas públicas e dos modelos de desenvolvimento formulados para o Brasil e para a Amazônia. Esse modelo de governança também contribuiu para o estado de precarização de novas iniciativas públicas, favorecendo um cenário propício para os movimentos de camponeses se manifestarem, propondo outras políticas públicas para o desenvolvimento rural, evidenciando um cenário de disputa política sobre os modelos de desenvolvimentos atuais e os desejáveis.

Segundo Veiga et al. (2007, p. 105), as constantes disputas levam à emergência e o fortalecimento da representação da agricultura familiar no campo político regional. As formulações de representação da sociedade civil aliado às mudanças nas políticas agrícolas nacionais contribuíram para a inclusão de novas políticas públicas de anseio da agricultura familiar, pautadas principalmente na aquisição de propriedades, na regularização fundiária e iniciativas de fomento das atividades agrícolas.

Segundo Filgueiras (2002) a inclusão de políticas públicas de fomento tornou-se indispensável para o sistema de produção praticado por agricultores familiares na Amazônia. Essas iniciativas governamentais têm provocado significativas mudanças nos últimos anos. Os sistemas de produção caracterizavam-se por certo grau de similaridade ao longo de toda região Amazônica, constituíam-se basicamente de atividades de roça (sistema de corte e queima), pequenas criações de aves, gado e extrativismo.

Conforme Oliveira (2013), a partir de estímulos ao acesso à créditos bancários, observou-se a elevação na diversidade das atividades praticadas pelos agricultores familiares. A inserção dessas políticas públicas, segundo esse autor, também contribuiu para formação de um desenvolvimento rural regional, provocando o surgimento de diferentes sistemas de produção, influenciando na mudança da estratégia produtiva dos diversos tipos de agricultores familiares.

De forma paralela, uma ferramenta que também pode ser utilizada no processo de desenvolvimento rural por meio da inclusão de políticas públicas é a participação efetiva de assistência técnica aos agricultores.

Segundo Veiga et al. (2007, p. 111) a participação desses agentes vem contribuindo para modificação do cenário rural amazônico, por proporcionarem estímulos à diversificação de atividades a partir da implementação de cultivos de culturas perenes, além da criação de diversos animais de pequeno, médio e grande porte. A participação da extensão rural nesse contexto tem elevado os sistemas agrícolas e pecuários a níveis mais técnicos e ao mesmo tempo mais participativos, fortalecendo o elo entre as ações governamentais e as necessidades dos agricultores familiares.

Oliveira et al. (2013, p. 15) menciona em estudo realizado no estado do Pará que a inserção de políticas públicas para o desenvolvimento rural trouxe significativas mudanças no aspecto da comercialização dos produtos agrícolas da agricultura familiar. A inclusão da produção no mercado regional e inter-regional tem aumentado gradativamente, provocando um reflexo positivo na melhoria da qualidade de vida da população rural.

Promover o desenvolvimento rural na Amazônia por meio da inserção das políticas públicas conforme aponta Oliveira (2013, p. 87) não é uma tarefa fácil. A Amazônia brasileira apresenta particularidades que requerem um tratamento diferenciado quando se trata de planejar e incentivar seu desenvolvimento dado a sua imensa biodiversidade, todavia torna-se cada vez mais perceptível a grande desigualdade social nesse território tão complexo.

Deste modo Bezerra (2011) pressupõe-se que a inserção de política pública voltada para do meio rural, significa o fortalecimento da atuação e da presença do estado de forma ampla e integrada, promovendo a criação de espaços de diálogos para a construção de um novo cenário de desenvolvimento, tendo em vista a heterogeneidade dos agentes que atuam.

Todos esses avanços só foram possíveis a partir de iniciativas governamentais aliadas à participação popular, culminando na melhoria da infraestrutura regional, sobretudo no que tange em melhorias na qualidade das vias para escoamento da produção e na criação de circuitos

de comercialização dos produtos, como forma de valorização da produção, embora ainda sejam percebidas dificuldades de acesso a essas políticas públicas.

#### 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS COM FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO AMAPÁ

No estado do Amapá conforme apontam os dados do IBGE (2004a, p. 34), 33,4% das propriedades compreendidas entre 10 a 100 hectares estão sob domínio da agricultura familiar. Que em geral, no Estado, caracteriza-se pelo baixo padrão tecnológico, pouca participação nos mecanismos de mercado e baixa disponibilidade de capital para a exploração das atividades. Mesmo assim, Segundo Lomba e Silva (2014), a agricultura familiar no Amapá desempenha um papel de extrema importância na manutenção do trabalhador no campo evitando ou diminuindo o êxodo rural, através da garantia da segurança alimentar das famílias.

A agricultura familiar desenvolvida no Amapá representa um potencial no que concerne a ocupação de trabalhadores no campo, capaz de promover o desenvolvimento por meio da geração de emprego e renda. Todavia, esses aspectos favoráveis só se manterão a partir da ação de mecanismos pautados no fortalecimento de estratégias como as políticas públicas de assistências técnica e extensão rural, compras governamentais e crédito rural (LOMBA; SILVA, 2014).

As primeiras iniciativas de políticas públicas destinadas ao meio rural no Amapá foram implementadas em 1974, com a institucionalização do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, através da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amapá (ACAR), vinculada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Esse período foi marcado pelo surgimento das iniciativas de crédito como política pública institucionalizada em atendimento ao meio rural.

Os créditos rurais concedidos ao Amapá destinaram em sua maioria para o cultivo de seringueira (*Hevea brasiliensis* Muell. Arg.) por meio do Programa de Incentivos à produção de Borracha Natural (PROBOR), criado em 1972, o qual destinou recursos para a implantação de 120 hectares de seringueira nos municípios de Macapá, Santana e Mazagão.

A continuidade do apoio financeiro para a implantação das novas lavouras fracassou em virtude do ataque de doenças nos seringais inviabilizando a exploração, provocando o abandono de milhares de hectares ao longo de toda a região amazônica entre as décadas de 1970 e 1980 (LOMBA; SILVA, 2014).

Paralelo a esse fracasso regional, o estado do Amapá iniciou uma nova vertente de apoio ao meio rural, os créditos passaram a voltar-se sobretudo, para a pecuária, (criação de bovinos e bubalinos) e para o cultivo de frutíferas e de pimenta-do-reino (*Piper nigrum L.*), este último também fracassado com a disseminação de doenças fúngicas.

Na década de 1980 a partir da implementação do Programa Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), o Amapá aprova uma linha de financiamento específica para os agricultores incluídos em áreas de reforma agrária, tal iniciativa modifica consideravelmente a vida de alguns assentados. Todavia mesmo não tendo êxito, por provocar o endividamento de muitos agricultores, essa iniciativa governamental tornou-se marcada pela exclusividade para um público específico os agricultores familiares.

De outro modo esta iniciativa governamental serviu para apontar que o apoio financeiro não era o bastante, prova disso, foram os endividamentos de diversos agricultores a partir do acesso ao crédito. Tornou-se evidente a necessidade da integração entre políticas públicas pautadas no desenvolvimento, além da importância do acesso a um programa de extensão rural.

#### **2.4.1 Programa de Aquisição de alimento (PAA) no Amapá**

No estado do Amapá, o Programa de Aquisição de Alimento começou de fato a ser operacionalizado somente seis anos após sua criação no âmbito nacional, por meio do decreto 6.447 de 07 de maio de 2008, que passa efetivamente a ser executado somente em 2009. Os atrasos na execução das atividades relacionadas ao programa deram-se em virtude da falta dos repasses de contrapartidas referente ao governo do estado. Essa falta de repasse por parte do governo estadual trouxe sérias consequências para efetivação dessa política pública de apoio à agricultura familiar no âmbito estadual.

Conforme descrevem Silva e Filocreão (2014, p. 96), no Amapá, o PAA é executado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), em parceria com a Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social (SIMS). Basicamente o funcionamento do programa caracteriza-se pela aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). No caso do Amapá, esses produtos são adquiridos pelo Rurap a preços compensatórios, levando em consideração as peculiaridades estaduais, além dos hábitos alimentares da população local e o mercado regional.

Segundo dados do Rurap (2018a), o PAA no Amapá está distribuído em todos os 16 municípios, onde cada agricultor familiar beneficiado pelo programa, pode comercializar até

R\$ 4.500,00 na venda de produtos durante a vigência do programa, que em geral, tem duração de um ano. Nesse sentido as diretrizes do PAA apontam para uma aquisição por parte das instituições públicas de forma direta com doações simultânea. Em outras palavras, o Amapá por meio do Rurap compra a produção dos agricultores e doa simultaneamente a instituições e a entidades filantrópicas e presente no estado.

Segundo Silva e Filocreão (2014, p. 97), são 31 espécies de produtos comercializados pelos agricultores familiares atendidos pelo programa no Amapá, dentre os quais, os hortifrutigranjeiros, pescados, grãos e aves. A Tabela 02 demonstra o quantitativo de produtores que comercializaram seus produtos, os produtos comercializados e a quantidade em kg de produtos fornecidos nos anos de 2016/2017.

**Tabela 02:** Programa de Aquisição de Alimento no Amapá (2016/2017).

<b>Produtos fornecidos ao PAA no Amapá – 2016/2017</b>		
<b>Hortifrutigranjeiros</b>		
<b>Produtos</b>	<b>Nº de Agricultores</b>	<b>Quantidade (Kg)</b>
Abóbora	93	8.076,50
Abobrinha	27	614,65
Alface	164	4.028,45
Abacate	8	129,00
Batata doce	9	534,75
Berinjela	6	122,05
Cebolinha	273	4.993,20
Pimentinha	194	914,00
Cheiro verde	54	818,55
Chicória	34	171,5
Coentro	186	2.690,51
Couve	276	4.607,00
Mandioca	218	22.596,20
Maxixe	63	2.000,60
Pepino	99	5.053,90
Abacaxi	6	1.064,00
Acerola	9	88,5
Banana	320	25.608,40
Coco	148	10.420,80
Graviola	5	104
Jaca	1	124,7
Laranja	25	1.606,70
Limão	49	1.315,00

Continua.

Continuação.

<b>Produtos fornecidos ao PAA no Amapá – 2016/2017</b>		
<b>Hortifrutigranjeiros</b>		
<b>Produtos</b>	<b>Nº de Agricultores</b>	<b>Quantidade (Kg)</b>
Tangerina	21	511,00
Mamão	49	1.932,35
Maracujá	32	1.493,70
Melancia	50	20.826,90
Manga	13	215,45
	Grãos	
Milho	45	6.303,50
	Peixes	
Peixes	37	4.540,50
	Aves	
Frango	15	880,00

Fonte: Adaptado de MDS (2018).

#### **2.4.2 Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP)**

O Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá foi criado pela Lei nº. 0039/1992 e posteriormente alterado pelo Decreto Estadual nº. 3481/2007. Basicamente sua receita provém das fontes orçamentárias do estado e dos encargos financeiros provenientes de empréstimos, doações, ou outras contribuições destinadas ao respectivo fundo. O principal gerenciador do FRAP é a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá (SDR), sendo responsável pela viabilidade das ações específicas do desenvolvimento das atividades agropecuária em todo o território amapaense (GEA, 2018a).

#### **2.4.3 Programa de Produção Integrada (PPI)**

O Programa de Produção Integrada (PPI), foi criado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), em 2007, e implantado efetivamente em 2008. O objetivo geral da criação do PPI, foi baseado em uma necessidade dos agricultores familiares no estado Amapá. De modo geral, sua criação pautou-se em promover a introdução de tecnologias, bem como promover a melhoria no processo produtivo das propriedades contempladas, além de promover a recuperação de áreas degradadas reduzindo assim os problemas de ordem ambientais.

Conforme apontam Silva e Filocreão (2014, p. 92), a criação do PPI no Amapá se fundamentou na perspectiva de estabelecer e um modelo de agricultura consolidada para o Estado, considerando, sobretudo, a sustentabilidade, que envolvessem os aspectos sociais,

econômicos e ambientais e tendo como foco principal superar a insuficiência no que concerne a produção alimentos aliados a problemas referentes a degradação ambiental.

Do ponto de vista prático, as atividades previstas no programa contemplavam inúmeras técnicas agrícolas voltadas para o preparo de áreas para os cultivos, correção de solos, adubação, insumos e capacitação destinada às famílias contempladas. Conforme afirma relatórios de avaliação da SDR (2018a) optou-se pelos cultivos consorciados de espécies alimentares, principalmente por frutíferas de ciclos considerados curtos, não descartando espécies de importância alimentar de ciclos médios e longos.

O desenvolvimento do programa visava duas etapas distintas: A primeira consistia no consorciamento das espécies consideradas com ciclo curto (culturas anuais), como a mandioca, milho, arroz e feijão. A segunda etapa, os agricultores eram orientados a introduzirem espécies de ciclos mais longos como as espécies perenes, ambos os cultivos poderiam ocupar a princípio uma área de 01 hectare. De acordo com Silva e Filocreão (2014, p. 92–93), este modelo na visão do programa formava a chamada “floresta de alimentos”, em tese, os investimentos na implantação desse modelo se encerrariam com a implantação das culturas perenes. Na prática esse objetivo não tem se concretizado, em função de inúmeros problemas de ordem estrutural observados no programa.

A priori a criação do programa, foi para atender à três safras agrícolas consecutivamente, referente aos anos de 2008, 2009 e 2010. Beneficiando agricultores familiares de 14 municípios amapaenses. Os problemas de ordem estrutural ocasionaram falhas consideráveis no andamento do PPI, deixando de haver o acompanhamento e a adesão de novos beneficiários em função da transição política no governo estadual do Amapá observado em 2010, provocando sérias consequências, relacionadas principalmente ao desempenho das famílias contempladas no programa.

De acordo com dados da SRD (2018a), o ano de implantação do programa, foi o período de maior índice de beneficiários, com 100% de agricultores aptos e todos contemplados, que representou 543 famílias de agricultores nos 16 municípios amapaenses. Consideravelmente, desde o período da criação aos dias atuais, a ação do PPI tem contribuído de forma significativa no que concerne ao aumento da organização do meio rural amapaense. Tornando-se notório o surgimento e o engajamento de associações, cooperativas, e outras organizações de agricultores familiares na busca ao acesso de recursos e inovações tecnológicas voltadas para o meio rural.

Do ponto de vista do desenvolvimento, a participação dos agricultores na formulação de políticas públicas, como o PPI é de essencial importância, pois segundo Grisa e Schneider (2014, p. 130), a organização dos agricultores é uma ferramenta indispensável na construção de

projetos, a fim de pleitear recursos a partir de demandas criadas pelos próprios agricultores, portanto é necessário que haja interação entre instituições e agricultores a fim de que haja a chamada troca de experiência entre os atores envolvidos no processo de construção de políticas públicas pautadas para o meio rural.

O PPI foi fundamental para algum progresso da agricultura familiar no estado do Amapá, principalmente no que tange a produção de alimento como garantia da segurança alimentar das famílias, além da comercialização, todavia alguns dados apresentados pela SDR, relacionados a safras ano após ano, podem abrir lacunas para questionamentos, pela inexistência de pesquisas de campo que de fato comprovem números apresentados nos seus levantamentos (SILVA; FILOCREÃO, 2014, p. 87).

#### **2.4.4 Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (PROTAF)**

A primeira experiência com o Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta ocorreu em 2011, com o objetivo de promover a diversificação da produção agrícola amapaense, além da recuperação das áreas degradadas tornando-as possíveis de utilização. As práticas agrícolas recomendadas pautavam-se nos princípios da sustentabilidade, sobre tudo, das pequenas propriedades oportunizando melhor a distribuição de renda por meio da elevação da produtividade dos estabelecimentos agrícolas com o uso do Sistema Bragantino.

O Sistema Bragantino é uma técnica de cultivo consorciado e contínuo. Em um primeiro momento culturas como o arroz, milho, mandioca, feijão-caupi e melancia podem ser inseridas nas propriedades agrícolas familiares visando a produção de alimento com maior rapidez. Este sistema tem como objetivo principal promover a recuperação da fertilidade dos solos degradados e posteriormente formar um sistema agroflorestal a partir da introdução de espécies de frutíferas regionais ou adaptadas ou espécies florestais. Os principais benefícios do sistema bragantino, diz respeito, a elevação dos índices de produtividade e a diminuição dos custos de implantação das culturas, além da diminuição no uso de maquinário e provocando melhorias na conservação ambiental dos agrossistemas (CRAVO et al., 2005; DE ABREU SÁ et al., 2007; GALVÃO et al., 2008).

Em 2012, o PROTAF foi reformulado, e a segunda experiência do programa pautou-se em atender um número maior de agricultores, fomentando não apenas a produção da agricultura em si, como também se volta para o fomento de novas cadeias produtivas, principalmente a da produção do açaí (manejo dos açaizais), horticultura, meliponicultura e apicultura. Conforme o Quadro 02 de metas do programa:

**Quadro 02:** Metas estabelecidas pelo Programa Territorial de Agricultura Familiar e Floresta no ano de criação (2011).

n	METAS ESTABELECIDAS NO PROTAF
01	Implantar 1.700 ha do PROTAF da modalidade Agricultura: Culturas alimentares x Fruticultura x espécies florestais
02	Implantar 170 ha de PROTAF: Modalidade Horticultura
03	Implantar 450 ha de PROTAF de Modalidade: Manejo de açaizais
04	Implantar 140 unidades de PROTAF Modalidade: Apicultura e Meliponicultura
05	Implantar dois tipos de unidades experimentais: Horticultura Orgânica - Sistema Agroflorestal agroecológico
06	Capacitar 1.250 técnicos e produtores associados/cooperados envolvidos no PROTAF

Fonte: Adaptado de GEA, (2018b).

#### 2.4.5 Programa de Desenvolvimento do Extrativismo no Amapá (Proextrativismo).

O Programa de Desenvolvimento do Extrativismo no Amapá (Proextrativismo) foi uma política pública apoiada pelo Ministério do Meio Ambiente destinada a atender a demanda dos pequenos produtores que desenvolvem suas atividades com açaí, castanha-do-Brasil, cipó titica e espécies com potencial madeireiro e não madeireiro no estado Amapá.

Os investimentos destinados ao programa em 2014, giraram em torno de 3,4 milhões fomentados pelo Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP). Aproximadamente 15% do montante arrecadado pelo FRAP destinavam-se ao fomento do programa que visava o atendimento de cerca de 2.000 famílias prioritariamente ribeirinhas residentes em comunidades do município de Mazagão (GEA, 2018a).

Outra vertente do programa, diz respeito a habilitação das florestas, fato que possibilitou a mensuração do valor madeireiro das pequenas propriedades. Que na visão governamental, o madeireiro exercia um poder no momento da compra da madeira dos agricultores, pelo fato dos mesmos, não conhecerem o real valor das espécies no interior de suas propriedades.

A inclusão dessa política pública na realidade amapaense diz respeito à viabilidade econômica a partir de incentivos à exploração de produtos da floresta. Historicamente para o estado, se destina a maior parte da madeira extraída ilegalmente do estado do Pará (regiões de ilha), fomentando uma cadeia que pouco beneficia a economia amapaense. Nesse contexto a viabilidade burocrática também assumia um papel relevante para o sucesso desse projeto (MMA, 2018).

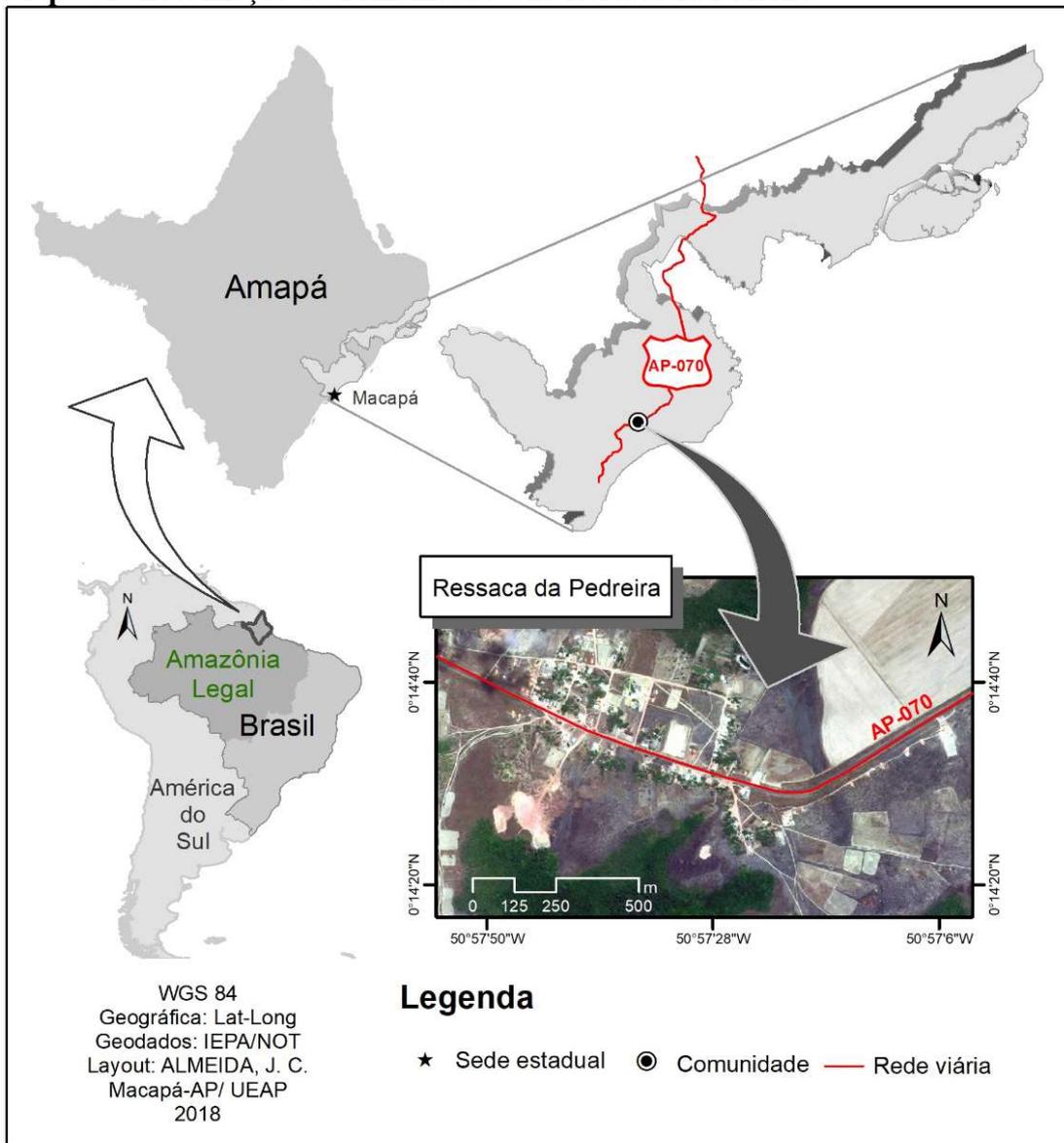
### 3 VILA RESSACA DA PEDREIRA E ABORDAGEM METODOLÓGICA

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado na comunidade Vila Ressaca da Pedreira, situada entre os paralelos  $00^{\circ}00'N$  e  $00^{\circ}15'N$ , distante 35 quilômetros ao Norte da sede municipal da cidade de Macapá. O acesso à comunidade se dá pela rodovia estadual AP 70 (Mapa 01).

A comunidade Vila Ressaca da Pedreira, de acordo com Facundes e Gibson (2000), tem como limites as vilas quilombolas do Curiaú de fora e a Vila do Curiaú de dentro ao Sul e ao Norte a comunidade do Abacate da Pedreira. A população é constituída principalmente por agricultores familiares e famílias remanescentes de quilombolas.

**Mapa 01:** Localização da Comunidade Vila Ressaca da Pedreira



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Segundo dados de Comunidades (2018) a vila Ressaca da Pedreira foi criada a partir da perseguição ao casal pioneiro o senhor Vicente Valério e Dona Carlota, que residiam na região conhecida atualmente como Matapi. Ambos, descendentes de população quilombola, deixaram a antiga região onde viviam e se deslocaram até a comunidade fundando-a. O nome atribuído à comunidade, está relacionado, segundo um morador informante-chave, a uma antiga ressaca, em meio a área de cerrado, observada na comunidade.

As práticas agrícolas na comunidade remontam esse mesmo período. No início segundo o agricultor informante, as dificuldades eram enormes, em especial o difícil acesso. A estrada (hoje rodovia AP 70) que atualmente perpassa a comunidade, não existia, e os produtos que eram produzidos nas roças eram levados com uso de animais ou em cestos, pelos próprios moradores até os locais que eram comercializados em Macapá.

A proximidade com a capital Macapá proporciona alguns benefícios e algumas desvantagens. Uma consequência, segundo um informante, foi a supervalorização das terras. Esse fator contribuiu para a comercialização de pequenas porções de terra para outros agricultores e demais pessoas de fora da comunidade, fato que levou as primeiras representações organizacionais de forma mais efetiva, por meio de associação, pleiteando o reconhecimento da comunidade como população tradicional, remanescente de quilombola, junto a Fundação Palmares. O reconhecimento foi alcançado no ano de 2010, dando início ao processo de regularização fundiária conforme preconiza o decreto lei nº 4887/2003 e Instrução Normativa nº 57/2019 do INCRA no ano seguinte (DA SILVA, 2012, p. 06).

Atualmente segundo a PMM (2018), na comunidade vivem aproximadamente 250 famílias, destas 42% (105 famílias), tem na agricultura como a principal forma de sobrevivência, a qual se baseia sobretudo no cultivo de mandioca, hortaliças e frutíferas além da criação de pequenos, médios e grandes animais como, aves, suínos e bubalinos.

### 3.2 MÉTODO DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos adotados no presente estudo se pautaram em estudo de caso, com adoção de método de pesquisa descritiva possibilitando estudar as características dos núcleos sociais e os fenômenos recorrentes, além de entender as suas inter-relações (CHIZZOTT, 2010; GIL, 2008; MINAYO 1994; SILVA et al., 2013; YIN, 2010).

Segundo Yin (2010, p. 39), as investigações do tipo estudo de caso são capazes de compreender situações tecnicamente diferenciadas no tocante a uma gama de variáveis de interesse do polo pesquisador, além de múltiplas fontes que denunciam as evidências dos fenômenos da vida real, para tanto, esse tipo de investigação pode ser entendido como uma investigação empírica a qual se debruça sobre os fenômenos contemporâneos em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e o contexto não são claramente evidenciados.

Segundo Gil (2009) o estudo de caso é um delineamento de pesquisa que preserva o caráter unitário do fenômeno pesquisado. Busca-se na sua essência um estudo em profundidade, mantendo o fenômeno integrado a seu contexto, cujo a investigação requer procedimentos múltiplos de coleta de dados. Certamente a maior vantagem da aplicabilidade dos estudos de caso está no fato de proporcionarem uma visão mais ampla dos fenômenos pouco explorados e de contribuírem para um conhecimento mais profundo das características das organizações, grupos e comunidades.

O estudo foi realizado, a partir de cinco fases distintas: A primeira fase se constituiu de levantamento e análises bibliográficas; a segunda fase, visitas in loco e uso de pré-teste; a terceira fase consistiu-se na aplicação de formulário aos agricultores; a quarta fase, consistiu-se na aplicação de formulários aos representantes das instituições públicas e a quinta e última fase consistiu na sistematização e análises dos dados.

### 3.3 FASE I: LEVANTAMENTO E ANÁLISES BIBLIOGRÁFICAS

Frohlich e Frohlich (2014, p. 57–58) assinalam que realizar o levantamento bibliográficos bem como suas análises constituem-se nada mais que o “estado da arte” da investigação. Para eles a revisão de literatura, assim também compreendida, é ferramenta indispensável para o sucesso do estudo que se busca, por dar suporte a investigação que se deseja iniciar, inserindo neste momento as teorias resultantes de outras pesquisas já desenvolvidas.

Com base nas ponderações desses autores, foram realizados levantamentos e análises bibliográficas em documentos técnicos acerca da temática abordada, além de buscas em banco de dados em sites oficiais, levantamentos em acervos institucionais públicos, dados cartográficos para a geração de mapas temáticos de localização das propriedades que compõem a comunidade rural.

#### 3.4 FASE II: VISITAS IN LOCO E PRÉ-TESTE

Com o objetivo de conhecer o modo de vida da população, costumes e tradições locais, bem como manter contato constante com os moradores, tornou-se necessário realizar visitas quinzenais *in loco* nos meses de maio a setembro de 2018 na comunidade. Optou-se pela realização das visitas nos fins de semana (sábado e domingo), tendo em vista que parte dos agricultores se deslocam até a sede municipal de Macapá para comercializarem parte da produção agrícola nas feiras livres. Neste primeiro momento adotou-se as técnicas de observação participante, sobretudo com aqueles moradores que foram alvos deste estudo. Com o auxílio de caderno de campo tornou-se possível o registro de relatos vivenciados no cotidiano dos moradores, frente as atividades desenvolvidas.

Para analisar a inclusão das políticas públicas pautadas no desenvolvimento rural junto aos agricultores, tornou-se necessário o uso de pré-teste para a validação do instrumento de coleta de dados. Inicialmente identificou-se os dois agricultores mais antigos, conhecedores da realidade cotidiana da comunidade e que de certo modo exercem liderança do interior da comunidade. Esses moradores ao se declararem aptos a participarem do estudo, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) adaptado de Pedrada (2018), se tornaram informante-chaves para o desenvolvimento da pesquisa.

Posteriormente, de posse do caderno de campo, tornou-se possível, de forma simultânea, transcrever as falas dos respectivos informantes-chaves, que versavam, sobretudo, sobre a formação histórica da comunidade, além dos aspectos socioculturais vivenciados no cotidiano dos moradores.

A validação do instrumento de coleta de dados serviu para a mensuração do tempo para a realização das entrevistas bem como do exercício de adaptação e entendimento da linguagem adotada nos formulários, tornando-o de fácil compreensão, o qual se estendeu para todos os participantes deste estudo.

### 3.5 FASE III: APLICAÇÃO DE FORMULÁRIO AOS AGRICULTORES

Posterior a validação do instrumento de coleta de dados, a aplicação dos formulários com os agricultores compreendeu o período de 01 a 30 de novembro de 2018, com a aplicação do formulário, reunindo informações quanto composição familiar, formas de trabalho, mão-de-obra, modo de uso da terra, práticas agrícolas exercidas, participação e organização social, além de dados referentes a inserção das políticas públicas voltadas para o meio rural. Todos esses parâmetros, conforme afirmaram Silva et al. (2013) servem para o aprofundamento do conhecimento da comunidade e das tomadas de decisões sociais criando um diálogo entre o polo pesquisado e o polo pesquisador.

Para a aplicação dos formulários aos agricultores, levou-se em consideração como universo da pesquisa, 32 famílias de agricultores familiares, que correspondeu a 30% do número de famílias que exercem as atividades agrícolas na comunidade, selecionados de forma aleatória, beneficiados ou não por políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do meio rural no âmbito da esfera municipal, estadual e federal. A tabela 03, ilustra as coordenadas geográficas coletadas junto as propriedades das famílias estudadas, onde foram realizadas a aplicação dos formulários.

O número de famílias selecionadas representou a amostra estudada, que conforme ponderam Marconi e Lakatos (2010) a amostragem satisfatória é aquela que possibilita a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

As perguntas contidas nos formulários eram do tipo abertas e fechadas e foram feitas de forma oral e individual às pessoas em seus domicílios, ou em seu local de trabalho, ou local de escolha do participante, prioritariamente na comunidade, destinadas ao responsável pelo grupo familiar sem distinção de sexo, porém com idade superior a 18 anos, para investigações a respeito da renda, mão-de-obra e força de trabalho exercida, visando diagnosticar a origem da renda familiar. Para isso, tornou-se necessário o uso de técnicas de anotação simultânea da comunicação, com uso de caderno de campo, gravação de voz dos participantes com a utilização de gravador portátil, registros fotográficos, caminhamentos nas propriedades além da plotagem de pontos de localização com uso aparelho de *Global Positioning System* GPS (GarmimEtrex10). Para Silva et al. (2013), esses registros ampliam o conhecimento do objeto de estudo por proporcionar o registro de momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado.

**Tabela 03:** Coordenadas geográficas das propriedades estudadas na comunidade Vila Ressaca da Pedreira de 2006 a 2018.

Coordenadas Geográficas					
n°	N	W	n°	N	W
1	0°14'34,437"	51°58'00,440"	17	0°14'35,505"	51°58'14,476"
2	0°13'53,293"	51°58'10,054"	18	0°14'34,335"	51°58'03,716"
3	0°14'39,674"	51°57'30,865"	19	0°13'40,140"	51°57'42,117"
4	0°14'38,930"	51°57'27,755"	20	0°14'00,678"	51°58'00,618"
5	0°14'38,074"	51°57'48,333"	21	0°13'55,603"	51°57'50,597"
6	0°14'31,631"	51°57'03,956"	22	0°14'26,469"	51°57'23,429"
7	0°14'12,027"	51°57' 57,827"	23	0°14'35,244"	51°50'14,704"
8	0°14'21,986"	51°57'02,829"	24	0°14'27,044"	51°57'21,197"
9	0°14'22,948"	51°57'10,573"	25	0°14'38,938"	51°57'51,593"
10	0°14'24,578"	51°57'18,248"	26	0°14'39,119"	51°57'55,085"
11	0°14'35,546"	51°58'07,728"	27	0°14'35,546"	51°57'07,728"
12	0°14'37,424"	51°57'49,561"	28	0°14'22, 879"	51°56' 53,748"
13	0°14'32,984"	51°58'09,705"	29	0°14'21, 372"	51°57'02,502"
14	0° 14'36,376"	51°57'50,340"	30	0°14'34, 437"	51°58'00,440"
15	0° 14'37,933"	51°57'50,980"	31	0°14'45,042"	51°57'40,273"
16	0° 14'37,839"	51°58'14,704"	32	0°14'47,446"	51°57'45,147"

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

### 3.6 FASE IV: APLICAÇÃO DE FORMULÁRIO NAS INSTITUIÇÕES

As diretrizes para a coleta de informações nas entidades públicas ocorreram da seguinte forma: após a leitura e posterior aceite do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), adaptado de Pedrada (2018), seguia-se com a explanação acerca dos objetivos do estudo com cada gestor nas suas respectivas repartições. Com uso de gravador portátil e de posse de formulário previamente elaborado, iniciava-se a entrevista, podendo ser interrompida ou encerrada a qualquer momento a critério do gestor entrevistado.

As entrevistas com os gestores institucionais ocorreram simultaneamente no período de 15 de outubro a 24 de dezembro de 2018, em horário comercial, na sede administrativa onde a instituição funciona. Para tanto, foi necessário o agendamento prévio para a realização das entrevistas. Em alguns casos, diante da impossibilidade de participação por parte do gestor, adotou-se como critérios de aceite, a indicação por parte do gestor responsável pela instituição a indicação de outros servidores efetivos ou não, capazes de fornecer as informações formuladas no instrumento de coleta de dados (formulários).

O formulário continha 35 questões relacionadas a atuação institucional frente a implementação, a execução ou a participação no processo de construção das políticas públicas voltadas para o meio rural, além de recursos disponíveis para aplicação ou execução, público alvo e principais dificuldades enfrentadas, em um cenário atual.

Foram entrevistados 16 gestores dentre os quais o representante do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá (SDR), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Estadual do Amapá (UEAP), Instituto Federal do Amapá (IFAP), Agência de Pesca do Estado do Amapá (Pescap), Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá (Diagro), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC), Secretaria Estadual de Educação (SEED/PRONATEC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Posteriormente as respectivas falas foram transcritas e sistematizadas em planilha conforme a identificação de cada participante do estudo.

### 3.7 FASE V: SISTEMATIZAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS.

Os dados coletados com agricultores e com os respectivos gestores das instituições públicas foram organizados e registrados e posteriormente sistematizados em planilhas de forma individual através do software Excel. As respectivas falas foram transcritas e sistematizadas em planilha conforme a identificação de cada participante do estudo.

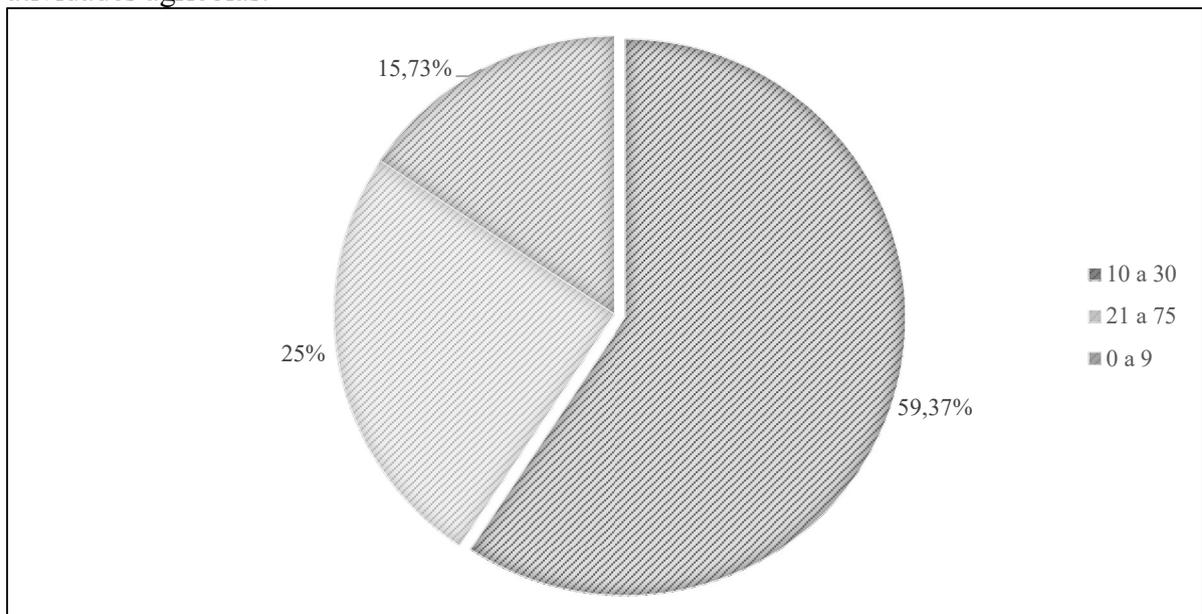
## 4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO AMAPÁ: ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE VILA DA RESSACA DA PEDREIRA

### 4.1 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE VILA RESSACA DA PEDREIRA E OCUPAÇÃO DA ÁREA

A origem das propriedades estudadas está relacionada a exploração da área pelas duas famílias distintas, as quais com o passar dos anos, foram sendo desmembradas para familiares de primeiro, segundo e terceiro grau de parentesco dando origem às famílias que hoje exploram as propriedades e formam parte da comunidade da Vila Ressaca da Pedreira (COMUNIDADES, 2018).

Observou-se ampla diversidade quanto ao tempo de residência das famílias e o início da exploração agrícola destas na comunidade (Gráfico 01). Atualmente 59,37% das famílias que desenvolvem a agricultura familiar na Vila Ressaca da Pedreira se estabeleceram entre 10 e 30 anos. 25% se estabeleceram há mais de 30 anos e ainda exercem suas atividades agrícolas. O menor percentual (15,73%), compreendem-se as famílias dos agricultores, considerados como recém-chegados, os quais se estabelecerem no período inferior a 10 anos e tem sua origem no matrimônio de membros de parte das famílias pioneiras com agricultores de outras localidades.

**Gráfico 01:** Tempo em anos que os agricultores residem nas propriedades e exercem as atividades agrícolas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

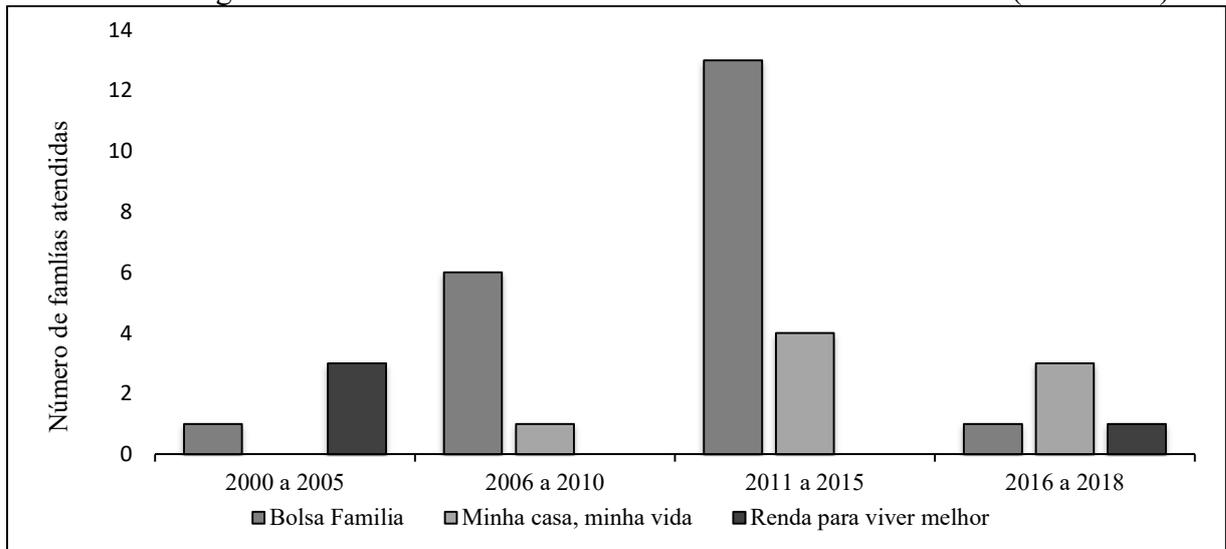
O número total de indivíduos residentes nas propriedades avaliadas no presente estudo é de 158, destes 67,72% (107) participam diretamente das atividades agrícolas exercidas pelas famílias. Tal fato pode explicar a não necessidade de contratação de mão-de-obra, observada em 100% das famílias estudadas, fortalecido pelo fato de que 53,12% das famílias afirmam ter outras atividades complementares à renda da agricultura, onde pelo menos um de seus membros possui vínculo empregatício ou atua como autônomo por meio da abertura de pequenas mercearias para a venda de gêneros alimentícios na comunidade.

A renda média das famílias, é formada a partir das atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades além de atividades complementares como (contratos temporários e diárias para terceiros). Para 81,25% das famílias a média da renda mensal eleva-se em virtude de serem contempladas por benefícios de programas governamentais (bolsa família, renda para viver melhor). Para 50% das famílias de agricultores, a renda média está entre 0 e 1 salário mínimo<sup>2</sup>, para 46,87% entre 1 e 2 salários mínimos e, somente 3,13% encontram-se no patamar entre 2 e 3 salários mínimos.

A complementação da renda das famílias rurais está diretamente ligada a execução de políticas públicas pautadas no desenvolvimento social nos âmbitos federal e/ou estadual. Atuando não apenas como uma espécie de garantia de renda mensal, mas também na melhoria da qualidade de vida da população, como o caso do Programa do governo federal bolsa família, minha casa minha vida “quilombola”, idealizado pela Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) e o Programa Renda Para Viver Melhor, apoiado pela Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social (SIMS). O Gráfico 02 ilustra o desempenho do Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e o Programa Renda Para Viver Melhor na comunidade.

---

<sup>2</sup> Até 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

**Gráfico 02:** Programas Governamentais concedidos às famílias entrevistadas (2000/2018).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Embora seja perceptível a importância que esses programas exercem na melhoria da qualidade de vida das famílias, no que tange à complementação da renda, 15,62% das famílias não foram cadastradas ou não recebem qualquer auxílio governamental com esse fim, fato observado principalmente nas famílias que possuem renda mensal entre 0 e 1 salário mínimo. Ao passo 81,25% das famílias que acessaram essas políticas governamentais (Bolsa Família e Renda Para Viver Melhor) conforme observado no gráfico 02 acima, elevaram-se suas rendas médias, melhorando a qualidade de vida das famílias.

Segundo Castro (2009, p. 334), esse modelo de política social determina uma espécie de proteção Estatal, com objetivo de diminuir as desigualdades sócio estruturais decorrentes da trajetória seguida pelo desenvolvimento econômico. De outro modo, o Estado tem como função principal promover as condições ideais para exercício da competitividade individual e coletiva visando reduzir os desequilíbrios gerados sobretudo pela acumulação do capital.

A ausência dessas políticas públicas gera vulnerabilidade, diminuindo a capacidade de manutenção da família e pondo em risco eminente a segurança alimentar, tornado os agricultores cada vez mais dependentes de atividades externas às propriedades, como é o caso da venda de mão-de-obra.

Ressalta-se que no caso específico do Programa Minha Casa Minha Vida, a proposta original do programa seria construção de 100 casas na comunidade, com o apoio da Caixa Econômica Federal, INCRA e RURAP, com previsão de início das obras no ano de 2010. No entanto, mesmo com 50% do projeto inicial concluído (50 casas), as residências ainda não foram entregues aos moradores. A ocupação das casas foi realizada diante das precárias

condições das antigas moradias das famílias (Fotografia 01), ilustra a condição atual das residências das famílias contempladas e não contempladas por programa governamental.

**Fotografia 01:** Residência de famílias contempladas (A e B) e não contempladas (C e D) por programa governamental na comunidade Vila Ressaca da Pedreira 2006 a 2018.



Fonte: Olivan do Nascimento Saraiva (2018).

As Fotografias 01 A e B ilustram residências construídas para atender as famílias cadastradas e atendidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal, já ocupada por família residente na comunidade. As Fotografias 01 C e D ilustram residências de famílias que não foi contemplada com essa política pública. Em geral, essas residências passam por adaptações com uso de lonas, palhas de palmeiras e aproveitamento de madeira para posteriori serem habitadas. A falta de estrutura das residenciais é uma das principais dificuldades das famílias estudadas, segundo os moradores.

## 4.2 ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NA COMUNIDADE VILA DA RESSACA DA PEDREIRA

As políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural na comunidade, mostraram-se bastante diversificados em número, sobretudo, a partir da implementação de seis programas no âmbito estadual e federal. Os programas foram extensão Rural em 2006; PAA em 2010; PROTAF em 2011; PRONAF em 2012; PNAE em 2013 e PPI em 2015.

Ressalta-se que essa ordem cronológica de acesso diz respeito ao grupo de agricultores familiares estudado. Nesse aspecto a assistência técnica e extensão rural praticado pelo órgão oficial de assistência, se destaca em maior período de tempo de exercício das atividades na comunidade, prestando assistência técnica as demais atividades de projetos e programas contemplados pelos agricultores no âmbito federal e estadual.

### 4.2.1 A Assistência Técnica e Extensão Rural

As primeiras inserções das políticas destinadas ao desenvolvimento rural na comunidade para o grupo estudado, iniciaram-se em 2006 a partir da implementação do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, baseado no Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural PNATER, e desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Rural RURAP. Inicialmente promoveu o acompanhamento de 60 famílias de agricultores, por meio da inclusão de projetos de fortalecimento da criação de pequenos animais (aves) e o fortalecimento da fruticultura a partir da implementação de lavouras das culturas da melancia, maracujá, banana, graviola e incentivos à produção de mandioca para a produção de farinha (SRD, 2018b).

Notadamente a extensão rural assume papel de fundamental importância para o desenvolvimento rural da comunidade, tendo em vista que 87,5% dos agricultores familiares afirmaram que as suas atividades são acompanhadas por algum técnico do serviço de assistência técnica oficial, de forma continuada em pelo menos uma ocasião por ano.

De acordo com Batalha et al. (2005), embora inseridos em logicas produtivas locais, a agricultura familiar se expõe a um paradigma competitivo de ordem global. No entanto, independente dos mercados aos quais destinam sua produção ou canais de comercialização, devem contar com ferramentas que apoiam as decisões. Nesse sentido a assistência técnica para os agricultores não é considerada apenas útil, mas indispensáveis para o desenvolvimento.

No Quadro 03 ilustra-se o acesso à assistência técnica e extensão rural aos agricultores estudados no período de 2006 a 2018, além das atividades desenvolvidas no ato da assistência pelo técnico, bem como a frequência de retorno às propriedades assistidas.

**Quadro 03:** O acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural na comunidade (2006/2018).

Ano	Nº de Famílias	Atividade desenvolvida	Frequência	Órgão executor
2006	01	Orientação sobre Adubos e pragas na lavoura	Semestral	RURAP
2008	01	Vistoria na área e entrega de adubos	Anual	RURAP
2010	06	Orientação sobre a praga na melancia e nas hortaliças, uso de adubos, orientação sobre o cultivo da mandioca, e maracujá, orientação acesso a projetos na comunidade.	Semestral, Trimestral, Trimestral, Mensal, Trimestral, Trimestral	RURAP, EMBRAPA
2011	01	Fiscalização na área onde foi plantado a mandioca	Trimestral	RURAP
2012	04	Orientação sobre adubação das roças, orientação sobre os plantios, técnicas de adubação e tempo de plantação; orientação sobre o cultivo da mandioca. Orientação sobre a praga da mosca branca na melancia.	Semestral, mensal, mensal, anual	RURAP, EMBRAPA, SDR
2013	05	Orientações sobre os cultivos e sobre o uso do fogo nas roças, Fiscalização dos projetos, orientação sobre a praga nas roças de melancia, Orientação sobre o cultivo da mandioca, Orientações sobre o uso de agrotóxicos e como usar os adubos, fiscalização dos projetos e dos materiais adquiridos.	Semestral, Mensal, Trimestral, semestral, Trimestral	RURAP
2014	03	Foram realizadas as entregas dos adubos dos projetos, Orientação sobre a forma de plantar e usar os adubos na mandioca,	Trimestral, Anual, Semestral	RURAP, SDR, EMBRAPA
2015	03	Orientação sobre o cultivo da mandioca, orientações sobre adubação,	Semestral, Trimestral, Trimestral	RURAP
2016	02	Orientação sobre o cultivo da mandioca, uso de adubos na melancia,	Anual / Trimestral	RURAP
2017	01	Orientação sobre o cultivo da mandioca e sobre os projetos	Trimestral	RURAP
2018	01	Orientação sobre projetos. Orientação sobre o cultivo de frutas, uso de adubo, cultivo da mandioca, maracujá e comercialização dos produtos	Trimestral,	RURAP

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

É marcante a presença do órgão oficial de assistência técnica na maioria das ações desenvolvidas nas propriedades, todavia, percebeu-se que em pelos menos 13 intervenções realizadas pelo órgão oficial, houveram o envolvimento de outras instituições (EMBRAPA, SDR) no processo de construção de uma assistência técnica com princípios integradores, conforme preconiza o PNATER. Para Dias (2007) assistência técnica e extensão no Brasil hoje é caracterizada com uma grande diversidade de agentes que as praticam, gerando um universo de concepção, métodos e formatos organizativos de execução, a saber a assistência técnica e extensão são ferramentas construtíveis e não estáticas.

Feiden et al. (2002, p. 05) ao estudarem a participação de outras instituições no desenvolvimento da assistência técnica em redes agroecológicas no Rio de Janeiro, corroboraram com a ideia da formação de redes por proporcionarem maior eficiência quanto ao atendimento dos programas. Tal mecanismo, visa criar alternativas apropriadas pautadas na formação continuada de produtores beneficiários e técnicos.

A maior parte das intervenções voltaram-se para a solução de problemas relacionados a práticas culturais e o controle de pragas nos cultivos e orientações sobre a utilização de adubos e outros produtos usados na prática agrícola.

Houve divergência no que diz respeito a frequência da assistência técnica às propriedades. Para 46,4% dos agricultores, a assistência técnica prestada pelo órgão oficial ocorre de forma trimestral, ao passo que para 25% as visitas técnicas às propriedades ocorrem a cada seis meses e para 28,6% dos agricultores as visitas nas suas propriedades ocorrem mensal ou anualmente.

Conforme enfatiza Brito et al. (2012) embora não se tenha uma determinação da frequência da assistência técnica propriamente dita nas propriedades, hoje ela é construída de forma participativa, e o Estado é apenas um ente nesse ciclo de envolvimento construtivo, a necessidade de execução surge com a demanda do agricultor e não da necessidade do Estado.

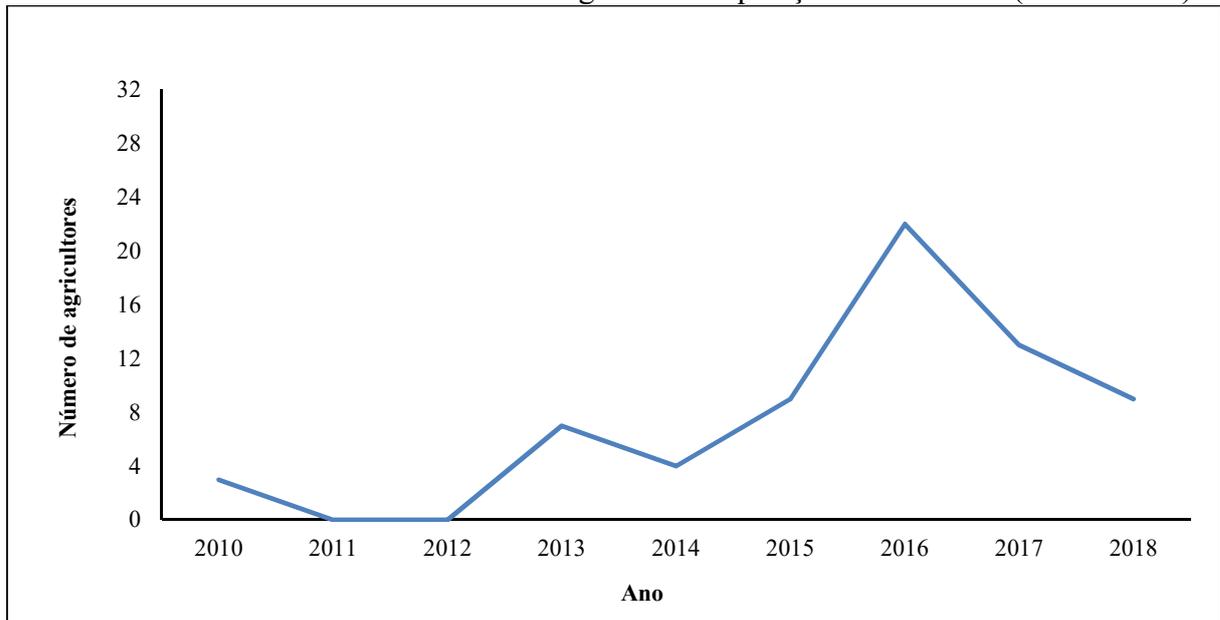
#### **4.2.2 Programa de Aquisição de alimento PAA**

As primeiras inserções do PAA na comunidade se deu um ano após ao início da execução no Estado do Amapá. Em 2010 (9,3%) das famílias na comunidade rural foram contempladas com essa política pública governamental. As iniciativas para estes agricultores fundamentaram-se para a produção de hortaliças e frutíferas, principalmente o cultivo de melancia, maracujá e banana, para posteriormente serem comercializados junto a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de forma coletiva (associação de produtores e ou

cooperativa) e de forma individual por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), conforme preconiza o Decreto 6.447, de 07 de maio de 2008.

Nota-se que para este grupo estudado os anos seguintes (2011, 2012), não se constatou acessos desta política pública na comunidade e que somente em 2013, o PAA foi novamente acessado pelos agricultores. O Gráfico 03 ilustra a evolução do número agricultores familiares beneficiados desde a inserção junto ao PAA.

**Gráfico 03:** Número de beneficiados do Programa de Aquisição de Alimento (2010 a 2018).



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Notou-se junto as famílias de agricultores que que foram beneficiadas pelo PAA, que a dinâmica de funcionamento é a mesma descrita por Silva e Filocreão (2014, p. 96), segundo esses autores, no Estado do Amapá essa política pública é executada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), em parceria com a Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social (SIMS). O mecanismo de comercialização ocorre pela aquisição dos produtos produzidos pelas famílias através Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de forma coletiva (negociação através da associação de produtores) e do RURAP de forma individual.

Outras formas de comercialização da produção também foram observadas em 100% das famílias estudadas que se tornaram beneficiárias dessa política pública. A comercialização à transeuntes na comunidade, por meio da abertura de pequenos comércios informais, sobretudo para a venda de frutas *in natura*, bem como, a comercialização da produção em feiras na cidade

de Macapá e a venda para atravessadores, tornaram-se uma importante estratégia para os agricultores visando o aumento da renda das famílias.

O Programa de Aquisição de Alimento apresenta duas finalidades principais: promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para cumprir esses objetivos, o programa adquire gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares, com dispensa de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas por instituições de redes públicas e/ou filantrópicas (HESPANHOL, 2013, p. 471).

A operacionalização do Programa de Aquisição de Alimento na comunidade tem cumprido as diretrizes nacionais da política pública no que diz respeito ao acesso a mercado para comercialização da produção.

Nas Fotografias 02 e 03, pode-se perceber as formas alternativas de comercialização adotadas pelos agricultores da comunidade.

**Fotografia 02:** Comércio da Produção à Transeuntes na Comunidade em 2018.



Fonte: Olivan do Nascimento Saraiva (2018).

**Fotografia 03:** O comércio da produção na feira em Macapá em 2018.



Fonte: Oliven do Nascimento Saraiva (2018).

Do ponto de vista da disponibilidade do recurso para a execução desta política pública, nota-se que a cada ano, os recursos disponibilizados para as ações a nível estadual, estão diminuindo ao passo que o interesse dos agricultores em acessar esse programa, tem aumentado paulatinamente conforme demonstra a Tabela 04 de acessos de forma coletiva.

**Tabela 04:** Recurso do Programa de Aquisição de Alimento acessado em Macapá e na comunidade Vila Ressaca da Pedreira (2010/2018).

Ano	Recurso Disponível (R\$)	Recurso Acessado (R\$)		Projetos aprovados		
		Macapá	Comunidade	Amapá	Macapá	Comunidade
2010	5.686.516,30	38.596,07	*	7	2	1
2011	5.116.330,95	71.234,76	*	5	4	*
2012	4.123.403,51	88.112,23	*	7	5	*
2013	4.242.534,53	25.992,66	*	17	1	1
2014	9.299.060,50	314.431,85	21.532,78	23	4	1
2015	7.718.916,64	395.095,60	21.754,05	17	7	1
2016	5.172.028,81	872.343,55	37.356,67	19	6	1
2017	2.265.287,97	185.138,29	*	25	11	1
2018	2.200.234,21	194.265,19	*	44	23	1

Fonte: Adaptado de CONAB (2018).

\*Não foi possível obter os dados nesta pesquisa.

Para a Tabela 04, considerou-se os anos de 2010 a 2018, anos consecutivos de inserção do PAA no estado, no município de Macapá e na comunidade estudada. Os dados demonstram variação no que tange aos recursos disponíveis para a execução no estado, variando de R\$ 5.686.516,30 em 2010 para R\$ 2.200.234,21 em 2018, todavia o número de proposta coletivas para o acesso dessa política pública, com o decorrer do tempo, aumentaram de forma perceptível variando de 02 propostas em 2010 para 23 em 2018, caso de Macapá. Respectivamente, a comunidade anualmente tem pleiteado a aprovação de propostas coletivas através da associação de agricultores, com valores não superiores a R\$ 21.000,00, sobretudo, nos três últimos anos, sendo contempladas em todas as propostas apresentadas.

De acordo com Silva e Filocreão (2014), os mecanismos de venda dos produtos dão-se por meio de chamada pública, realizada pelo órgão oficial responsável pela extensão rural do estado, o Rurap, cujo o objetivo principal é selecionar agricultores familiares denominados “beneficiários fornecedores”, para a aquisição de gêneros alimentícios na modalidade compra para doação simultânea para suprir alimentação de população específica.

Nesse aspecto, as diretrizes do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), também garantem a comercialização de forma individual. Para tanto, essa modalidade de aquisição, mostrou-se mais dinâmica entre os agricultores estudados, pois 56,25% (18 famílias) afirmaram participar anualmente das chamadas públicas realizadas pelo Rurap. Igualmente como na comercialização de forma coletiva, o início dos benefícios para a comercialização de forma individual foi o ano de 2010 (9,37%) sendo seguidamente acessado pelos agricultores ano após ano. Para as famílias, essa modalidade torna-se mais viável, em virtude da facilidade em receber o pagamento pelos produtos, que na maioria dos casos, destinam-se ao atendimento de escolas no município de Macapá e na própria comunidade.

Conforme aponta CONAB (2018), os gêneros alimentícios poderiam ser entregues na central de recebimento do PAA ou diretamente no local demandado a critério do RURAP, nos municípios no decorrer da vigência da proposta, que posteriormente se encarregaria da emissão de notas fiscais comprobatórias de entrega do referido produto. O pagamento pelos gêneros alimentícios fornecidos, se deram ao prazo máximo de 45 a partir da entrega, feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em conta específica, vinculada ao PAA em nome do agricultor beneficiário fornecedor.

Os gêneros alimentícios comercializados pelos agricultores, nos dois últimos anos, mostraram-se bastante diversificados, com destaque para a comercialização de frutíferas e hortaliças conforme demonstra a Tabela 05:

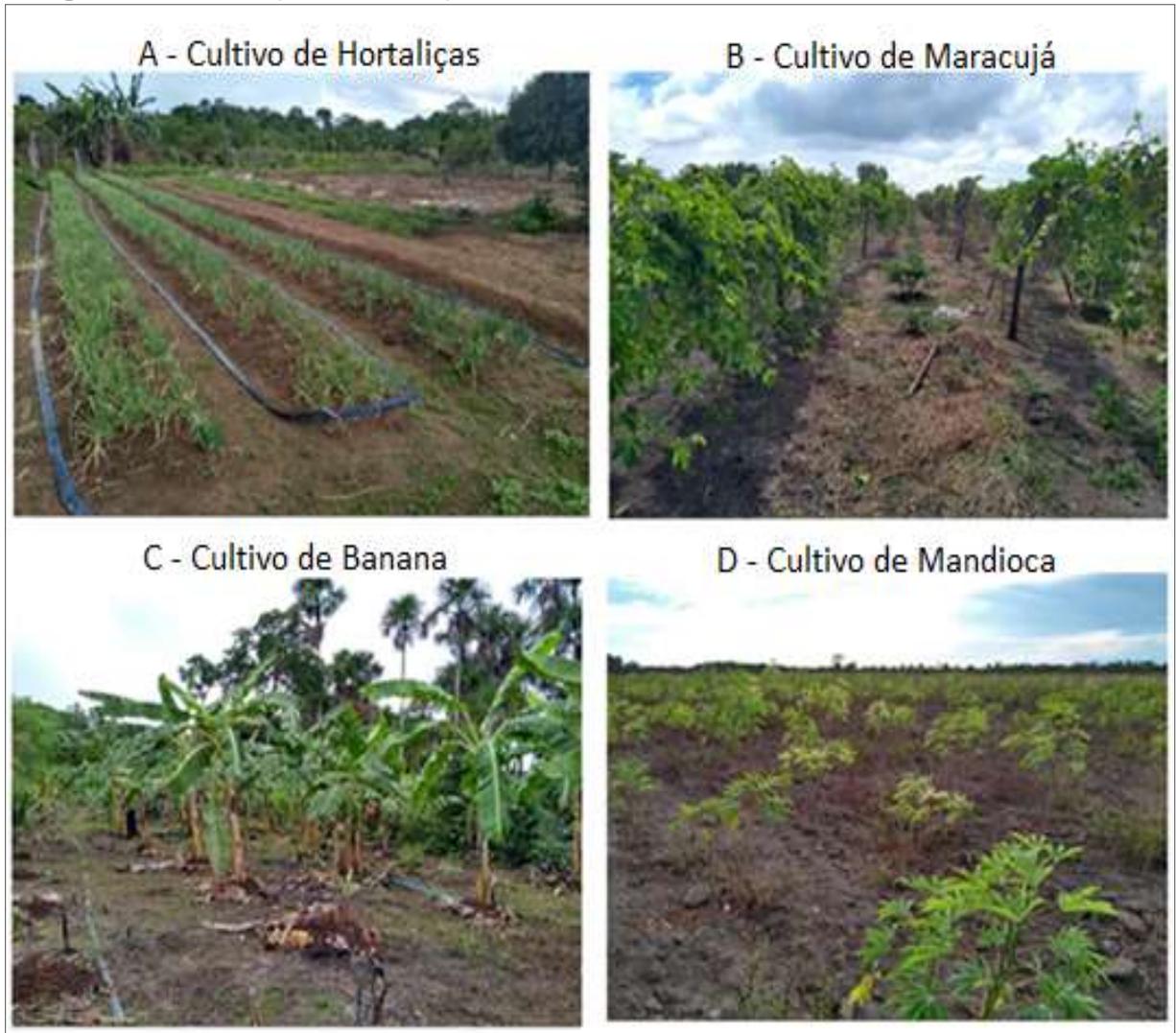
**Tabela 05:** Relação dos Produtos Comercializados pelos Agricultores do município de Macapá no Programa de Aquisição de Alimento (2017/2018).

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	VALOR (R\$)
1	Abacaxi	Kg	3,50
2	Abóbora	Kg	3,00
3	Alface	Kg	8,00
4	Acerola	Kg	2,90
5	Banana	Kg	5,00
6	Batata doce	Kg	4,00
7	Cheiro verde	Kg	15,60
8	Cebolinha	Kg	18,30
9	Coentro	Kg	18,70
10	Chicória	Kg	13,75
11	Cupuaçu	Kg	3,10
12	Couve	Kg	9,70
13	Farinha de mandioca	Kg	4,70
14	Feijão verde	Kg	7,90
15	Goiaba	Kg	5,00
16	Graviola	Kg	2,60
17	Laranja	Kg	1,90
18	Limão	Kg	3,50
19	Mamão	Kg	2,90
20	Manga	Kg	2,90
21	Maracujá	Kg	4,50
22	Melancia	Kg	2,75
23	Milho verde	Kg	3,10
24	Maxixe	Kg	5,90
25	Murici	Kg	3,50
26	Ovos de galinha	Kg	6,50
27	Galinha caipira	Kg	13,50
28	Pimentinha	Kg	11,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Na Fotografia 04 se pode perceber a implantação de frutíferas, hortaliças e mandioca na comunidade como resultado da criação de mercado por meio do PAA.

**Fotografia 04:** Plantação de hortaliças e mandioca na comunidade



Fonte: Olivan do Nascimento Saraiva (2018).

A Fotografia 04-A ilustra o cultivo de hortaliças com sistema de irrigação adotado pelos próprios agricultores diante da necessidade de água no período seco. O cultivo de frutíferas como o maracujá e banana (Fotografias 04-B e 04-C) foram encontrados na maior parte dos estabelecimentos agrícolas, destinado quase exclusivamente para a comercialização através do PAA. A Fotografia 04-D ilustra o cultivo de mandioca, tida pelos agricultores como a principal cultura e que se destina exclusivamente para a produção de farinha na comunidade, posteriormente comercializada junto ao PAA, feiras livres e a transeuntes.

O volume médio comercializado destes gêneros alimentícios de forma individual foi de R\$ 5.333,33, ficando abaixo, do valor máximo exigido nas diretrizes que regem o programa. Que neste caso, conforme afirma Rurap (2018b) para os ciclos de 2017/2018, foi de R\$ 6.500,00.

Nota-se que os ganhos dos agricultores beneficiários desta política pública, não são apenas de ordem financeira, todavia, a diversidade de gêneros alimentícios produzidos representa diretamente, maior segurança alimentar das famílias. Segundo Mota et al. (2014, p. 451), em pesquisas realizadas no Estado de Sergipe, tendo como amostra catadoras de mangaba em comunidade tradicional, os resultados demonstraram que existe uma espécie de otimismo em relação a geração de renda proporcionada pela comercialização dos produtos via PAA, que a nível local, tem significado a ativação de um potencial aquecimento da economia por parte dos beneficiários.

Em relação ao cenário futuro de execução do PAA observou-se entre os agricultores preocupação no que tange a comercialização de frutas *in natura* na comunidade, tendo em vista que as exigências para a compra desse material têm aumentado. Como alternativa eles pensam em iniciar a produção de polpas de frutas na comunidade, porém com pouca possibilidade de sustentação do comércio em função das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos dispostos a manipular esse tipo de material para posterior comercialização de polpas junto ao PAA.

#### **4.2.3 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**

Apesar de considerada como a principal política pública institucionalizada no Brasil nas últimas três décadas, conforme apontam Abramovay (1999, 2012), Grisa e Schneider (2014, p. 132) e Schneider et al. (2004, p. 22), observou-se um número reduzido de acesso na comunidade. Apenas 6,25%, duas em um total de 32, das famílias pesquisadas acessaram o PRONAF.

Fatores como a falta de informação sobre o programa, exigência documental considerada como grande burocracia e precaução em relação a contração de dívidas foram os principais motivos da falta de interesse por parte dos agricultores por esta política pública, conforme aponta um dos entrevistados:

[...] É muita burocracia, não ficamos conhecendo como acessar, precisamos estar sempre informados, senão não posso acessar, não gosto de dever para ninguém, imagina para o banco (informação oral).

O volume de recurso acessado pelas famílias contempladas foram de R\$ 12.000,00 e R\$ 16.000,00, nos anos de 2012 e 2013, respectivamente. O recurso destinou-se ao custeio, sobretudo para criação de aves (galinhas e patos) e na ampliação de cultivos de frutíferas com

a introdução de projeto de irrigação e perfuração de poço. Para os dois acessos específicos, houveram falhas na condução das propostas e os agricultores encontram-se inadimplentes com o agente financiador.

Mattei e Cazella (2004, p. 25) ponderam que os juros de créditos praticados pelo PRONAF são abaixo da inflação observada no Brasil, o que de fato, acaba por facilitar o interesse pelos recursos disponibilizados, para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Ainda segundo este autor a aquisição de equipamentos, construção e manutenção de instalações além da melhoria das atividades com recursos de custeio são os principais motivos pelas buscas das linhas de créditos do PRONAF.

O baixo interesse nas linhas de créditos ou a redução quanto ao número de contemplados pelo PRONAF pode representar o que Zani e Da Costa (2014) denominam de impactos negativos ao desenvolvimento rural. Tornando-se necessário a geração de outros mecanismos capazes de viabilizar atrativamente os acessos, como juros especiais e maiores períodos de carência.

#### **4.2.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Embora seja uma política pública criada no âmbito nacional em 2009, as primeiras adesões na comunidade ocorreram, segundos os agricultores, quatro anos mais tarde, em 2013. De modo geral, ao menos 37,5% das famílias de agricultores, forma beneficiadas por essa política pública. A participação da comunidade na fase inicial do programa, deu-se de forma individual, com a participação de duas famílias no fornecimento de gêneros alimentícios, principalmente, farinha, banana, maracujá, melancia e graviola destinada a alimentação estudantes da escola da própria comunidade.

Nota-se que as adesões continuaram a ocorrer nos anos seguintes (2014, 2015, 2016, 2017), com a participação de famílias aptas a comercializaram seus produtos para as escolas da rede pública. A Tabela 06 ilustra a adesão de famílias ao Programa Nacional de Alimentação escolar na comunidade.

**Tabela 06:** Resultados da adesão ao PNAE na comunidade Vila Ressaca da Pedreira (2013/2018).

Ano	Produtos comercializados	Destino da produção	Recurso movimentado (R\$)
2013	Farinha, banana, graviola, melancia, maracujá	Venda para escola na comunidade	8.000,00
2013	Farinha, macaxeira, banana, graviola	Venda para rede pública	5.500,00
2014	Farinha, banana, graviola,	Venda para rede pública	5.000,00
2014	Farinha, banana, macaxeira,	Venda para rede pública	4.000,00
2015	Farinha, açaí, macaxeira,	Venda para rede pública	3.000,00
2016	Farinha, banana, hortaliças	Venda para a rede pública de ensino (escola municipal)	7.780,00
2016	Farinha, hortaliças, maracujá	Venda para a rede pública de ensino (escolas municipais)	8.500,00
2016	Farinha, Polpas, banana, macaxeira	Venda para a rede pública de ensino (escolas estaduais)	18.000,00
2016	Farinha, Graviola, banana, maracujá, hortaliças	Venda para rede pública de ensino (estaduais)	20.000,00
2017	Farinha, macaxeira, melancia, polpas	Venda para a rede pública de ensino (creches)	6.000,00
2017	Farinha, melancia, polpas	Venda para a rede pública	6.000,00
2017	Farinha, melancia, hortaliças	Venda para a rede pública de ensino (escolas municipais)	6.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os dois maiores valores negociados em 2016 (R\$ 18.000,00 e R\$ 20.000,00) ocorreram de forma coletiva, através da associação de produtores da comunidade vila Ressaca da Pedreira. Os produtos alimentícios foram adquiridos através da CONAB e posteriormente distribuídos para as instituições. Para a geração dos demais valores, as negociações se deram de forma individual, por meio da DAP individual de pessoa física, que após a entrega dos produtos alimentícios, eram distribuídos pelo Rurap.

Conforme determina a resolução do FNDE nº 04/2015, o limite individual de venda do agricultor familiar bem como do empreendedor rural familiar para a alimentação escolar, não poderá ultrapassar o valor máximo de R\$ 20.000,00 por DAP familiar/ano/entidade executora. Todavia, esta mesma resolução garante que cada agricultor/empreendedor familiar por meio de sua DAP física pode comercializar gêneros alimentícios por mais de uma executora como prefeituras e secretarias estaduais de educação, por exemplo, desde que seja respeitado o valor máximo para cada agricultor associado ou cooperado. Fato que pode ser observado com os agricultores participantes do PNAE, cujo a comercialização dos produtos alimentícios se deu através da secretaria estadual de educação, bem como a prefeitura municipal de Macapá.

Liberman e Bertolini (2015), quando discutem a importância do PNAE como política pública, enfatizam que é o programa de maior longevidade do país no que concerne à segurança alimentar e nutricional. É considerado um dos mais abrangentes e duradouro no mundo. Para

esses autores, sua importância justifica-se pelos avanços proporcionados a agricultura aos beneficiários dos produtos por meios das doações institucionais, bem como da própria agricultura familiar graças a seus princípios estruturantes os quais têm proporcionado estratégias cada vez mais consolidadas em direção ao direito a uma alimentação adequada e saudável para parte da população inseridas no espaço escolar.

Do mesmo modo, Ribeiro et al. (2013, p. 36) menciona que a importância do PNAE, mostra-se além da aquisição de alimento de qualidade destinados a alimentação escolar. Outro viés importante se dá para estes autores por meio da geração de renda proporcionada pela comercialização de gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores/fornecedores, ferramenta indispensável no que tange ao desenvolvimento local dos municípios.

#### 4.2.5 Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (PROTAF)

As primeiras contemplações do PROTAF junto aos agricultores familiares da comunidade ocorreram justamente já no primeiro ano da criação do programa em 2011. Nesse primeiro momento apenas três famílias (9,37%) foram contempladas com os recursos. As primeiras experiências tiveram como objetivo principal, segundo os agricultores e representantes da comunidade, implantar culturas de ciclo curto e intermediário como mandioca, melancia, maracujá e macaxeira em áreas que em geral não ultrapassaram 1,5 ha.

Conforme expressam os agricultores, a visão do programa e conseqüentemente dos técnicos que realizam a extensão rural, as atividades pautavam-se em promover a diversificação da produção agrícola além da recuperação das áreas degradadas, e com base nesses princípios essa política pública ganhou cada vez mais o interesse por parte dos agricultores, perdurando-se até o final do ano de 2014. A Tabela 07 ilustra a evolução do PROTAF junto aos agricultores desde a sua implementação.

**Tabela 07:** Evolução do PROTAF na comunidade Vila Ressaca da Pedreira (2011 a 2014).

Ano	Famílias contempladas	Recurso acessado (R\$)	Finalidade
2011	01	4.000,00	Cultivo de melancia, mandioca, hortaliças
2011	01	4.500,00	Cultivo de mandioca, melancia, graviola, macaxeira
2011	01	4.000,00	Cultivo de melancia, milho, mandioca, mamão
2012	01	4.000,00	Cultivo de mandioca, hortaliças, banana

Continua

Continuação

2012	01	4.500,00	Cultivo de mandioca, milho, hortaliças
2013	02	4.000,00	Cultivo de mandioca, açaí, banana, hortaliças
2014	01	4.000,00	Cultivo de mandioca, graviola, banana, hortaliças

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Observou-se que entre 2011 e 2014 somente 25% (08) das famílias entrevistadas foram contempladas como o PROTAF. A principal razão para o baixo nível de acesso, segundo os próprios agricultores, é a burocracia para o acesso. Torna-se perceptível também a aptidão que a comunidade desenvolveu com as culturas da mandioca, frutíferas e hortaliças, que neste caso, implantados em todas as propriedades cujo os agricultores tornaram-se beneficiários.

Segundo a SRD (2015a), além da ‘Declaração de Aptidão’ ao PRONAF (DAP) o principal critério para a adesão à essa política pública, era a adoção do sistema de plantio denominado de Bragantino. Um dos objetivos desse sistema era promover o estabelecimento de culturas de ciclos curtos nos primeiros anos de cultivo, em seguida introduzir culturas de ciclos mais longo, como as culturas perenes ou de espécies de interesse florestal com o passar dos anos. Esse consorciamento entre espécies visava simultaneamente a recuperação de áreas degradadas e elevação da fertilidade dos solos já antropizados.

De acordo com De Abreu Sá et al. (2007, p. 95), os benefícios do sistema Bragantino relacionam-se a elevação dos índices fertilidade dos solos, proporcionando diminuição dos custos de implantação das culturas, além da diminuição dos custos com equipamentos e insumos.

Embora seja considerada pelos agricultores como uma política importante, pouco se constata em relação os efeitos dessa política pública no âmbito do desenvolvimento rural na comunidade. A ausência de dados oficiais nas instituições voltadas para o desenvolvimento rural e informações mais palpáveis na própria comunidade impossibilitaram análise detalhada deste instrumento de promoção do desenvolvimento.

#### **4.2.6 Programa de Produção Integrada (PPI)**

Para o grupo de agricultores estudado o programa PPI passou a ser acessado no início do ano de 2015, ou seja, sete anos após a sua implementação a nível estadual. Dentre as políticas públicas pautadas no desenvolvimento rural pesquisadas na comunidade, o Programa de Produção Integrada PPI, possui considerável número de beneficiários, ou seja 68,75% das

famílias (22 famílias), afirmaram ser beneficiárias dessa política pública. A Tabela 08 ilustra o desempenho do Programa de Produção Integrada de conforme os beneficiários.

**Tabela 08:** Desempenho do PPI segundo os beneficiários da Vila Ressaca da Pedreira (2015/2018).

Nº	Ano de acesso	Valor acessado (R\$)	Finalidade	Destino da produção
1	2015	3.500,00	Produção de maracujá, mandioca, hortaliças	Alimentação, Comercialização na feira
2	2015	3.500,00	Produção de frutíferas	Alimentação, comercialização na feira, atravessadores
3	2015	3.500,00	Aquisição de adubos, produção de hortaliças	Alimentação, venda na feira, atravessadores, transeuntes
4	2015	3.500,00	Produção de mandioca, melancia	Alimentação, venda na feira, atravessadores
5	2015	3.500,00	Produção de banana, maracujá	Alimentação, venda na feira, transeuntes
6	2016	2.500,00	Produção de maracujá, banana, hortaliças	Venda na feira, atravessadores, transeuntes
7	2016	3.500,00	Produção de mandioca, banana	Alimentação, venda na feira
8	2016	3.500,00	Produção de mandioca	Alimentação, venda na feira, atravessadores
9	2016	3.500,00	Produção de maracujá, graviola, hortaliças	Alimentação, venda a transeuntes
10	2016	6.000,00	Produção de mandioca, banana, maracujá	Alimentação, venda na feira, atravessadores, transeuntes
11	2016	3.500,00	Produção de hortaliças	Alimentação, venda na feira
12	2016	3.500,00	Produção de maracujá	Alimentação, venda na feira
13	2016	3.500,00	Produção de mandioca	Alimentação, venda a atravessadores
14	2016	3.500,00	Produção de hortaliças, banana, graviola	Alimentação, venda a transeuntes
15	2016	3.000,00	Produção de mandioca, melancia, maracujá	Alimentação, venda feira
16	2016	3.500,00	Produção de melancia	Alimentação, venda na feira, a transeuntes
17	2017	3.500,00	Produção de mandioca	Alimentação, venda a atravessadores
18	2017	3.500,00	Produção de melancia, banana, hortaliças	Alimentação, venda a atravessadores
19	2017	3.000,00	Produção de banana, hortaliças	Alimentação, venda na feira
20	2017	3.500,00	Produção de mandioca, melancia	Alimentação, venda na feira
21	2017	3.000,00	Produção de maracujá	Alimentação, venda na feira, a transeuntes,
22	2017	3.500,00	Produção de melancia, mamão, hortaliças	Alimentação, venda na feira, atravessadores, a transeuntes

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Nota-se em 100% das famílias que acessaram o PPI informaram que além da comercialização dos produtos para feiras, atravessadores e transeuntes na comunidade, parte da produção, destina-se a alimentação da família. As atividades apoiadas pelo PPI concentra-se em três principais cultivos: a produção mandioca para produção de farinha, o cultivo de frutíferas (melancia, maracujá, banana, graviola) e de hortaliças. A Fotografia 05 ilustra as três atividades apoiadas pelo PPI na comunidade.

Silva e Filocreão (2014) ao analisarem a criação do PPI no Estado do Amapá, frisam que esse modelo de programa foi baseado em um modelo de agricultura voltados para a sustentabilidade, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos e ambientais além de superar a insuficiência da produção de gêneros alimentícios aliados a melhoria na qualidade ambiental. As atividades previstas no programa contemplaram as diversas técnicas agrícolas como o preparo de áreas, correção de solos, adubação, insumos e capacitação destinada às famílias contempladas.

Apesar da matriz de desenvolvimento das atividades do Programa de Produção Integrada voltar-se para o consorciamento entre espécies, encontrou-se na maioria dos casos, apenas uma cultura predominante na área, com ausência significativa de espécies de ciclos mais longos ou perenes, contrariando o que previam as recomendações de implantação do programa de acordo com a SDR (2018a). A Fotografia 05 ilustra as três atividades apoiadas PPI na comunidade.

**Fotografia 05:** As três atividades apoiadas pelo PPI na comunidade vila Ressaca da Pedreira 2015/2018.



Fonte: Oliven do Nascimento Saraiva (2018).

\*Nota: (A) cultivo de mandioca para a produção de farinha na comunidade; (B e C) fornos artesanais utilizados na torrefação da farinha na comunidade; (D e E) cultivo de frutíferas (maracujá e banana); (F) cultivo de hortaliças (pimentinha) com uso de irrigação adaptada pelos agricultores.

A horticultura foi a atividade que se mostrou mais diversificada, entre as propriedades analisadas, que em geral apresentavam até seis espécies diferentes em uma mesma área, a qual também foram encontradas sendo cultivadas nas entrelinhas das culturais principais, sobretudo das frutíferas como o maracujá.

A questão proposta pelos idealizadores do PPI para formação de “floresta de alimento” para este grupo estudado, de fato não ocorreu, pois para os agricultores a dificuldade em se conseguir insumos e a falta de recurso para a implantação de projetos técnicos de irrigação que atendessem as demandas da deficiência de água no período seco foi o principal gargalo, fato que contribui para a opção de culturas de ciclos curtos ou anuais.

Nota-se que para a deficiência de água, comum na comunidade no período menos chuvoso, os agricultores buscaram por meios próprios e alternativos a captação de água a partir da abertura de buracos, revestidos com lona de polietileno formando reservatórios. As

Fotografias 06 e 07 ilustram o reservatório de água adaptado pelos agricultores, construído no período seco para irrigação das hortaliças, e o sistema de irrigação implantado.

**Fotografia 06:** Vila Ressaca da Pedreira: reservatório de água adaptado pelos agricultores (2018).



Fonte: Olivan do Nascimento Saraiva (2018).

**Fotografia 07:** Vila Ressaca da Pedreira: área destinada ao cultivo de hortaliças (2018).



Fonte: Olivan do Nascimento Saraiva (2018).

Mesmo com os intemperes climáticos, relacionados ao período seco e chuvoso, o PPI para os agricultores mostra-se bastante atrativo, dado ao número de contemplados/acessos por essa política pública ao longo dos anos. Todavia, problemas relacionados ao atraso na entrega de materiais, (insumos, equipamentos) e o preparo da área articulado através da associação de moradores e os órgãos governamentais responsáveis pela assistência técnica, têm consideravelmente dificultado o alcance de melhores resultados.

Nas últimas edições do programa, visando diminuir os atrasos no início dos plantios, os próprios agricultores efetivam a contratação de horas trabalhadas de trator (aração e gradagem) nas áreas que representou cerca de 1/3 do volume total do recurso disponível para cada agricultor contemplado.

As Fotografias 08, 09 e 10 ilustram áreas destinadas aos cultivos com uso de implemento agrícola.

**Fotografia 08:** Vila Ressaca da Pedreira: área a ser preparada para cultivos agrícolas (2018).



Fonte: Olivan do Nascimento Saraiva (2018).

**Fotografia 09:** Vila Ressaca da Pedreira: área recém preparada para os cultivos (2018).



Fonte: Olivan do Nascimento Saraiva (2018).

**Fotografia 10:** Vila Ressaca da Pedreira: implemento agrícola para o preparo de novas áreas destinadas à agricultura (2018).



Fonte: Oliven do Nascimento Saraiva (2018).

As atividades de preparo nas áreas são feitas de forma escalonada, prioritariamente para as áreas distantes da comunidade para às mais próximas. Ressalta-se que a comunidade por meio da associação de produtores fez a aquisição de um trator de pneu para a realização desta atividade (Fotografia 10). Todavia, no caso específico desta política pública, no que tange ao preparo das áreas, a contratação do serviço tornou-se necessária, segundo os agricultores, em virtude do trator não possuir implemento em condições de realizar tal atividade. Fato que foi sanado, ao final do processo de preparo das áreas com a aquisição de discos do referido implemento agrícola.

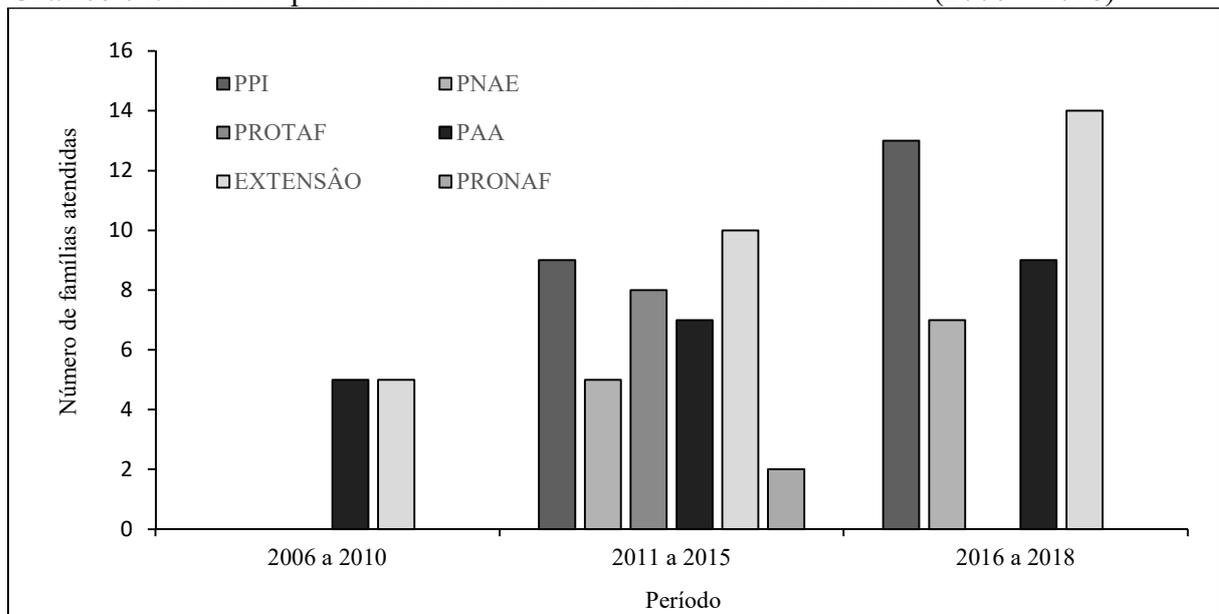
#### 4.3 INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS NA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE VILA RESSACA DA PEDREIRA

Reconhecidamente cada política pública voltada para o meio rural, acessada pelos agricultores na comunidade Vila Ressaca da Pedreira, possui determinado grau de importância segundo os agricultores. Nesse aspecto, o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e o Programa de Produção Integrada (PPI), destacaram-se entre os demais programas, quanto ao número de acesso dos agricultores nos mais variados anos, beneficiando inúmeros agricultores.

Por outro modo, a assistência técnica promovida pelo órgão oficial de assistência técnica e extensão rural, ferramenta indispensável para o êxito dessas políticas públicas, conforme dados levantados, não tem suprido a real necessidades desses agricultores. Segundo os agricultores entrevistados o desempenho desta política pública não é o mesmo desempenho observado para os programas destacados, PAA e PPI, sobretudo a partir do ano de 2012. O que se percebe é que os agricultores depositam enorme expectativa nos serviços de extensão rural, dado a sua dependência deste serviço de forma gratuita e acabam por sentir que as necessidades não são plenamente atendidas. Aqui devemos considerar também as limitações de recursos vivenciadas pelas instituições de extensão rural em todo o Brasil.

No Gráfico 04 pode-se observar a variação no número de acessos das políticas públicas entre 2006 e 2018.

**Gráfico 04:** Políticas públicas observadas em Vila Ressaca da Pedreira (2006 – 2018).



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Nota-se que programa como PROTAF, conforme dados demonstrados, teve uma variação considerável quando ao número de acessos. No final do período compreendido entre 2011 e 2015, essa política pública decaiu em relação a maioria das políticas públicas observadas na comunidade. Embora não seja possível afirmar com exatidão os reais motivos pelos quais o programa revelou esse comportamento, acredita-se que possam está relacionado a mudança do executivo estadual, fomentador dessa política pública.

Outra política pública que merece destaque em relação a seu desempenho na comunidade respeito é o PRONAF, tido como a principal e mais importante ferramenta para

desenvolvimento rural no Brasil (ABRAMOVAY, 1999; GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 132; MATTEI 2004, p. 5; SCHNEIDER et al. 2004, p. 25-26).

O desempenho desse programa na comunidade foi baixo avaliado pelo número de acesso. A falta de conhecimento acerca do programa e o receio da maioria dos agricultores em contrair dívidas podem explicar a baixa procura.

Para 100% dos agricultores familiares participantes do estudo, a burocracia, sobretudo, a documentação requisitada e certidões pelos órgãos governamentais para tornarem-se aptos ao acesso é o principal entrave de participação neste programa. Motivo pelo qual, algumas famílias optam por não buscar mais de uma política pública disponível para a comunidade.

“Temos que ter cursos na comunidade, que treine o agricultor sobre os tramites desses programas e o que seria necessário para ter acesso de forma antecipada” (informação verbal).

Outra dificuldade enfrentada pelos agricultores para o acesso a essas políticas públicas diz respeito ao calendário de entrega insumos, para aqueles programas que fornecem insumos. Para os agricultores, a entrega de insumos como adubos e sementes, atrasam consideravelmente, e os prejuízos são recorrentes. Nesse aspecto, as perdas na produção são inevitáveis.

“Preparamos a área, antes do período chuvoso, e aguardamos a entrega dos materiais para poder fazer o plantio, porém eles só entregam próximo do fim das chuvas, e a lavoura não desenvolve bem, pois as chuvas não foram suficientes, até porque temos um problema grande com a falta de água na comunidade, todo ano, perdemos muito por causa disso, acho que se resolvessem isso o resultado seria bem melhor” (informação verbal).

Desse modo a falta de regularidade da entrega de insumos por parte dos executores dos programas governamentais, bem como a ausência de calendário dessas entregas, são considerados pelos agricultores estudados, o principal ponto crítico.

No entanto, 53,12% dos agricultores destacaram como políticas públicas de maior relevância para a comunidade o Programa de Produção Integrada (PPI) e o Programa de Aquisição de Alimento (28,12% e 25%, respectivamente). No primeiro caso, segundo os agricultores, apesar de atrasos na entrega dos insumos, o programa viabiliza a diversidade na produção agrícola e a partir dele, pode-se direcionar a comercialização para diferentes locais, tanto na comunidade, tanto à transeuntes, atravessadores, na feira e para o próprio governo através de outros programas.

A relevância do programa fica evidente pelo maior número de acesso nos últimos anos, dentre as políticas públicas pesquisadas, somando total de 22 famílias beneficiadas. No segundo caso, os beneficiários apontaram que o interesse em aderir ao Programa de Aquisição de Alimento, dá-se pelo fato do mesmo, possui duas modalidades distintas de adesão: modalidade coletiva e individual, fato também observado em outro programa como o PNAE. No entanto, atrasos nos pagamentos dos produtos alimentícios entregues às instituições é fator determinante para êxito dessa política pública na comunidade, o que significa maior capacidade de retorno para a manutenção das necessidades da família.

Nota-se que, além da geração de renda para a manutenção familiar, as políticas públicas levantadas assumem papel de extrema relevância para o desenvolvimento da comunidade, tendo em vista que é a única forma observada de apoio financeiro, logístico e para a comercialização dos produtos agrícolas. Não se constatou-se quaisquer outras modalidades de política pública, relacionada a empréstimos bancários ou similares entre os estabelecimentos agrícolas avaliados. Isso evidencia novamente a preocupação dos agricultores em contrair dívidas ou negativas financeiras.

Do ponto de vista do fortalecimento da atividade agrícola, os estabelecimentos estudados representam um potencial para a adesão aos programas federais de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar como o PRONAF, nas mais diversas linhas de atuação e com juros relativamente baixos. Todavia, o papel da assistência técnica e extensão rural é imprescindível, para essa mudança desse paradigma adotados pelos agricultores acerca de financiamento nesses moldes. Esclarecimentos, treinamentos, palestras e divulgações sobre o tema que envolvesse as organizações representativas na comunidade, como a associação, podem ser uma estratégica fundamental para mudar esse cenário.

Nota-se que a presença do poder público se faz por meio da SDR, Diagro, Caixa Econômica Federal, Incra, Ueap, Conab, Seed/Pronatec, Ifap, Iepa, Pescap, Semam, como participantes de eventos (dias de campo e palestras) que em geral ocorrem duas vezes ao ano. A presença mais marcante diz respeito a participação da Embrapa e do Rurap, sob forma de orientações técnicas por meio de seus profissionais, cujo citação é recorrentes entre os agricultores.

Apesar de 53,13% dos agricultores afirmarem que seguiram as recomendações orientadas pelos técnicos, por acreditarem que tem percebido o aumento da produção depois das intervenções, 31,25% afirmaram não seguirem as orientações repassadas pelos profissionais. Para esses agricultores as recomendações feitas pelos técnicos contradizem o que

aprenderam ao longo dos anos com a atividade agrícola desenvolvidas, além de terem dificuldade em entender as orientações:

“Não usei todo o adubo porquê da primeira vez que usei ele queimou todo o meu maracujá, agora coloco pouca a quantidade com medo de queimar a planta, vou parar de usar o adubo” (informação verbal).

Tornou-se possível identificar de forma mais direta a participação das instituições voltadas para as políticas públicas nos últimos cinco anos. Eventos como: dias de campo, palestras e debates sobre temas relacionados a agricultura são cada vez mais comuns na comunidade. Para 43,75% dos agricultores envolvidos no estudo esses eventos ocorrem pelos menos uma vez ano, sendo que 96,87% dos agricultores afirmaram que o interesse por esse tipo de atividade se dá em função da busca pela informação e conhecimentos que segundo os agricultores, os técnicos são capazes de promover.

“Acho importante esses eventos porque quando eles vêm aqui, nós vamos em busca do conhecimento que eles têm” (informação verbal) — agricultora residente na comunidade a mais de 47 anos.

Esses eventos são importantes porque servem de incentivo para a comunidade.

“Busco informação sobre benefícios que podem chegar à comunidade, serve de incentivo para mim, por isso participo desses eventos, fico sabendo como usar o adubo, colher os produtos, as pragas e como combate-las, por isso acho importante participar” (informação verbal).

De modo geral, todos os agricultores demonstraram interesse pela participação de eventos promovidos pelas instituições que estão direta ou indiretamente vinculadas as políticas públicas voltadas para o meio rural, onde 93,75% (30) dos agricultores entrevistados afirmaram participar ativamente como ouvinte desses eventos e para 84,37% desses entrevistados, percebeu-se, segundo eles, considerável melhoria nas atividades agrícolas desenvolvidas nos estabelecimentos.

“Melhorou a forma e a produção dos nossos plantios, pois eles ensinam novas técnicas” (informação verbal) — morador na comunidade a mais de 30 anos.

Houveram agricultores que afirmaram que os benefícios se dão em virtude da valorização da atividade agrícola e da própria produção.

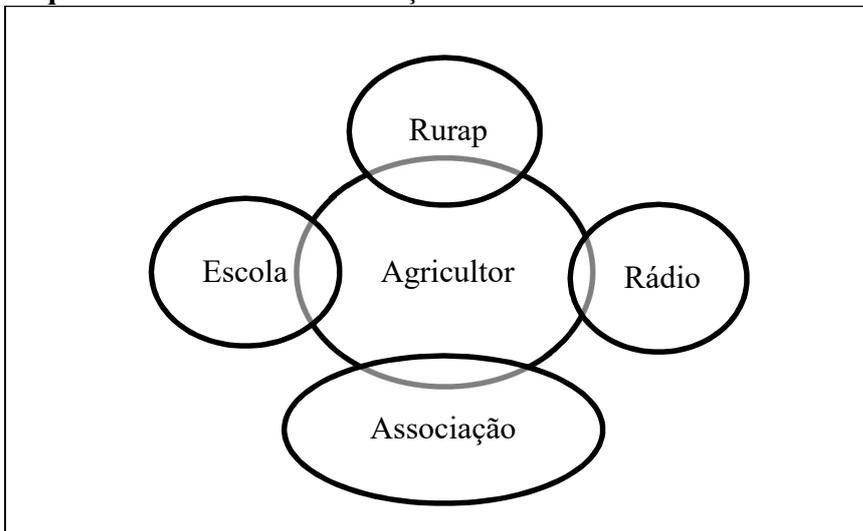
“ Para mim, a presença desses órgãos aqui na comunidade, aumentou meu interesse pela roça, antes tinha muita dificuldade para produzir, era sacrificante e pouco, agora com essas técnicas que eles nos ensinam, aprimoro o que eu já sabia, por isso acho muito importante a presença deles aqui na comunidade” (informação verbal) — produtor de farinha, frutas e hortaliças e residente a mais 11 anos na comunidade.

Ressalta-se que os eventos realizados na comunidade, conforme discriminados pelos agricultores, partiram de um viés puramente institucional, ou seja, os eventos realizam-se a partir de uma ação proativa das próprias instituições, como princípio da divulgação das ações e resultados desenvolvidos. Essa informação decorre do fato de que 90,6% (29) dos agricultores entrevistados nunca solicitaram a promoção de eventos na comunidade.

Dentre os agricultores que solicitaram formalmente alguma ação por parte de instituições públicas, somente 9,37% (03) dos entrevistados obtiveram resposta e foram atendidos pelos órgãos, cujo os principais motivos foram ações para manejo de pragas e doenças nas culturas da mandioca, banana e melancia.

Notou-se na comunidade o estabelecimento de uma rede de atores que fazem com que as informações circulem entre os agricultores e os mantenham informados sobre as ações a serem desenvolvidas pelas mais diversas instituições responsáveis por políticas públicas no meio rural (Esquema 01).

**Esquema 01:** Rede de informação observados na comunidade.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os agricultores, no centro da figura, participam dos eventos promovidos pelas instituições a partir de quatro viés de divulgação: o Rurap, a escola da comunidade, a associação de produtores e através da programação de rádio.

Nesse aspecto 59,57% das famílias citaram que a associação é a principal forma de mantê-los informado sobre política públicas para comunidade (programas e projetos), ficando sob a responsabilidade do presidente da associação informar a todos os associados bem como mobiliza-los. Nesse sentido, a associação dos agricultores AMACREP, (Associação dos Moradores Agricultores da Comunidade Vila Ressaca da Pedreira) exerce um papel fundamental para o desenvolvimento das ações planejadas junto as instituições, dado a seu poder de mobilização, tendo em vista que das 105 famílias que têm a atividade como principal atividade agrícola, 59,04% (62 famílias) são associadas e destas 46,77% (29 famílias das 32 famílias estudadas), têm a associação como a principal forma de manterem-se informados e ou assistidos, formando um elo entre os agricultores e as instituições.

Observou-se também que 18,75% dos agricultores buscam informações junto ao órgão de assistência técnica e extensão rural do Estado (Rurap), que neste caso específico, segundo os agricultores, também são fornecidas informações técnicas e para eles também é considerada uma forma de extensão rural, mesmo sem a presença do técnico na propriedade.

Segundo os a maioria dos entrevistados, essa modalidade de divulgação da informação, tem sido uma prática comum junto aos agricultores. Um pequeno grupo se desloca até a sede do órgão, e em seguida repassam as informações adquiridas para os demais agricultores. As duas outras estratégias (programa de rádio 6,25% e escola 15,63%), foram adaptadas pelos próprios agricultores, e voltam-se para informações mais gerais, que requerem uma mobilização maior por parte dos moradores como dias de campo, palestras e debates na comunidade ou eventos de outra natureza.

Ficou evidente na pesquisa a pouca participação dos agricultores no que concerne ao processo de construção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, sobretudo a participação em comitês de gestão, câmara setorial, conselhos gestores. 93,75% (30 famílias) afirmaram não participar e não ter interesse em participar de quaisquer dessas estratégias acima mencionadas, na visão destes agricultores, essa responsabilidade é atribuída para o presidente da associação, ou sua diretoria.

De outro modo, para 6,25% (02 famílias), a participação nessas comissões é considerada indispensável no processo de construção das políticas públicas que atendam os anseios da própria comunidade, prova disso é a participação dessas famílias na câmara de mulheres agricultoras e a participação no conselho setorial de chamada pública do PPI e PNAE por quatro anos consecutivos.

Com relação à satisfação dos agricultores beneficiários quanto às políticas públicas observou-se que 53,12% (17 famílias) mostraram-se insatisfeitas com o desempenho das

políticas públicas na comunidade ao passo que 46, 88% (15 famílias) demonstraram-se satisfeitos com as políticas pública ao longo dos anos, principalmente no que diz respeito a geração e ampliação da renda a partir da comercialização dos produtos alimentícios.

Provavelmente o elevado grau de insatisfação por parte dos agricultores, esteja relacionado as dificuldades de acesso, a burocracia documental por parte dos órgãos executores de programas, pouco tempo de permanência dos técnicos que promovem a assistência em nas propriedades, periodicidade de assistência técnica, necessidade de registro de produtos como polpas, falta de troca de experiência com outros agricultores de outras localidades, seletividade por grupo específico de agricultores, interferência política na associação, falta de transparência entre gestores e associação, poucos recursos disponibilizados e atrasos na entrega de insumos e de pagamento pós-venda em alguns casos. Todos esses fatores segundo os agricultores, tornam-se além de dificuldades, as principais críticas na execução das políticas públicas encontradas na comunidade. O Quadro 04 a seguir<sup>3</sup>, demonstra a quantidade de acesso por família de cada política pública encontrada na comunidade.

**Quadro 04:** Vila Ressaca da Pedreira: acessos por Família a cada Política Pública (2006/2018).

Famílias	Políticas Públicas					
	PPI	PNAE	PROTAF	PAA	EXTENSÃO	PRONAF
01	x	x		x	x	
02	x	x	x	x	x	
03	x	x	x	x	x	
04	x			x	x	
05		x	x	x	x	
06	x	X	x	x	x	
07					x	
08	x			x	x	
09	x				x	
10	x			x	x	
11	x			x	X	
12		X	x	x		
13	x	X		x	x	

Continua.

<sup>3</sup> Não se levou em consideração as formas de acesso se individual ou coletivo no caso de programas com essas vertentes, caso do PNAE e PAA.

Continuação.

Famílias	Políticas Públicas					
	PPI	PNAE	PROTAF	PAA	EXTENSÃO	PRONAF
14	x			x	x	x
15	x					
16	x		x	x	x	
17	x	X		x		
18	x		x		x	
19	x			x	x	
20	x			x	x	
21	-	-	-	-	-	-
22		X			x	
23	x			x	x	
24	x	X	x		x	
25		X		x	x	
26	x	X		x	x	
27					x	x
28					x	
29				x	x	
30	x				x	
31				x	x	
32	x				x	

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

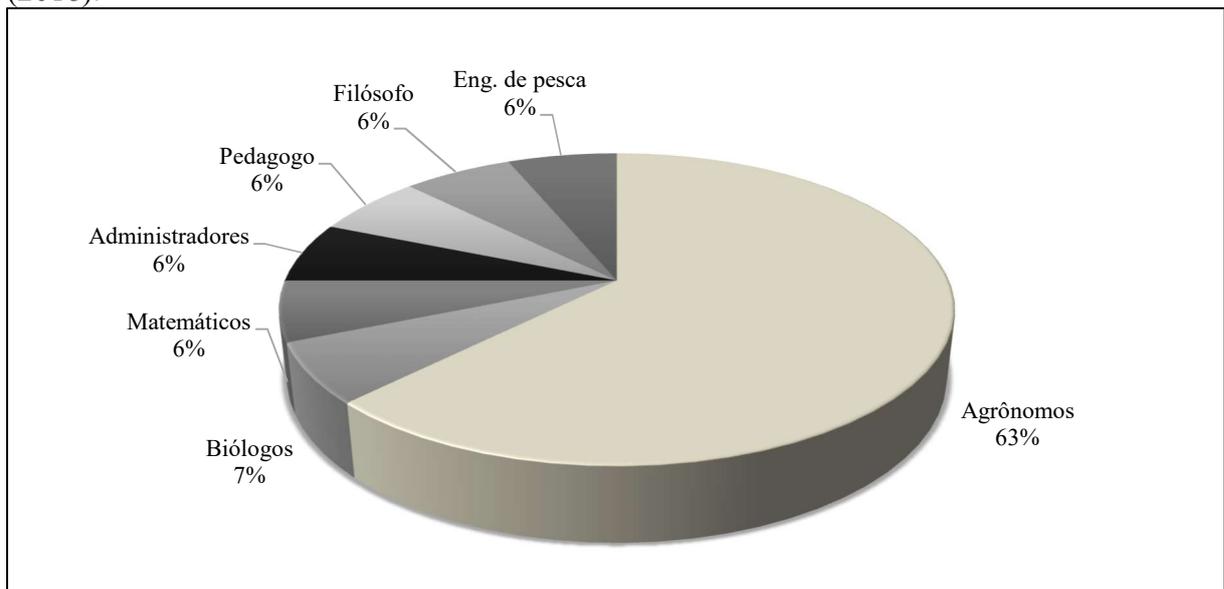
Nota-se diversificação quanto ao número de políticas públicas acessadas pelas famílias na comunidade, bem como a importância que a assistência técnica exerce sobre esses estabelecimentos agrícolas, presente em 87,5% das propriedades levantadas. Destaca-se também o baixo nível de acesso ao PRONAF pelas famílias.

#### 4.4 ATUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM AÇÃO VINCULADA À AGRICULTURA NA COMUNIDADE VILA RESSACA DA PEDREIRA

Identificou-se que, diversidade no que tange a formação dos gestores das instituições que atuam no âmbito das políticas públicas no Estado e na comunidade Vila da Ressaca da Pedreira. A maioria dos gestores (63%, 10 profissionais) e (6%, um profissional) tem sua formação compreendida na grande área das ciências agrárias: agronomia e engenharia de pesca,

respectivamente. Embora os demais gestores tenham formação acadêmica em áreas distintas, todos possuem pelo menos uma formação na área de gestão e/ou administração, no nível de pós-graduação. No Gráfico 05 apresenta-se a formação acadêmica dos gestores de instituições responsáveis pela execução ou elaboração das políticas públicas que atuam no estado e na comunidade.

**Gráfico 05:** Estado do Amapá: Formação acadêmica dos gestores das instituições públicas (2018).



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Todos os participantes possuem experiência superior a quatro anos na execução ou gestão de políticas públicas com foco no desenvolvimento rural, no exercício de seus respectivos cargos/funções ou em outros cargos em diferentes instituições.

No que tange ao modo de participação das instituições, a maioria (93,75%, 15 instituições) tem como área de abrangência todo o Estado do Amapá e apenas uma atuação municipal (SEMTEC) e, para todas, as ações desenvolvidas voltam-se para a agricultura, a pesca e a aquicultura. No Quadro 05 descreve-se a finalidade das instituições públicas na visão dos gestores.

**Quadro 05:** Estado do Amapá: finalidade das instituições públicas na visão dos gestores (2018).

Instituição	Modo de participação e ou execução
Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá (DIAGRO)	Trabalhamos com o surgimento de demandas, o agricultor é quem nos aciona para fazermos as atividades, principalmente as de inspeção para aqueles que querem comercializar produtos de origem vegetal e animal.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Trabalhamos em todo o Estado. As ações visam o fortalecimento das atividades agropecuárias através da agregação de valor proporcionado pelas fiscalizações a produtos de origem vegetal e animal.
Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)	Trabalhamos sob a ótica da responsabilidade estratégica de inclusão social por meio da aquisição de produtos agrícolas garantindo a segurança alimentar da população.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC)	Nossas atividades voltam-se para atender o agricultor e o piscicultor do município de Macapá, no que concerne ao apoio técnico e logístico para o desenvolvimento dos projetos.
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Trabalhamos com os mais diversos segmentos, dentre eles, os agricultores por meio de apoio de seus projetos agropecuários.
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Nossas ações voltam-se para o treinamento e capacitações do homem do campo, trabalhamos com os mais variados grupos, visando à formação profissional rural.
Agência de Pesca do Estado do Amapá (PESCAP)	As ações voltam-se para o fortalecimento da pesca e da aquicultura no estado do Amapá, auxiliando diversos segmentos dentro da cadeia do peixe.
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP)	Trabalhamos com políticas públicas pautadas no desenvolvimento rural do estado.
Instituto de Pesquisa Científicas e Tecnológica do Estado do Amapá (IEPA)	As ações voltam-se para o desenvolvimento de pesquisa científica dos mais diversos níveis, abrangendo o conhecimento sobre a biodiversidade do estado.
Secretaria Estadual de Educação (SEED/ Pronatec)	As ações voltam-se para a qualificação profissional de jovens e adultos no estado.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Executa ações pautadas no desenvolvimento rural nos mais diversos níveis, com apoio de políticas públicas no âmbito federal.
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR)	Executa as ações estratégicas para o desenvolvimento rural no âmbito do estado do Amapá.
Universidade do Estado do Amapá (UEAP)	As ações voltam-se para os três pilares fundamentais: pesquisa, ensino e extensão, a partir da formação de mão-de-obra com egressos de cursos de nível superior.
Instituto Federal do Amapá (IFAP)	Ações voltam-se para a pesquisa, ensino e extensão.
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	As ações voltam-se para a formação de mão-de-obra nos três eixos de desenvolvimento institucional: pesquisa, ensino e extensão.
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	Ações voltam-se para o desenvolvimento de pesquisa agropecuária e transferência de tecnologias destinadas ao meio rural.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

De Medeiros e Borges (2007, p. 71) ao analisarem o desempenho de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no Nordeste brasileiro, descreveram como imprescindível o planejamento de forma participativa, do qual prioritariamente deve envolver todos os atores, beneficiados ou não no processo de construção ou execução desses mecanismos em prol do desenvolvimento rural. No presente estudo observou-se eu a integração nas fases de planejamento e execução ainda é baixa entre as diversas instituições públicas,

muito embora as atividades desenvolvidas pelas instituições pautam-se no desenvolvimento e fortalecimento do meio rural.

Observou-se que somente duas instituições atuam com todas as seis políticas públicas consideradas mais relevantes pelos agricultores no presente estudo (Quadro 06).

**Quadro 06:** Participação de cada instituição junto às políticas públicas no estado (2018).

Instituição	Âmbito de Atuação					
	PRONAF	PAA	PNAE	PROTAF	PPI	Extensão
DIAGRO	-	X	X	X	X	-
MAPA	X	-	-	-	-	X
CONAB	X	X	X	-	-	X
SEMDEC	-	-	-	-	-	X
SEBRAE	X	X	X	X	X	X
SENAR	-	-	-	-	-	X
PESCAP	-	X	X	-	X	X
RURAP	X	X	X	X	X	X
IEPA	-	-	-	-	-	X
SEED/Pronatec	-	-	-	-	-	-
INCRA	X	X	-	-	-	-
SDR	X	X	-	X	X	-
UEAP	-	-	-	-	-	X
IFAP	-	-	-	-	-	X
UNIFAP	-	-	-	-	-	X
EMBRAPA	X	X	X	X	X	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Conforme assinalado no Quadro 06, a maioria das instituições não desenvolve atividades com todas políticas públicas observadas no estado, bem como na comunidade. Todavia, 47,67% dos beneficiários/assistidos por alguma dessas políticas públicas estudadas desenvolvem suas atividades no município de Macapá, dos quais, 1,32% exercem suas atividades na comunidade Vila Ressaca da Pedreira. Reconhecidamente, demonstra-se um número relativamente baixo dado a quantidade de famílias agricultoras aptas a se tornarem beneficiários dessas políticas públicas, mesmo que em alguns casos, alguns sejam resistentes em não aderirem a essa ferramenta.

Destaca-se que em 81,25% das instituições, os agricultores familiares, quilombolas, indígenas e extrativistas, aparecem como público alvo prioritário no desenvolvimento das ações, embora 50% das instituições públicas estudadas também tem como público alvo, os agricultores patronais dos mais diversos segmentos. Notadamente são essas instituições que têm como metas o atendimento do maior número de agricultores. Logo 56,25%, atendem o quantitativo superior a 1.000 agricultores por ano.

No que tange a participação dos agricultores no processo de construção das políticas públicas, os dados demonstraram que não há uma participação efetiva dos agricultores no processo de construção, somente 6,25% das famílias participam ativamente das decisões relativas aos programas. Nesse aspecto, iniciativas individuais, mesmo sendo membros ativos de associação de produtores ainda são bastante comuns entre os agricultores.

Segundos os gestores institucionais, inúmeros são os gargalos que impedem maiores êxitos das políticas públicas voltadas para o meio rural, dentre as quais: a ausência de políticas, ou programas de governos que promovam o associativismo e cooperativismo qualificados, ações politizadas, excesso de burocracia, atrasos na liberação de recurso, contingenciamento de recurso (o que é orçado quase sempre não é o disponibilizado), deficiência na regularização fundiária, limitação de acesso a outros política pública, principalmente as de créditos. Todos esses gargalos observados pelos gestores, tornam-se também na opinião dos mesmos, a principal crítica na execução desses programas observados.

A maioria dos entrevistados apontou como possíveis soluções para melhor servirem a população a elevação no número de servidores nas instituições para a execução das atividades. Haja vista que existe uma demanda anual por aposentadorias, em algumas instituições da esfera federal e afastamentos e principalmente na esfera estadual. Mesmo assim, 62,5% dos gestores mostraram-se satisfeitos com número atual de servidores em seus respectivos órgãos.

No Quadro 07 apresenta-se a disponibilidade de servidores nas instituições públicas.

**Quadro 07:** Amapá: disponibilidade de servidores efetivos, contratados e envolvidos com as políticas públicas nas instituições (2018).

INSTITUIÇÃO	SERVIDORES		
	EFETIVOS	CONTRATADOS	ENVOLVIDOS (D/I) COM P.P
DIAGRO	79	8	12
MAPA	5	0	5
CONAB	9	0	5
SEMDEC	4	6	10
SEBRAE	105	0	35
SENAR	20	4	12
PESCAP	13	22	13
RURAP	120	40	55
IEPA	56	141	56
SEED/PRONATEC	50	300	100
INCRA	75	50	75

Continua.

Continuação.

SDR	56	94	29
UEAP	250	52	60
IFAP	215	15	65
UNIFAP	15	*	*
EMBRAPA	100	0	15

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

\*Nota: dados oficiais não fornecidos pelas instituições.

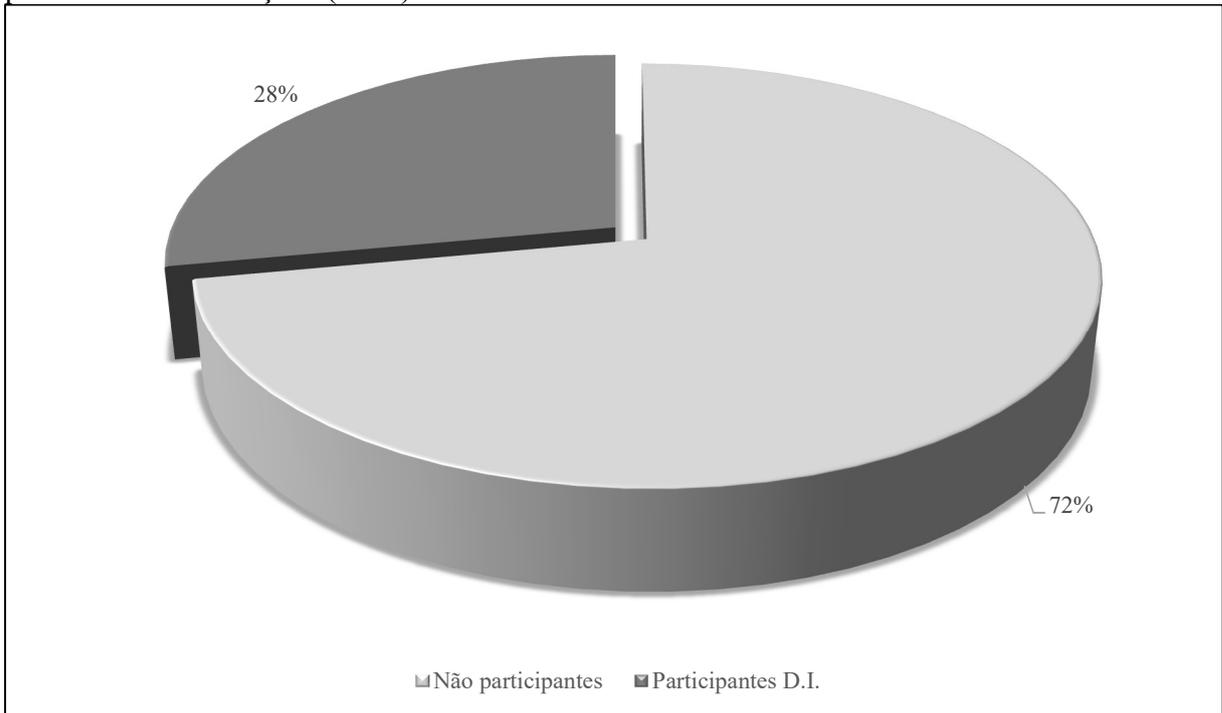
Ressalta-se que no órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (Rurap) e na Secretaria de Desenvolvimento Rural (SRD) soma-se aos números expresso, servidores cedidos por outras instituições e que atualmente exercem suas atividades nos respectivos órgãos. Bem como existe servidores desses órgãos atuando em outras instituições ou secretarias. Segundo os gestores a cessão de empregados para outros órgãos reflete consideravelmente nas ações desenvolvidas na comunidade, mas que se deve levar em consideração nessa lógica, outros fatores, como a falta de estrutura, questões logísticas, falta ou quantidade de recursos escassos.

Segundo os gestores (56,25%) das instituições, os servidores são capacitados<sup>4</sup>, com predominância de cursos e eventos de curta duração realizados geralmente na sede da instituição, na capital Macapá. Para os gestores planejamento e avaliação das ações desenvolvidas são responsáveis pelo sucesso ou insucesso dos programas. Por esta razão, eles optam por avaliações geralmente trimestrais das ações para poder corrigir algo que esteja porventura em desacordo com as bases de cada programa ou projeto desenvolvido, executado ou apoiado pela instituição, mesmo possuindo menor índice de servidores participantes direta ou indiretamente de ações voltadas para as políticas públicas voltadas para o meio rural. O Gráfico 06 a seguir demonstra o percentual dos servidores envolvidos direto ou indiretamente com políticas públicas voltadas para o meio rural nas instituições estudadas.

---

<sup>4</sup> No caso de instituições de ensino, possuem programa específico de capacitação de pesquisadores/professores.

**Gráfico 06:** Estado do Amapá: percentual de envolvimento de servidores com as políticas públicas nas instituições (2018).



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A quantidade de servidores envolvidos com as políticas públicas direta ou indiretamente (D ou I) nas instituições estudadas também pode explicar uma estratégia dos gestores em promover eventos no estado, de modo que seja mobilizado o maior número de beneficiários dos programas, dado que foi constatado, no momento de entrevistas com os agricultores na comunidade. Do ponto de vista dos gestores é uma estratégia importante, por haver a participação em número considerável.

“Em primeiro caso, contactamos prioritamente a associação ou algum tipo de liderança na comunidade e em seguida, formalizamos os motivos do evento e fazemos um estimativa de participação dos agricultores. Que em geral sempre participam das mobilizações” (informação verbal).

Ressalta-se que nesses casos, não há a participação dos agricultores nos processos de construção, apesar dessas demandas de serem dos agricultores, são formatadas pelas instituições e a participação dos agricultores, no caso da comunidade limitam-se, em certa medida passiva.

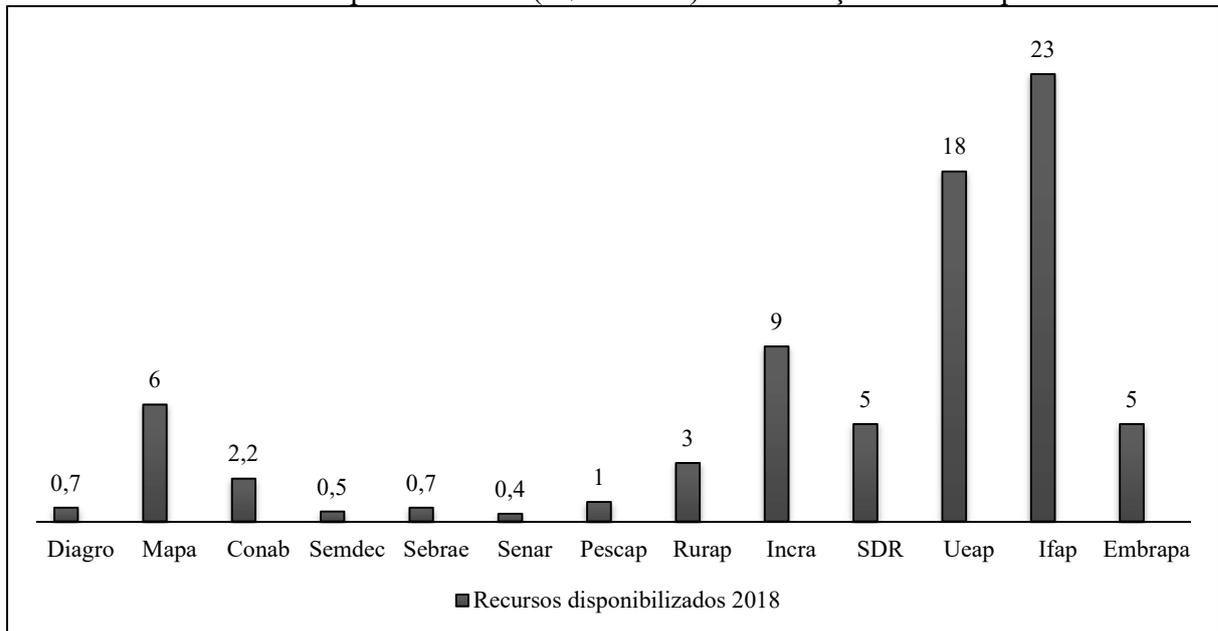
Notou-se que o acompanhamento das demandas eventualmente apresentadas pelos agricultores, ocorrem de forma imprecisa, as quais quase sempre não são atendidas, como desejariam. Mesmo diante desse percalço no atendimento, 100% das instituições já foram

solicitadas segundo os agricultores para comparecerem à comunidade afim de solucionar questões das atividades agrícolas.

Reconhecidamente segundo os gestores, as instituições que representam, assumem um papel fundamental no que concerne o desenvolvimento rural para o estado, e também para a comunidade, porém percebem e citam a necessidade de uma maior integração entre as instituições. Um fator negativo, unanime entre os entrevistados, diz respeito a falta de recursos ou a diminuição dele nos últimos anos, que já se considera como o principal gargalo no atendimento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

Segundo os gestores, as perdas orçamentarias para algumas instituições representaram uma média nos últimos oito anos de cerca de 30% do valor disponível. E atualmente, desenvolvem atividades no limite orçamentário, reconhecendo que existem falhas significativas ao atendimento das políticas públicas pautada no desenvolvimento rural. O Gráfico 07, ilustra a quantidade recurso disponibilizados em 2018.

**Gráfico 07:** Recursos Disponibilizados (R\$ milhões) às instituições no Amapá em 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Ressalta-se que, os recursos disponibilizados para o Iepa, Unifap e Seed/Pronatec, não foram citados pelos seus respectivos gestores, por esta razão não foram inseridos nas planilhas para posterior sistematização de análises, conforme demonstrado no Gráfico 07, nota-se que as instituições de ensino, são contempladas com as maiores cifras de recursos, 23 milhões Ifap e 18 milhões Ueap, todavia, conforme apontaram os gestores dessas instituições, cerca de 5% a

7% destes valores são destinados aos projetos de pesquisa e de extensão, dos quais também atendem as demandas sociais, como o caso das políticas públicas voltadas para o meio rural.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Demostrou-se com o estudo que as primeiras políticas públicas pautadas no desenvolvimento rural na comunidade Vila Ressaca da Pedreira foram implantadas em meados dos anos 2.006, com poucos beneficiários contemplados. A partir de então, ano após ano, a referida comunidade vem sendo beneficiada com políticas públicas, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Aquisição de Alimento, Programa Territorial da agricultura Familiar e Floresta, Programa de Produção Integrada e o programa de assistência técnica e extensão rural.

As políticas públicas, por meios de seus programas, são indispensáveis para o desenvolvimento rural da comunidade, por se constituírem ao longo dos anos, principal ferramenta para a continuidade das atividades agrícolas para as famílias, pois além de garantirem a formação da renda por meio de canais de comercialização da produção, contribuem para a manutenção familiar por meio da alimentação.

Embora, todas as políticas públicas para o meio rural, sejam importantes para os agricultores, o programa de Produção Integrada PPI, e os programas que possuem duas vias de acesso para a comercialização governamental (individual e coletivo), são os que mais interessam os agricultores, dado a facilidade para a comercialização, e a ausência de atrasos nos respectivos pagamentos.

Estranhamente o PRONAF, programa de reconhecida importância e de resultados em diversos Estados do Brasil, no presente caso foi pouco mencionado. Certamente, ações mais efetivas sobre a importância do crédito rural público precisam ser empreendidas no Estado do Amapá.

Notou-se a participação dos agricultores no processo de construção praticamente é inexistente. As estruturas institucionais, principais executoras ou formuladoras de políticas públicas para o meio rural, demonstram certa fragilidade em relação ao acompanhamento desses programas. O volume de recursos destinados a execução, ano após ano tem sido reduzido, comprometendo a logística, e a satisfação do beneficiário desses programas. Além da baixa quantidade de servidores disponíveis em realizar ações referentes as políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo Agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. 1999. Disponível em: <<http://www.repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2617>>. Acesso: set. 2018.
- BANCO DO BRASIL. Diretoria de Agronegócios. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, v. 13, n. 04, p. 04-17. 2004.
- BARBOSA, M. J. S.; NUNES, G. R.; CRUZ, W. C. Desenvolvimento territorial rural na Amazônia: uma análise do nordeste paraense. **RMP – Revista dos Mestrados Profissionais**, v. 02, n. 01. 2015.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. São Carlos: Ed UFSCar, 2005.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Rev. Parcerias estratégicas**, v. 06, n. 12, p. 135–159. 2010.
- BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da Produção Agrícola brasileira na década de 90: Ajustamento e seletividade. *In*: LEITE, S. (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- BEZERRA, N. R. C. A Amazônia e os novos paradigmas de desenvolvimento rural: uma breve reflexão teórica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 06, n. 02. 2011.
- BRITO, L. M. P.; DE OLIVEIRA, P. W. S.; DE CASTRO, A. B. C. Gestão do conhecimento numa instituição pública de assistência técnica e extensão rural do Nordeste do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 05, p. 1341–1366. 2012.
- BUAINAIN, A. M.; ALVES, E. R. A.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 22, n. 02, p. 105–121, abr./jun. 2013. Disponível em: <[encurtador.com.br/moD58](http://encurtador.com.br/moD58)>. Acesso: dez. 2018.
- BUENO, R.; SCHILLING, V. **Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização**. São Paulo: Quatro Projetos, 2012.
- CALDAS, E. L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 148, p. 77–84. 2013.
- CARDOSO, F. H. **Reforma agrária: compromisso de todos**. Brasília: SCS, 1997.
- CASTRO, H. C. O.; WALTER, M. I. M. T.; SANTANA, C. M. B.; STEPHANOU, M. C. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião pública**, vol. 15, n. 02, p. 333-355. 2009.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Execução do PAA**. Disponível em: <encurtador.com.br/hlOW8>. Acesso: jul. de 2018.

COMUNIDADES LIDES UNIFAP. **Comunidade Ressaca da Pedreira**. Disponível em: <encurtador.com.br/bfJU8>. Acesso: out. de 2018.

CRAVO, M. S.; CORTELETTI, J.; NOGUEIRA, O. L.; SMYTH, T. J.; SOUZA, B. D. **Sistema Bragantino: agricultura sustentável para a Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

DA SILVA, M. G. Territórios quilombolas no Estado do Amapá: um diagnóstico. *In: XXI Encontro de Geografia Agrária “TERRITÓRIOS EM DISPUTA”: os desafios da geografia agrária, 2012, Uberlândia, Minas Gerais. Anais [...]. Uberlândia: UFU, 2012. p. 01–13.*

DE ABREU SÁ, T. D.; KATO, O. R.; CARVALHO, C. J. R.; FIGUEREDO, R. O. Queimar ou não queimar? — de como produzir na Amazônia sem queimar. **Revista USP**, n. 72, p. 90–97, dez./fev. 2007.

DE MEDEIROS, J. P.; BORGES, D. F. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater – RN. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 01, p. 63–82. 2007.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. P. **Uma história da vida rural no Brasil**. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

DELGADO, G. C.; DA CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA). **IPEA: Texto para discussão**, v. 01, Brasília, dez. 2005.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, v. 18, n. 02, p. 11–21. 2007.

ELESBÃO, I. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, v. 42, n. 84. 2007.

FACUNDES, F. S.; GIBSON, V. M. **Recursos naturais e diagnóstico ambiental da APA do Rio Curiaú**. 2000. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) — Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2000.

FAORO, R. **Os donos do poder-formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo Livros, 2013.

FEIDEN, A.; DE AC FONSECA, M. F.; DE ASSIS, R. L. Rede Agroecologia Rio: análise crítica de uma ação integrada entre instituições públicas e privadas. *In: I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Indaiatuba. São Paulo. 2002. **Anais [...].** São Paulo: ANPG, 2002.

FILGUEIRAS, G. C. **Crescimento agrícola no Estado do Pará e a ação de políticas públicas: avaliação pelo método shift-share**. 2002. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade da Amazônia, Belém, 2002.

FROHLICH, E. R.; FROHLICH, C. Metodologia de pesquisa em estudos rurais: investigando a partir de estudo de caso. *In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER,*

- S. (Orgs.). **Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. vol. 1. Porto Alegre: UFRG, 2014.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <encurtador.com.br/imQX4>. Acesso: ago. 2018.
- GALVÃO, E. U. P.; CRAVO, M. S.; NOGUEIRA, O. L.; SHIMIZU, M. K. **Sistema Bragantino para a agricultura familiar: passo a passo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. Disponível em: <encurtador.com.br/uLMR2>. Acesso: dez. 2018.
- GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **Rev. São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 02, p. 95–103. 2004.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Amapá PROTAF**. 2018b. Disponível: <encurtador.com.br/hnMN7>. Acesso: set. 2018.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Produção extrativista no Amapá recebe incentivo de R\$ 3,3 milhões**. 2018a. Disponível: em: <encurtador.com.br/dfxQ3>. Acesso: out. 2018.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, Brasília, p. 125–146. 2014.
- HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Rev. Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 03, Uberlândia, p. 469–483, set./dez. 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário: agricultura familiar e primeiros resultados**. 2010c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: set. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico brasileiro**. 2010b. Disponível em <encurtador.com.br/hmENU>. Acesso em: jun. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra: uso da Terra no Estado do Amapá – Relatório técnico**. Amapá: IBGE, 2004a.
- JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna, **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 06, p. 51–75. 1994.
- KAGEYMA, A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37–61, mai./ago. 2002.
- LACERDA, A. C. **Economia brasileira**. São Paulo: USP, 2005.

- LÉNA, P. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia. *In*: AUBERTIN, C.; BECKER, B. K. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 1988.
- LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, vol. 20, n. 11, p. 3533-3546. 2015.
- LOMBA, R. M.; SILVA, I. C. O crédito rural na agricultura familiar no Estado do Amapá – Brasil. **Informe Gepec**, v. 18, n. 02, p. 20–36. 2014.
- MALUF, R. S. Políticas Agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. *In*: LEITE, S.; DI SABBATO, A. (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim paulista de geografia**, n. 50, p. 83–102. 2017.
- MARCONI, M. M. A.; LAKATOS, M. E. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATTEI, L.; CAZELLA, A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. *In*: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Compra da agricultura familiar**. 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/cvx15>. Acesso: ago. 2018.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar 2016/2017**. Brasília, 2018a. Disponível em: <encurtador.com.br/ghyD5>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF**. 2018b. Disponível em: <encurtador.com.br/ipzES>. Acesso: ago. 2018.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **SAF–PAA: sobre o programa**. 2018c. Disponível em: <encurtador.com.br/iBDEW>. Acesso: jul. 2018c
- MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- MENDONÇA, S. R. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Extratativismo no Amapá**. 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/myLQV>. Acesso: ago. 2018.
- MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F.; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, T. C. V. As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 03, p. 449–470. 2014.

OLIVEIRA, M. C. C. A diversidade da agricultura no Pará. *In*: GUERRA, G. A. D.; WAQUIL, P. D. (Org.). **Desenvolvimento Rural Sustentável no Norte e no Sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2013.

ORSI, S. D. **IDCR: um instrumento de empoderamento para apoiar o desenvolvimento do espaço rural**. 2009. Disponível em: <encurtador.com.br/sxBQ4>. Acesso: set. 2018.

PEDRADA, A. K. L. **Viabilidade Econômica do selo orgânico na comercialização de hortaliças do Agricultor familiar do Amapá**. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

PEREIRA, J. M. O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. **Revista de informação legislativa**, v. 34, n. 134, p. 75–85, abr./jun. 1997.

PMM. Prefeitura Municipal de Macapá. **Prefeitura de Macapá inaugurar Postos de Saúde Ressaca da Pedreira**. 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/lnJM2>. Acesso: nov. 2018.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 11. ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1967.

REZENDE, G. C. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer): institucionalidade, subsídio e eficácia. **IPEA: Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

RIBEIRO, A. L.D.P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 01, n. 01, p. 36–49. 2013.

RODRIGUES, P. O programa nacional de alimentação escolar: história e modalidades de gestão. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 29, n. 01. 2013.

RURAP. Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá. **Chamada Pública para o Programa de Aquisição de Alimento – PAA 2017/2018**. Macapá: RURAP, 2018b.

RURAP. Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá. **Levantamento Programa de Aquisição de Alimento – PAA**. Macapá: RURAP, 2018a.

SALGADO, R. J. S. F. Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 55, n. 04, Brasília, out./dec. 2017.

SANTOS, M.; GLASS, V. (org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Economia Política**, v. 30, n. 03, São Paulo, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. *In*: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-50.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Amapá**. Amapá: SDR, 2018b. 52f.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Levantamento Programa de Produção Integrada – PPI**. Amapá: SDR, 2018a. 32 f.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Programa Territorial da Agricultura Familiar: PROTAF**. Amapá: SDR, 2015a. 27f.

SILVA, I. C.; FILOCREÃO, A. S. M. Perspectivas para a agricultura familiar no Amapá. *In*: LOMBA, R. M.; RANGEL, K. S. R.; SILVA, G. G.; SILVA, M. G. (Orgs.). **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense**. Dourados: Ed. UFGD, 2014. p. 83–112.

SILVA, J. R. S.; MESQUITA, B. A. **Algumas consequências da política neoliberal para a agricultura familiar na Amazônia brasileira: exclusão social e concentração de riqueza**. São Luiz: UFMA, 2008.

SILVA, R. B. L.; FREITAS, J. L.; SOUTO, R. N. P. Caracterização agroecológica e socioeconômica dos moradores da comunidade quilombola do Curiaú, Macapá – AP, Brasil. **Biota Amazônia**, v. 03, n. 03, p. 113–138. 2013.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia**, Salvador, v. 200. 2002.

VEIGA, I.; OLIVEIRA, M. C. C.; BENTES, F. Políticas públicas e Dinâmicas Locais da agricultura familiar no Sul e Sudeste do Pará. *In*: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.). **Agricultura Familiar: interações entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Clocso, 2001. p. 31-44.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANI, F. B.; DA COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 04, p. 889–912. 2014.

## APÊNDICE A

Formulário de Pesquisa para Representante Institucional n° \_\_\_\_\_  
 Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Instituição: \_\_\_\_\_ Sigla: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_  
 Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_  
 Formação: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

### I – Atuação institucional

1 – Como tem sido a participação da Instituição na elaboração e/ou execução de políticas públicas voltadas para o meio rural?

Atua no âmbito do PRONAF ( ) PAA ( ) PNAE ( ) PROTAF ( ) PPI ( ) Proextrativismo ( )  
 Extensão Rural e assistência técnica ( )

Outros citar \_\_\_\_\_

1.1 - Em caso de atuação no PAA, quantos agricultores são atendidos anualmente?

No estado: \_\_\_\_\_ Macapá: \_\_\_\_\_ Na comum. Ressaca da Pedreira \_\_\_\_\_

1.2 - Em caso de atuação no PNAE, quantos agricultores são atendidos anualmente?

No estado: \_\_\_\_\_ Macapá: \_\_\_\_\_ Na comum. Ressaca da Pedreira \_\_\_\_\_

1.3 - Em caso de atuação no PPI, quantos agricultores são atendidos anualmente?

No estado: \_\_\_\_\_ Macapá: \_\_\_\_\_ Na comum. Ressaca da Pedreira \_\_\_\_\_

1.4 - Em caso de atuação no Proextrativismo, quantos agricultores são atendidos anualmente?

No estado: \_\_\_\_\_ Macapá: \_\_\_\_\_ Na comum. Ressaca da Pedreira \_\_\_\_\_

1.5 - Em caso de prestar assistência técnica, quantos agricultores são atendidos anualmente?

No estado: \_\_\_\_\_ Macapá: \_\_\_\_\_ Na comum. Ressaca da Pedreira \_\_\_\_\_

1.6 – Outras políticas, quantos agricultores são atendidos anualmente?

No estado: \_\_\_\_\_ Macapá: \_\_\_\_\_ Na comum. Ressaca da Pedreira \_\_\_\_\_

2 - Qual o público alvo/clientes/usuários que a instituição tem como missão atender?

Agricultores familiares ( ) Agricultores patronais médios e grandes produtores ( )

Indígenas ( ) Quilombolas ( ) Assentados de reforma agrária ( ) Extrativistas ( ) outros  
 citar \_\_\_\_\_

3 - Qual a quantidade de público alvo atendido por essa instituição anualmente, considerando todas as políticas em que atua:

1 a 50 ( ) 51 a 100 ( ) 101 a 500 ( ) 501 a 1.000 ( ) 1.001 a 5.000 ( ) Mais que 5.000 ( )

4 - Existe a participação do público alvo no processo de construção das ações que são desenvolvidas?

( ) Sim

( ) Não

se sim, como ocorre?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

5- Qual (is) a(s) principal(is) dificuldade(s) enfrentadas no desenvolvimento das ações? Na sua opinião qual/quais poderiam ser as possíveis soluções?

---

---

6- Qual a sua principal crítica no desenvolvimento das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural? O que poderia ser feito para a mudança de cenários?

---

---

7 – Na sua opinião, dentre as políticas públicas em que a instituição atua voltada para o meio rural, qual é a de maior relevância? Por quê?

---

---

8- Quando essa instituição promove eventos voltados para o meio rural, há uma participação efetiva dos agricultores?

Sim ( ) Como? Não ( ) por quê?

---

---

9-Como é realizado o acompanhamento das ações desenvolvidas pela instituição?

Qual a frequência de acompanhamento das ações desenvolvidas por essa instituição:

Semanal ( ) Mensal ( ) Trimestral ( ) Semestral ( ) Outros ( )

---

---

10- Já houve solicitação de reunião/ou qualquer outro encontro por parte dos agricultores?

Sim ( ) Não ( ) se sim, de qual/quais? Para discutir qual assunto?

---

---

11–Na sua opinião qual a importância da instituição para o desenvolvimento rural do Estado?

---

---

12- Qual o montante de recursos destinados à execução das políticas públicas para o meio rural? Este montante é suficiente? Porque a quantidade de recursos é importante?

---

---

**II- Estrutura institucional:**

1-Número de pessoas envolvidas diretamente com políticas públicas para o meio rural?

1 ( ) 3 ( ) 5 ( ) 10 ( ) Nenhum ( ) Outros ( )

2- O número de pessoas é suficiente para o atendimento das ações:

Sim ( ) Não ( )

Por quê:

---

---

---

3- Qual a situação trabalhista:

( ) todos são servidores efetivos

( ) todos são servidores contratados

( ) servidores efetivos e contratados

Quantidade: \_\_\_\_\_

4 - Realiza capacitações:

Sim ( ) Não ( )

Frequência: Mensal ( ) Trimestral ( ) Semestral ( ) Anual ( ) Outros ( )

5 - Realizam reunião de planejamento das ações a serem desenvolvidas.

Sim ( ) Não ( )

Frequência: Semanal ( ) Mensal ( ) Trimestral ( ) Outros ( )

6 - Realizam reunião de avaliação das ações desenvolvidas.

Sim ( ) Não ( )

Frequência: Semanal ( ) Mensal ( ) Trimestral ( ) Outros ( )

## APÊNDICE B

FORMULÁRIO DESTINADO AOS AGRICULTORES n° \_\_\_\_\_  
 Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_  
 Nome da Propriedade: \_\_\_\_\_ Área(ha): \_\_\_\_\_  
 Coordenadas: S \_\_\_\_' \_\_\_\_" \_\_\_\_° W \_\_\_\_' \_\_\_\_" \_\_\_\_°

### I-PERFIL FAMILIAR

1.1-Há quanto tempo à família reside na propriedade? (anos)

1 a 2 ( )    3 a 5 ( )    6 a 10 ( )    11 a 20 ( )    mais que 20 ( ) \_\_\_\_\_

1.1.1-Forma que adquiriu a propriedade?

Compra ( )    Herança ( )    Troca ( )    Divisão entre família ( )    Invasão ( )    Outros ( )

1.1.2-Qual a situação fundiária atual da propriedade:

Assentados ( )    Possesiros ( )    ( ) outros

1.1.3-Número de pessoas que residem atualmente na propriedade?

1 ( )    2 ( )    4 ( )    6 ( )    10 ( )    outros ( ) \_\_\_\_\_

1.1.4-Número de pessoas que participam diretamente com as atividades desenvolvidas na propriedade?

1 ( )    2 ( )    4 ( )    6 ( )    10 ( )    outros ( ) \_\_\_\_\_

1.1.5-Qual a principal atividade econômica da família?

Agricultura ( )    Pesca ( )    Extrativismo ( )    Comércio ( )    Outros ( ) \_\_\_\_\_

1.1.6-Qual a renda média da família? (SM = salário mínimo)

0 a 1 SM ( )    1 a 2 SM ( )    2 a 3 SM ( )    3 a 5 SM ( )    5 a 10 ( )    mais que 10 ( )

1.1.7- A família dispõe de outras atividades complementares à renda? Qual (is)? Desde quando?

---



---



---

1.1.8-A família é beneficiária de algum programa de assistência do governo (federal, estadual, municipal)? Qual (is)? Desde quando?

---



---



---

1.1.9-A família já foi atendida por outras políticas públicas do governo (federal, estadual, municipal)? Qual (is)? Desde quando?

---



---



---

## II-PERFIL AGRICOLA FAMILIAR

2.1-Quais atividades agropecuárias são exercidas na propriedade?

---



---



---

2.1.2-Qual a finalidade da produção agropecuária familiar?

Comercialização ( ) Alimentação da família ( ) Comércio/Alimentação ( ) Outros ( )

2.1.3-Caso de comercialização, quem compra a produção?

( ) Atravessador ( ) Transeuntes na comunidade ( ) Consumidores na feira ( ) Órgãos do Governo ( ) ( ) Comerciantes ( ) Outros

2.1.4 Qual a renda gerada pela comercialização da produção? (ano)

( ) de 1 a 100 ( ) de 101 a 500 ( ) de 501 a 1.000,00 ( ) de 1.001,00 a 5.000,00 ( ) de 5.001,00 a 10.000,00 ( ) Acima de 10.000,00

2.1.5- A família já acessou créditos (empréstimos) para execução das atividades agropecuárias na propriedade? ( ) sim ( ) não, Qual? \_\_\_\_\_ Qual o valor acessado? \_\_\_\_\_

2.1.6-Qual a situação atual? ( ) Adimplente ( ) em andamento ( ) Inadimplente

3- Recebe (já recebeu) assistência técnica no desenvolvimento das atividades agropecuárias?

( ) sim ( ) não

3.1- Qual órgão/instituição \_\_\_\_\_ com que a frequência? \_\_\_\_\_

3.1.1- Seguiu as recomendações que foram feitas? ( ) sim ( ) Não porque? \_\_\_\_\_

---

4- A família participa de eventos destinados ao meio rural promovido pelos órgãos governamentais na comunidade? ( ) sim ( ) não, porque?

---

4.1-Quais eventos destinados ao meio rural promovido pelos órgãos governamentais ocorreram na comunidade?

( ) Palestras ( ) dia de campo ( ) reuniões sobre projetos ( ) debates ( ) outros

4.1.1-Com que frequência esses eventos ocorrem na comunidade:

( ) Mensal ( ) trimestral ( ) semestral ( ) anual ( ) Outros

4.1.2- Como você avalia a participação da família nesses eventos?

( ) Participa de todos ( ) Sempre participa ( ) Pouco participa ( ) não participa

4.1.3-Quais os motivos sua participação ou não participação nesses eventos?

---



---



---

5- Quais órgão/instituições participam desses eventos na comunidade?

( ) EMBRAPA ( ) RUPAP ( ) SDR ( ) IEPA ( ) UNIFAP IFAP ( ) UEAP ( ) CONAB  
 ( ) INCRA ( ) PESCAP ( ) MAPA ( ) IEF ( ) SMAgri. ( ) DIAGRO  
 ( ) SEED

5.1- Como a família avalia a participação desses órgãos/instituições nesses eventos?

---



---

5.1.1- Qual o benefício percebido pela família nas atividades agropecuária a partir da presença desses órgãos/instituições?

---



---

5.1.2-A família já solicitou de alguma forma a participação em reuniões ou qualquer outro evento à órgãos/instituições na comunidade? ( ) sim ( ) não

Qual (ais) o principal (ais) motivo (s)? \_\_\_\_\_

As necessidades foram atendidas? \_\_\_\_\_

5.1.3-Como a família se mantém informada sobre as atividades voltadas para meio rural?

---



---

5.1.4-A família participa de alguma Associação, cooperativa, sindicato? Qual (is) desde quando?

---



---

5.1.5-A família participa de comitê, câmara setorial, organizações de representatividade na elaboração de (ações) política públicas destinadas ao meio rural? Qual (is) desde quando?

---



---

5.1.6-Na opinião da família, qual a importância da participação dos agricultores no processo de construção das (ações) políticas públicas para o meio rural?

---



---

5.1.7-A família esta satisfeita com o desempenho das políticas públicas (a partir de programas e projetos) voltados para o meio rural na comunidade?

---



---

5.1.8-Qual a principal crítica a esses programas e projetos desenvolvidos?

---



---

## APÊNDICE C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

Prezado (a) participante: Sou mestrando do programa de pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. Estou realizando a pesquisa intitulada: “Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Estudo de Caso da Comunidade Ressaca da Pedreira” sob orientação do professor Dr. Wardsson Lustrino Borges, cujo o objetivo principal é Analisar a inclusão das políticas públicas como proposta para o desenvolvimento rural na comunidade da Ressaca da Pedreira. Para realizar o estudo será necessário que o (a) Sr.(a) se disponibilize a participar de entrevistas, agendadas a sua conveniência (de acordo com o seu tempo), onde será feito a Aplicação de formulário com perguntas relacionadas **à inserção das políticas públicas na comunidade, além de informações acerca da renda, uso da terra, mão-de-obra, formas de trabalho, atividades agrícolas exercidas, participação sindical/Atuação social.** Sua participação contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Ressalto que, na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida em sigilo, sendo omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares. Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação poderão ser esclarecidas via e-mail: [olivansaraiva@gmail.com/](mailto:olivansaraiva@gmail.com) por telefone (celular): (96) 991554848 ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá: Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, através dos telefones 4009-2804, 4009-2805. Desde já agradecemos.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura do estudante/pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Local e data

Eu, \_\_\_\_\_, declaro estar ciente sobre o intuito de ser entrevistado e autorizo a utilização das informações por mim concedidas para a pesquisa mencionada. Ressalto que o pesquisador, prestou os esclarecimentos sobre o objetivo e as medidas que serão adotadas no decorrer do trabalho.

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
 Local e data



## APÊNDICE D

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

Prezado (a) participante: Sou mestrando do programa de pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. Estou realizando a pesquisa intitulada: “Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Estudo de Caso da Comunidade Ressaca da Pedreira” sob orientação do professor Dr. Wardsson Lustrino Borges, cujo o objetivo principal é Analisar a inclusão das políticas públicas como proposta para o desenvolvimento rural na comunidade da Ressaca da Pedreira. Para realizar o estudo será necessário que o (a) Sr. (a) se disponibilize a participar de entrevistas, agendadas a sua conveniência (de acordo com o seu tempo), onde será feito a Aplicação de formulário com perguntas relacionadas **à inserção das políticas públicas na comunidade, além de informações acerca de atividades desenvolvidas por esta instituição, recursos financeiros e humano destinado as políticas públicas, capacitações, ações estratégicas.** Sua participação contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Ressalto que, na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida em sigilo, sendo omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares. Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação poderão ser esclarecidas via e-mail: [olivansaraiva@gmail.com](mailto:olivansaraiva@gmail.com)/ por telefone (celular): (96) 991554848 ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá: Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, através dos telefones 4009-2804, 4009-2805. Desde já agradecemos.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura do estudante/pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Local e data

Eu, \_\_\_\_\_, declaro estar ciente sobre o intuito de ser entrevistado e autorizo a utilização das informações por mim concedidas para a pesquisa mencionada. Ressalto que o pesquisador, prestou os esclarecimentos sobre o objetivo e as medidas que serão adotadas no decorrer do trabalho.

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
 Local e data

